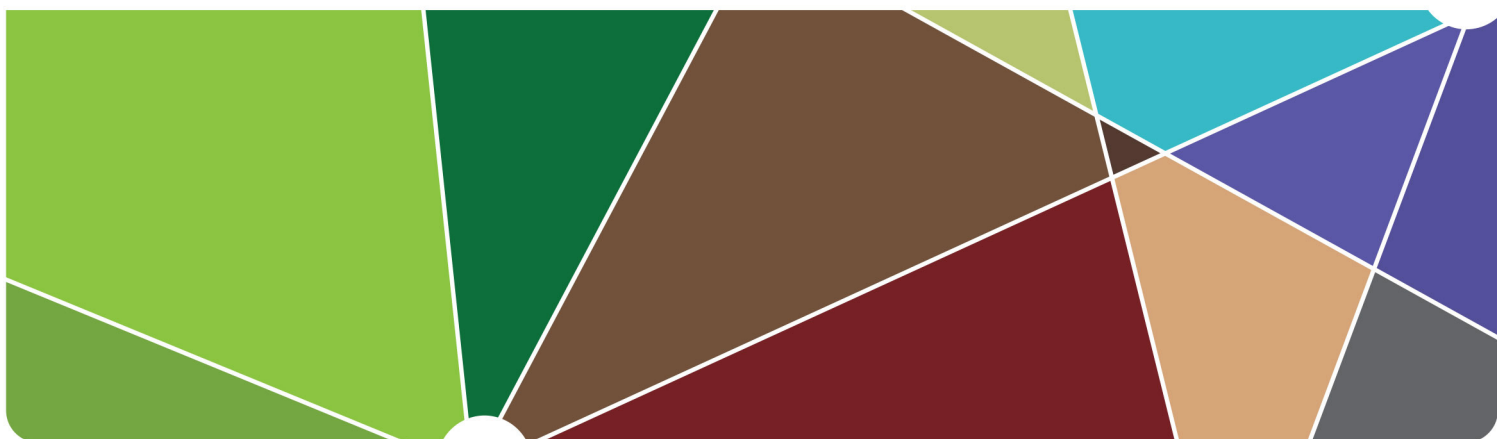


RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2020





ACM

ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM, I.P. – Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

CNAIM – Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes

CLAIM – Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes

CONCIG – Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CICDR – Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial

CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

DGE – Direção-Geral da Educação

DRIPMCM – Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes

DAAM – Departamento de Apoio e Assistência Migratória

DAIVD – Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade

EFAF – Equipa de Fundos e Apoio Financeiro

ENICC – Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas

EPDI – Equipa de Projeto Desigualdades Interseccionais

FAMI – Fundo para o Asilo, as Migrações e a Integração

GECI – Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação

INR – Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

ISS – Instituto da Segurança Social, I.P.

NGF – Núcleo de Gestão Financeira

NG FAMI – Núcleo de Gestão do FAMI

NRI – Núcleo de Relações Internacionais

NAIR – Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados

NDI – Núcleo para o Diálogo Intercultural

NACI – Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas

NAIM – Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes

NGARH – Núcleo de Gestão Administrativa e dos Recursos Humanos

OM – Observatório das Migrações

ObCig – Observatório das Comunidades Ciganas

PEM – Plano Estratégico para as Migrações

PNIPGM – Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações

PREVPAP – Programa de Regularização Extraordinário dos Vínculos Precários da Administração Pública

POISE – Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego

QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização

SIADAP – Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública

ÍNDICE

I. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
II. NOTA INTRODUTÓRIA DO CONSELHO DIRETIVO DO ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES	10
III. QUAR – QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO	12
IV. AFETAÇÃO REAL E PREVISTA DE RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS	20
RECURSOS HUMANOS	21
RECURSOS FINANCEIROS	23
BALANÇO SOCIAL	29
PLANO DE FORMAÇÃO	30
V. PLANO DE ATIVIDADES – BALANÇO	32
DEPARTAMENTO DE APOIO E ASSISTÊNCIA MIGRATÓRIA (DAAM)	33
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, POLÍTICA MIGRATÓRIA E CAPTAÇÃO DE MIGRANTES (DRIPMCM)	41
NÚCLEO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (NRI)	45
DEPARTAMENTO DE APOIO À INTEGRAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE (DAVD)	51
PROGRAMA ESCOLHAS (PE)	51
NÚCLEO PARA O DIÁLOGO INTERCULTURAL (NDI)	55
NÚCLEO DE APOIO ÀS COMUNIDADES CIGANAS (NACI)	61
EQUIPA DE PROJETO SOBRE DESIGUALDADES INTERSECCIONAIS (EPDI)	64
NÚCLEO DE LIGAÇÃO ÀS ASSOCIAÇÕES (NLA)	67
COMISSÃO PARA A IGUALDADE E CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL (CICDR)	71
NÚCLEO DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS (NAIR)	74
OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES (OM)	79
OBSERVATÓRIO DAS COMUNIDADES CIGANAS (ObCig)	83
COMUNICAÇÃO	86
VI. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	92
VII. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	94
VIII. MENÇÃO DE AUTOAVALIAÇÃO PROPOSTA	97
IX. CONCLUSÃO E PLANO DE MELHORIA	99
X. ANEXOS	101

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Objetivos e Indicadores QUAR 2020	13
Quadro 2 – Indicadores QUAR 2020	15
Quadro 3 – Matriz de Pesos e Ponderações dos parâmetros e objetivos inseridos no QUAR	16
Quadro 4 – Candidaturas aprovadas do ACM, I.P., enquanto beneficiário	26
Quadro 5 – Candidaturas aos Programas Operacionais para a tipologia de operação – Programa Escolhas	27
Quadro 6 – Candidaturas aprovadas pelo ACM, I.P., enquanto Organismo Intermédio do PO ISE	28
Quadro 7 – Avisos publicados pelo ACM, I.P., enquanto Autoridade Delegada do FAMI	28
Quadro 8 – Atendimentos CNAIM 2019-2020	36
Quadro 9 – Indicadores globais referentes ao E7G (2019-2020)	54
Quadro 10 – Tabela das ações de formação	57
Quadro 11 – Eventos da Rede de Escolas para a Interculturalidade	59
Quadro 12 – Frequências e certificações – ações ensino português, IEFP e DGESTE	60
Quadro 13 – Número total de utilizadores e de nacionalidades da Plataforma desde 2016 a 2020	61
Quadro 14 – Indicadores Globais Roma Educa	63
Quadro 15 – Desenvolvimentos das queixas/participações/denúncias	72
Quadro 16 – Número de pessoas refugiadas autorizadas para reinstalação em Portugal por Missão de Seleção	74
Quadro 17 – Número total de Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional Acolhidos ao abrigo de Programas, Movimentos Secundários e Efetivos em Portugal desde 2018	76
Quadro 18 – Número total de Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal, por programa, por idade e por sexo, desde 2018	76
Quadro 19 – Número de Pessoas Refugiadas chegadas a Portugal ao abrigo do Programa de Reinstalação	76
Quadro 20 – Número de Requerentes de Proteção Internacional chegados a Portugal ao abrigo do Programa de Recolocação <i>ad hoc</i> de Barcos Humanitários	76
Quadro 21 – Número de pessoas em acolhimento em Portugal, via movimentos programados, em 2020, por entidade de acolhimento	77
Gráfico 1 – Orçamento ACM, I.P. – 2018-2020	23
Gráfico 2 – Receita Comunitária 2020	24

Gráfico 3 – Execução Orçamental – Despesa	24
Gráfico 4 – Execução Orçamental Real 2020	25
Gráfico 5 – Despesa paga por agrupamento económico 2020	25
Gráfico 6 – Evolução dos Atendimentos Rede CLAIM	39
Gráfico 7 – Acesso aos principais Indicadores de Integração Inicial dos refugiados em programa em 2020 ..	78
Gráfico 8 – Acesso a documentação/regularização documental em 2020	78
Ilustração 1 – Avaliação QUAR, parâmetro eficácia	17
Ilustração 2 – Avaliação QUAR, parâmetro eficiência	17
Ilustração 3 – Avaliação QUAR, parâmetro qualidade	18
Ilustração 4 – Avaliação Final QUAR	19
Ilustração 5 – Cálculo de Recursos Humanos em Termos de UERH	22
Ilustração 6 – Logótipo do Grupo de Trabalho para o Diálogo Inter-Religioso	56
Ilustração 7 – Logótipo da Formação ACM, I.P.	57
Ilustração 8 – Logótipo da Carta Portuguesa para a Diversidade	58
Ilustração 9 – Guia para um recrutamento inclusivo	58
Ilustração 10 – Membros da Rede de Escolas para a Interculturalidade	59
Ilustração 11 – Logótipo Equipa de Projeto Desigualdades Interseccionais	64
Ilustração 12 – Capa do Plano Anual para a Igualdade do ACM, I.P.	65
Ilustração 13 – Publicações OM 2020 – sistematização e análise de informação estatística	81
Ilustração 14 – Publicações OM 2020	81
Ilustração 15 – Site e Facebook OM	82
Ilustração 16 – Lançamento Relatório Estatístico Anual 2020	83
Ilustração 17 – Logótipo do ObCig	83
Ilustração 18 – Capa da <i>newsletter</i> ObCig de 24 de junho de 2020, Dia Nacional da Pessoa Cigana	84
Ilustração 19 – Cartaz da primeira sessão “Conversas com...”	85
Ilustração 20 – Cartaz do Seminário Internacional anual do ObCig	85
Ilustração 21 – Capas dos guias sobre os despachos n.º 3863-B/2020, de 27 de março, e n.º 5793-A/2020, dos folhetos “COVID-19: A Prevenção é Fundamental!” e das medidas de apoio excepcionais a trabalhadores independentes, do Instituto da Segurança Social	87
Ilustração 22 – Três das imagens executadas/disseminadas em 2020	88
Ilustração 23 – Três peças de comunicação das atividades promovidas pelo Programa Escolhas	89
Ilustração 24 – 1.º encontro de jovens bolseiros do Programa OPRE e da sessão de lançamento do “Relatório Estatístico Anual 2020 – Indicadores de Integração de Imigrantes”	89

I.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.) é um Instituto Público que intervém na execução das políticas públicas em matéria de migrações, designadamente na promoção da integração de imigrantes, pessoas refugiadas e comunidades ciganas, bem como na promoção da diversidade e combate à discriminação. De acordo com a sua missão, os objetivos estratégicos definidos por este Instituto Público, face ao contexto migratório conhecido, designadamente de reforço dos fluxos migratórios e compromissos de proteção internacional assumidos pelo Estado português, foram: 1. Assegurar serviços acessíveis, humanos, integrados, aliados dos/as imigrantes e capazes de gerir a diversidade. 2. Promover as políticas públicas de integração na área das migrações e das comunidades ciganas. 3. Consolidar boas práticas no controlo de gestão, nas áreas dos recursos humanos, dos processos e dos procedimentos administrativos.

No entanto, face à realidade com que o país foi confrontado em março de 2020, decorrente da pandemia COVID-19 e medidas políticas adotadas, houve necessidade de proceder a uma revisão das atividades e indicadores previstos, sem contudo alterar a visão e os objetivos estratégicos. Destacamos como principal impacto, a transformação dos contactos, atendimentos e acompanhamento presencial para o formato *online* e telefónico, com base em meios digitais e uma reorganização do método de trabalho.

O nível de concretização, já incorporando o ajustamento realizado, foi globalmente muito positivo, com um cumprimento do QUAR a 100%, não obstante ter-se assinalado, pela primeira vez, uma classificação negativa num indicador, que se refletiu no parâmetro. As alterações implementadas em contexto de emergência e perante uma realidade totalmente nova dificultaram uma previsão adequada para o indicador referente à capacidade de resposta em regime virtual. Este será um dos desafios ao longo do próximo ano, em que se pretende dar continuidade ao aprofundamento dos processos de transição digital, com impacto nos modelos de atendimento, acompanhamento a entidades e projetos, melhoria dos canais de comunicação interna, incluindo a partilha de informação em rede e o trabalho colaborativo, bem como à formação realizada por este Instituto Público. Para este fim, contamos com uma equipa reforçada a partir do início de 2021, bem como com a implementação de um projeto SAMA – Sistema de apoio à transformação digital da Administração Pública.

Destacamos ao longo de 2020 algumas atividades implementadas, no sentido de aprofundar a concretização da Missão do ACM, I.P.

1. A aprovação do I Plano Anual para a Igualdade, com o contributo e trabalho de todos os núcleos deste Instituto Público, que incluiu também um questionário de diagnóstico junto de todo/as os funcionário/as;
2. A criação do Núcleo de Ligação às Associações, para fortalecer o trabalho desenvolvido junto das associações de imigrantes e seus descendentes, refugiado/as e comunidades ciganas;
3. A aprovação da 8ª geração do Programa Escolhas;
4. A implementação do primeiro Gabinete de Apoio à Vítima, no CNAIM de Lisboa, em parceria com a CIG, para uma resposta especializada a mulheres migrantes vítimas de violência;
5. Reforço dos serviços de tradução, envolvendo a linha de atendimento telefónico, bem como as traduções escritas, dirigidas a migrantes, em várias línguas;
6. Aumento da capacidade de atendimento virtual, com uma aposta nas comunicações por *e-mail* e uma maior resposta na LAM, incluindo experiências de atendimento por videochamada;
7. A criação no *website* do ACM, I.P., de uma secção dedicada a informação relacionada com a

COVID-19, disponível em várias línguas: COVID-19: Medidas, Orientações e Recomendações;

8. A disponibilização de apoio financeiro extraordinário a associações que trabalham com migrantes e seus descendentes, refugiado/as, comunidades ciganas, no âmbito da COVID-19, destacando-se a parceria realizada com a Fundação Calouste Gulbenkian, a par da manutenção do financiamento regular disponibilizado através dos programas PAAI (associativismo imigrante), FAPE e PAAC (ambos dirigidos a comunidades ciganas);

9. A preparação da Presidência Portuguesa, nos temas diretamente relacionados com a atividade do ACM, I.P.;

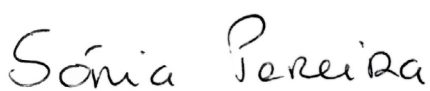
10. A conclusão do Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020;

11. A manutenção dos processos reinstalação e recolocação de pessoas no âmbito da proteção internacional, apesar da suspensão das viagens durante uma parte do ano, devido à pandemia;

12. A receção e acompanhamento de crianças e jovens, menores, não acompanhados/as vindos/as da Grécia, ao abrigo de um mecanismo de recolocação promovido pela Comissão Europeia, em estreita articulação com todas as entidades intervenientes no processo.

Ao longo de 2021, o ACM, I.P., dará continuidade às iniciativas previstas, de promoção da integração e inclusão de pessoas migrantes e descendentes, incluindo também requerentes e beneficiárias de proteção internacional, bem como comunidades ciganas. Durante este ano, prestar-se-á especial atenção aos processos de modernização iniciados, designadamente no âmbito da digitalização, procurando garantir que este processo contribuirá para uma maior inclusão, tendo em consideração e mitigando obstáculos que impliquem a exclusão de pessoas em situação de maior vulnerabilidade, por falta de acesso a meios tecnológicos ou competências digitais.

Presidente do Conselho Diretivo,



Sónia Pereira

Vogal do Conselho Diretivo,



José Reis

II.

NOTA INTRODUTÓRIA DO CONSELHO
DIRETIVO DO ALTO COMISSARIADO
PARA AS MIGRAÇÕES

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia COVID-19 que, por um lado, abrandou fortemente os fluxos de entrada de migrantes, devido à imposição de restrições à mobilidade internacional, e, por outro, resultou no abrandamento da atividade económica e aumento do desemprego, especialmente em alguns sectores com alta percentagem de trabalhadores migrantes como o turismo, a restauração e o comércio. Simultaneamente, noutros sectores, os trabalhadores migrantes asseguraram também o funcionamento de atividades vitais para a manutenção da nossa sociedade e economia, por exemplo nos setores da saúde, logística e distribuição e agricultura.

Para fazer face à situação de pandemia o Governo adotou um conjunto de medidas com forte impacto no acesso dos migrantes aos serviços e à proteção social, das quais destacamos o Despacho 3863-B/2020, de 27 de março, e subseqüentemente o Despacho n.º 10944/2020, de 8 de novembro, o Despacho n.º 5793-A/2020, de 26 de maio, e a Nota informativa n.º 1/2020 – Medidas extraordinárias no acesso de imigrantes à prestação de cuidados de saúde no Serviço Nacional de Saúde (SNS).


Durante o ano de 2020 o país manteve os seus compromissos em matéria de proteção internacional, apesar do abrandamento decorrente dos efeitos da pandemia, que, por exemplo, restringiu as transferências de pessoas ao abrigo de mecanismos de recolocação e reinstalação. E reforçou o seu compromisso de solidariedade intra-europeia, respondendo ao apelo da Comissão Europeia e assumindo a recolocação de 500 crianças e jovens, menores não acompanhados, que se encontravam na Grécia em situação de extrema vulnerabilidade.

Durante este ano deu-se também continuidade à execução do Plano Nacional para a Implementação do Pacto Global para as Migrações – Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019 – que, envolvendo várias áreas governativas constitui o instrumento de política pública fundamental em matéria de integração e migrações. Assim como à implementação da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, coordenada por este Instituto Público.

De assinalar também, a nível europeu, a apresentação pela Comissão Europeia do Pacto para as Migrações e Asilo, bem como do Plano de Ação para a Integração e a Inclusão 2021-2027, que o integra. Assim como o novo quadro estratégico para a igualdade, a inclusão e a participação das pessoas ciganas nos países da UE e preparação da iniciativa para o período 2020-2030.

Face a este enquadramento, nacional e europeu, este Instituto Público manteve a sua missão orientada para a promoção da integração e inclusão, através de um trabalho de proximidade e articulação em rede com entidades relevantes, da administração pública central e local, bem como da sociedade civil, e reorganizou a sua atividade no sentido de manter o nível de serviços prestados aos migrantes, incluindo pessoas refugiadas, e comunidades ciganas, no novo contexto.

Presidente do Conselho Diretivo,



Sónia Pereira

Vogal do Conselho Diretivo,



José Reis

III.

QUAR – QUADRO DE AVALIAÇÃO E
RESPONSABILIZAÇÃO

O Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP) encontra-se previsto na Lei n.º 66B/2007, de 28 de dezembro, e visa não só o propósito da monitorização e da avaliação do desempenho, quer de trabalhadores como das instituições, mas também o da prestação de contas e da transparência na atuação dos organismos que compõem a Administração Pública.

No que respeita à avaliação de desempenho de cada organismo, esta assenta no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), regido por procedimentos pré-estabelecidos de construção, monitorização e avaliação.

Ao longo dos anos, para o Alto Comissariado para Migrações, I.P., o QUAR tem sido adotado como uma importante ferramenta de avaliação e monitorização, imprescindível para o acompanhamento dos compromissos assumidos no âmbito da missão do organismo.

Em 2020, tendo havido necessidade de reformulação de objetivos e indicadores face à pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 mais conhecido como COVID-19, o planeamento em sede de QUAR versou, simultaneamente, sobre a adaptação da atuação a um contexto pandémico e de confinamento, com a consequente adoção de regimes de teletrabalho, e a novas orientações governativas, nomeadamente em matéria de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar dos/as trabalhadores e segurança e saúde no trabalho.

Deste modo, o mapa de objetivos estratégicos e operacionais delineados para o ano em referência correspondeu ao apresentado no **quadro 1**.

PARÂMETRO EFICÁCIA
OE1 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: ASEGURAR SERVIÇOS ACESSÍVEIS, HUMANOS, INTEGRADOS, ALIADOS DOS/AS IMIGRANTES E CAPAZES DE GERIR A DIVERSIDADE
OO1 – Objetivo Operacional 1: Aproximar o ACM, I.P., dos/as seus/suas destinatários/as
OO2 – Objetivo Operacional 2: Promover a diversidade cultural
PARÂMETRO EFICIÊNCIA
OE2 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: PROMOVER AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTEGRAÇÃO NA ÁREA DAS MIGRAÇÕES E DAS CMUNIDADES CIGANAS
OO3 – Objetivo Operacional 3: Garantir a boa gestão e execução dos recursos
PARÂMETRO QUALIDADE
OE3 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 3: CONSOLIDAR BOAS PRÁTICAS NO CONTROLO DE GESTÃO NAS ÁREAS DOS RECURSOS HUMANOS, DOS PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS
OO4 – Objetivo Operacional 4: Assegurar o equilíbrio entre o serviço prestado e o bem-estar do público-alvos
OO5 – Objetivo Operacional 5: Garantir a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos/as trabalhadores/as
OO6 – Objetivo Operacional 6: Promover políticas de segurança e saúde no trabalho

Quadro 1 – Objetivos e Indicadores QUAR 2020

Em linha com as alterações impressas nos objetivos operacionais e estratégicos estão as alterações refletidas nos respetivos indicadores e, ainda, a criação de novos indicadores.

Reformulados foram os indicadores cuja concretização inicial previa a mobilização física de recursos, mais especificamente o *indicador 1 – Número de contactos de acompanhamento aos projetos ACM, I.P.* – que passou a contemplar não apenas as visitas de acompanhamento, presenciais, mas também outras tipologias de contactos de acompanhamento, o *indicador 2 – Volume de horas de formação/sensibilização ministradas (a terceiros) nas modalidades presencial e virtual* – onde passam a ser contabilizadas as ações ministradas na vertente presencial (cuja realização reduziu em mais de 90%) e na vertente virtual, fenómeno que apresentou, no ano em referência, um nível de crescimento exponencial, conforme previsto, e o *indicador 5 – Prazo médio de resposta às solicitações/questões colocadas por e-mail* – que com esta nova construção permite a aferição do tempo de resposta aos contactos efetuados, por e-mail, pelos utentes, face à previsível redução dos atendimentos presenciais.

Em termos de novos indicadores destacamos o *indicador 7 – Evolução do tempo médio de espera das chamadas na LAM/STT* – estabelecido em consonância com a previsão do aumento do volume de chamadas para as linhas de atendimento e apoio, o *indicador 8 – Percentagem de trabalhadores a usufruir de modalidade de horário em harmonia com o disposto no artigo 25.º da LOE 2020* – que como o próprio indica, encontra-se alinhado com o disposto na Lei do Orçamento de Estado 2020 em matéria de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar e, por fim, e o *indicador 9 – Capacitação especializada de recursos em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho* – igualmente direcionada para uma resposta a orientações governativas nesta matéria.

EFICÁCIA	
OE1 – OBJETIVO ESTRATÉGICO: ASSEGURAR SERVIÇOS ACESSÍVEIS, HUMANOS, INTEGRADOS, ALIADOS DOS/AS IMIGRANTES E CAPAZES DE GERIR A DIVERSIDADE	
OO1 – Objetivo Operacional 1: Aproximar o ACM, I.P., dos/as seus/suas destinatários/as	
IND 1	Número de contactos de acompanhamento aos projetos ACM, I.P.
OO2 – Objetivo Operacional 2: Promover a diversidade cultural	
IND 2	Volume de horas de formação/sensibilização ministradas (a terceiros) nas modalidades presencial e virtual
IND 3	Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas
EFICIÊNCIA	
OE2 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: PROMOVER AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTEGRAÇÃO NA ÁREA DAS MIGRAÇÕES E DAS CMUNIDADES CIGANAS	
OO3 – Objetivo Operacional 3: Garantir a boa gestão e execução dos recursos	
IND 4	Prazo de pagamento a fornecedores e projetos (em dias corridos)
IND 5	Prazo medio de resposta às solicitações/questões colocadas por e-mail
QUALIDADE	
OE3 – OBJETIVO ESTRATÉGICO 3: CONSOLIDAR BOAS-PRÁTICAS NO CONTROLO DE GESTÃO NAS ÁREAS DOS RECURSOS HUMANOS, DOS PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	
OO4 – Objetivo Operacional 4: Assegurar o equilíbrio entre o serviço prestado e o bem-estar do público-alvo	
IND 6	Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIM
IND 7	Evolução do tempo médio de espera das chamadas na LAM/STT
OO5 – Objetivo Operacional 5: Garantir a Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos/as trabalhadores/as	
IND 8	Percentagem de trabalhadores a usufruir de modalidade de horário em harmonia com o disposto no artigo 25.º da LOE
OO6 – Objetivo Operacional 6: Promover políticas de segurança e saúde no trabalho	
IND 9	Capacitação especializada de recursos em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho no cumprimento do disposto no artigo 25.º da LOE

Quadro 2 – Indicadores QUAR 2020

ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA DOS RESULTADOS E DESVIOS

No âmbito da construção do QUAR 2020 foram definidos como objetivos operacionais (OO) de maior relevância:

– O OO2 – *Promover a Diversidade Cultural*, com um peso relativo de 70% no parâmetro eficácia e um peso global no QUAR de 17,5%, cotação atribuída, atendendo ao facto deste integrar o indicador 3 – *Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas* – cuja concretização encontra-se alicerçada ao Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020) e à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (2018-2022), medidas do plano governamental que representam não apenas pilares centrais da missão do ACM, I.P., mas também referências, do ponto de vista da política pública, para o cumprimento da agenda governativa na área das migrações, integração e comunidades ciganas, contribuindo para a execução do Programa Orçamental que é trimestralmente monitorizado através do REPO 02.

– O OO5 – *Garantir a Conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos/as trabalhadores/as* – e o OO6 – *Promover políticas de segurança e saúde no trabalho* – em cumprimento do disposto no artigo 18.º da Lei n.º66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual, com um peso global atribuído igual ou superior a 50% ao conjunto dos objetivos projetados de acordo com as exigências constantes do artigo 25.º da LEO 2020.

	Peso do Parâmetro	Peso do Obj.	Operacional no Parâmetro	Peso Final de cada Obj. no QUAR
EFICÁCIA	25%			
OO1 – Aproximar o ACM, I.P., das/os suas/seus destinatárias/os			30%	7,5%
OO2 – Promover a Diversidade Cultural 70%			70%	17,5%
EFICIÊNCIA	10%			
OO3 – Garantir a boa gestão e execução dos recursos			100%	10%
QUALIDADE	65%			
OO4 – Assegurar o equilíbrio entre o serviço prestado e o bem-estar do público-alvo. profissional, pessoal e familiar dos/as trabalhadores/as			20%	13%
OO5 – Garantir a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos/as trabalhadores/as			40%	26%
OO6 – Promover políticas de segurança e saúde no trabalho			40%	26%

Quadro 3 – Matriz de Pesos e Ponderações dos parâmetros e objetivos inseridos no QUAR

Procedendo a uma análise dos índices de concretização por parâmetro, destacam-se os parâmetros eficácia e eficiência com um peso respetivo de 25% e 10% que, com uma concretização acima da meta por parte de todos os indicadores, encerram o ciclo com a classificação de – Superado –.

No parâmetro eficácia, o indicador 1 – Número de contactos de acompanhamento aos projetos ACM, I.P. e o indicador 2 – Volume de horas de formação/sensibilizações ministradas (a terceiros) nas modalidades presenciais e virtual foram monitorizados de forma criteriosa atendendo às alterações inscritas na revisão aos instrumentos de gestão por consequência da pandemia, tendo a sua forma de concretização e contabilização sofrido mudanças consideráveis, o que obrigou a um esforço conjunto adicional das equipas no sentido de garantir uma execução realista e alinhada com os critérios de avaliação e contabilização legalmente estabelecidos.

Eficácia

Peso: 25.0

Aproximar o ACM das/os suas/seus destinatárias/os.s/os suas/seus destinatárias/os.									Peso: 30.0
INDICADORES	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Número de contactos de acompanhamento aos projetos ACM,IP;	.00	.00	1485.00	186.00	1856.00	100	1856.0	125.0	Superou
Promover a Diversidade Cultural.									Peso: 70.0
INDICADORES	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Volume de horas de formação/sensibilização ministradas (a terceiros) nas modalidades presencial e virtual	.00	.00	12730.00	1591.00	15912.00	40	14715.0	115.6	Superou
Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	100.00	100.00	100.00	12.50	125.00	60	93.9	100.0	Atingiu

Ilustração 1 – Avaliação QUAR, parâmetro eficácia

Fonte – plataforma GEADAP

No que concerne ao parâmetro eficiência, verifica-se que em ambos os indicadores a taxa de realização (TR) foi superior a 100%, com ênfase no indicador 5 – Prazo médio de resposta às solicitações/questões colocadas por e-mail, que encerra o ciclo com uma TR fixada em 187,5 %, resultado de uma resposta de excelência das equipas responsáveis pela concretização deste, enquanto indicador em ano 0, fruto da reformulação concretizada no âmbito da revisão COVID-19, sem histórico de concretização.

Em suma, o parâmetro encerra o ciclo de avaliação com a classificação de – Superado –.

Eficiência

Peso: 10.0

Garantir a boa gestão e execução dos recursos.									Peso: 100.0
INDICADORES	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Prazo de pagamentos a fornecedores e projetos (em dias corridos).	14.00	20.00	20.00	1.00	11.00	50	8.0	133.3	Superou
Prazo medio de resposta às solicitações/questões colocadas por e-mail	.00	.00	15.00	2.00	19.00	50	1.0	7.7	Não Atingiu

Ilustração 2 – Avaliação QUAR, parâmetro eficiência

Fonte – plataforma GEADAP

Relativamente ao terceiro e último parâmetro, o de Qualidade, com um peso de 65% na ponderação total, apura-se uma plena execução das metas a que o serviço se propôs, tendo o ciclo sido encerrado com o parâmetro classificado como – *atingido* – (65%).

Qualidade
Peso: 65.0

Assegurar o equilíbrio entre o bem-estar dos trabalhadores e do público alvo.										Peso: 20.0
INDICADORES	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs	8.00	8.00	7.00	1.00	9.00	50	6.0	100.0	Atingiu	
Evolução do tempo médio de espera das chamadas na LAM/STT	.00	.00	5.00	1.00	6.00	50	5.3	100.0	Atingiu	
Garantir a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos/as trabalhadores/as										Peso: 40.0
INDICADORES	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	


R2
Quadro de Avaliação e Responsabilização

Objectivos Operacionais										
Percentagem de trabalhadores a usufruir de modalidade de horário em harmonia com o disposto no artigo 25.º da LOE 2020	.00	.00	10.00	1.00	12.50	100	10.5	100.0	Atingiu	
Promover políticas de segurança e saúde no trabalho										Peso: 40.0
INDICADORES	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	

*Ilustração 3 – Avaliação QUAR, parâmetro qualidade
Fonte – plataforma GEADAP*

Importa referir que o sistema de monitorização QUAR em vigor no ACM, I.P., tem permitido o acompanhamento próximo dos desafios com que as equipas se deparam no cumprimento das metas a que se propõem o que permite a determinação conjunta de soluções que potenciem a concretização, com sucesso, dos compromissos assumidos.

Avaliação Final		
Eficácia	28.0	Superou
Aproximar o ACM das/os suas/seus destinatárias/os.s/os suas/seus destinatárias/os.	37.5	Superou
Promover a Diversidade Cultural.	74.4	Superou
Eficiência	16.1	Superou
Garantir a boa gestão e execução dos recursos.	160.5	Superou
Qualidade	65.0	Atingiu
Assegurar o equilíbrio entre o bem-estar dos trabalhadores e do público alvo.	20.0	Atingiu
Garantir a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos/as trabalhadores/as	40.0	Atingiu
Promover políticas de segurança e saúde no trabalho	40.0	Atingiu
TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL		NOTA FINAL
109.000		
109.000		

*Ilustração 4 – Avaliação Final QUAR
Fonte – plataforma GEADAP*

A gestão deste processo de avaliação representou um verdadeiro desafio do ponto de vista do planeamento estratégico, com a transição de um Conselho Diretivo e as revisões efetuadas e aplicadas por consequência da pandemia causada pela COVID-19, que obrigaram as coordenações e técnicos a recalcular e redefinir, mas também do ponto de vista das relações humanas e profissionais, importa realçar que se verificou um total empenho das equipas em cumprir com rigor.

O Alto Comissariado para as Migrações, I.P., tem vindo, em sede de QUAR, ao longo dos últimos anos, a encerrar ciclos avaliativos com um grau de concretização elevado, expressando desta forma a importância atribuída a este quadro de avaliação.

Em 2020 a execução global dos indicadores foi positiva, mantendo o padrão, com uma taxa de realização final de 109%.

Estes resultados espelham o caminho que deve ser percorrido nestes ciclos de construção e avaliação pelo que contamos, em 2021, continuar a desafiar-nos a fazer mais e melhor, com a mesma ambição e realismo.

IV.

AFETAÇÃO REAL E PREVISTA DE
RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

RECURSOS HUMANOS

Depois da conclusão do PREVPAP em 2018 e a adaptação dos vários trabalhadores a um novo vínculo em 2019, 2020 foi o ano da personalização. Após vários anos focados na uniformização e adaptação de novos padrões administrativos, o NGARH mudou e mudou também a abordagem para o foco nas necessidades individuais de cada trabalhador/a.

Na área da Formação, assistimos a uma mudança nos processos de gestão e resposta, que passaram a ser estudadas e pensadas de acordo com as necessidades de cada trabalhador/a.

Outro marco do ano em referência foi a adoção de um *modus operandi* adaptado ao contexto social e humano único que marcou o ano, por outras palavras, uma atuação que priorizou o princípio da conciliação da vida profissional com a vida privada, face ao novo contexto e regime de teletrabalho, e a entendeu como uma prática necessária e indispensável para satisfação, valorização e retenção de recursos humanos.

Em 2020, surge o desafio de identificar metodologias para a promoção da produtividade e do trabalho em equipa, ainda que à distância, com ferramentas que colocassem o foco da comunicação e a transparência no centro das relações laborais.

A utilização de ferramentas como o teletrabalho, o uso de plataformas de comunicação online e plataformas de formação online, representam um passo notório, no entanto precisaremos, cada vez mais, de plataformas adaptadas à nova geração e às novas formas de trabalhar, muito impulsionadas pela Pandemia COVID-19. Para 2021, continuaremos a focar-nos na gestão de uma força de trabalho multicultural e multigeracional, com todos/as e cada um/a a ter uma voz dentro da instituição.

O foco no bem-estar dos/as trabalhadores/as, através da aposta na criação de programas e ações de redução do *stress*, nomeadamente através de formação, fará parte integrante da agenda dos Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos, com o ACM, I.P., assumir o seu papel de responsabilidade nestas questões e a integrar o apoio e os cuidados psicossociais nos benefícios para com os/as trabalhadores/as, numa ótica de garantir, de igual modo, a manutenção do *engagement* e do perfil humano e institucional de funcionamento.

Numa perspetiva de continuidade do reforço das unidades orgânicas, foram em 2020 concluídos 2 procedimentos concursais iniciados em 2019 e que permitiram o preenchimento de postos de trabalho na carreira de Assistente Técnico.

Foram ainda lançadas 9 ofertas de mobilidade interna e abertos 8 procedimentos concursais comuns, que culminaram com a entrada de um total de 35 novos trabalhadores, tendo ocorrido

ocupação de postos de trabalho no PE, DAAM (com o reforço dos 3 CNAIM e de outras equipas de trabalho no departamento), CICDR, NDI, NLA e EFAF.

Relativamente ao preenchimento de postos de trabalho e ao número de trabalhadores em exercício de funções a 31 de dezembro de 2020, enfatizam-se dois fenómenos que resultaram na diminuição de postos de trabalho em relação ao detido a 31 de dezembro de 2019 (143 para 149) e num nível de realização cujos valores se apresentam inferiores ao previsto nas carreiras de Técnico Superior e Assistente Operacional.

O primeiro fenómeno está relacionado com o lançamento de procedimentos concursais cuja colocação de recursos não se verificou e/ou não foram rececionadas candidaturas, o que resultou na ausência de preenchimento de vagas previstas.

O segundo fenómeno está relacionado com o facto de terem ocorrido saídas de funcionários/as sem ter havido lugar à sua substituição imediata.

No âmbito da carreira de Assistente Técnico, verificou-se uma execução superior ao previsto, em 1 recurso, atendendo ao atraso no encerramento de um processo de consolidação externa de um assistente técnico pertencente ao mapa de pessoal do ACM, I.P., situação entretanto sanada.

Recursos Humanos				
DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção superior *	20.0	60.0	60.0	.0
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa *	16.0	288.0	288.0	.0
Técnico Superior	12.0	1512.0	1104.0	408.0
Assistente Técnico	8.0	184.0	192.0	8.0
Assistente Operacional *	5.0	25.0	15.0	10.0
Técnico de Informática	8.0	8.0	8.0	.0
Especialista de Informática	12.0	24.0	24.0	.0
		2101.0	1691.0	
Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:				
	31/12/2019	31/12/2020		
	149	143		

Ilustração 5 – Cálculo de Recursos Humanos em Termos de UERH
Fonte – plataforma GEADAP

No âmbito da mediação, foram lançados procedimentos de recrutamento às entidades que resultaram na integração de 22 novos mediadores socioculturais.

Em termos de orgânica, em 2020, foram ainda extintos e criados núcleos, departamentos e equipas, numa ótica de otimização de postos de trabalho e recursos, e no sentido de melhorar a resposta da estrutura do ACM, I.P., à sua missão e estratégia:

- Extinção do Núcleo Adjunto do Conselho Diretivo – em 10 de julho;
- Extinção do Núcleo de Política Migratória do Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes – em 06 de agosto;
- Criação do Núcleo de Assessoria e Secretariado de Apoio ao Conselho Diretivo, em 4 de setembro;
- Criado o Núcleo de Ligação às Associações, em 6 de agosto;
- Criado o GAV – Gabinete de Apoio à Vítima, em 5 de novembro, em parceria com a CIG, no CNAIM de Lisboa.

Nesta matéria, em 2021, espera-se continuar o processo de fortalecimento e consolidação da estrutura para garantia de uma concretização saudável e plena dos objetivos e compromissos assumidos.

RECURSOS FINANCEIROS

Orçamento do ACM, I.P.

O ACM, I.P., apresentou, em 2020, um ligeiro acréscimo na dotação orçamental de Receitas de Impostos e Fundos Comunitários mantendo-se inalterado o montante das Receitas Próprias face a 2019, conforme gráfico infra:

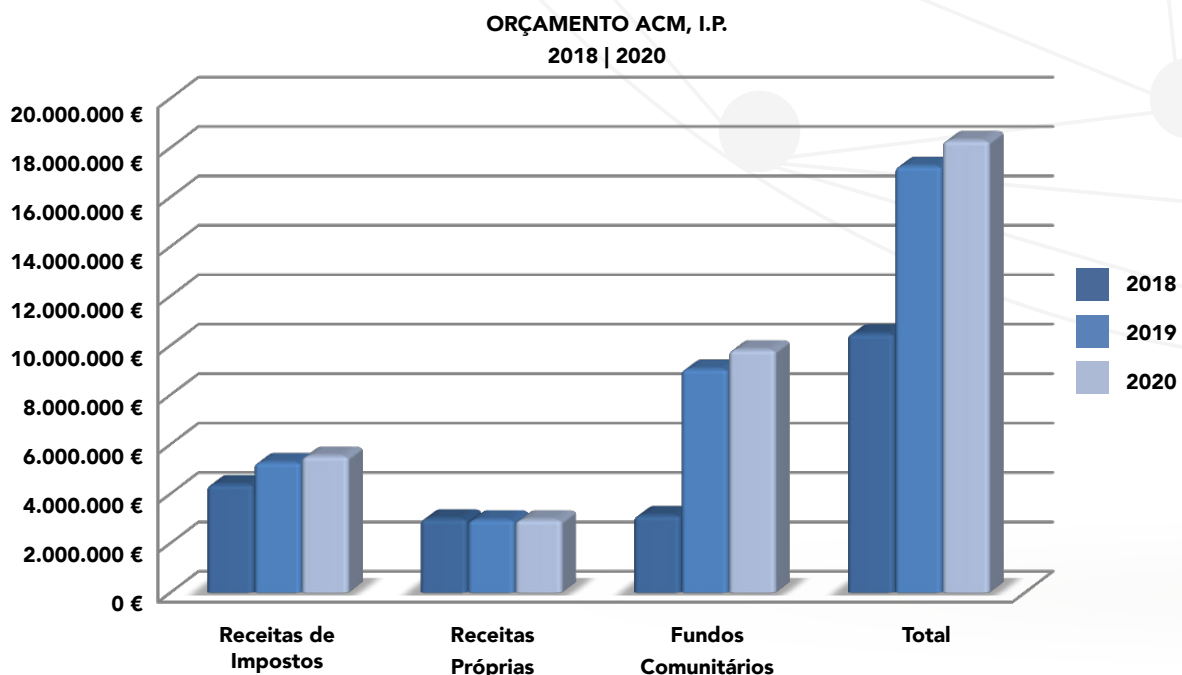


Gráfico 1 – Orçamento ACM, I.P. – 2018-2020

Em 2020 a receita comunitária foi orçamentada em 9.8M€ tendo somente sido transferido o valor de 7.6M€ o que representa 77,91% do valor orçamentado.

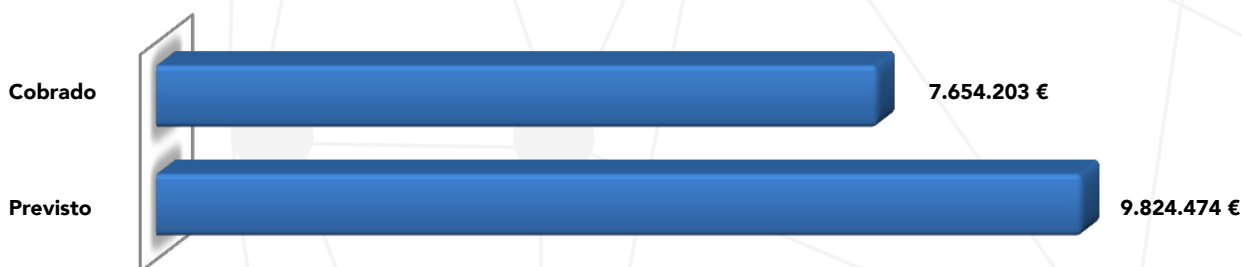


Gráfico 2 – Receita Comunitária 20

Deparamo-nos com alguns constrangimentos orçamentais no decorrer de 2020 para fazer face aos encargos inerentes às atividades do ACM, I.P., pela elaboração do orçamento ter sido efetuada num contexto de contenção de recursos financeiros, tendo como referência a conjuntura económica, as medidas de restrição orçamental, as alterações legislativas e a adoção de medidas de eficiência e controlo orçamental e a cativação de dotação orçamental.

Estes constrangimentos orçamentais levaram-nos a recorrer a um pedido de autorização de descativos, à aplicação em despesa de saldos transitados de Fundos Comunitários e por contrapartida da dotação centralizada destinada à contrapartida pública nacional de projetos cofinanciados pelo FAMI (nos termos do nº 6 do artigo 8º da LOE 2020) para assim possibilitar o cumprimento dos encargos assumidos com as políticas públicas e com as metas QUAR. Tendo estes pedidos obtido a devida autorização apenas no final do ano (os primeiros apenas no final de dezembro), estas autorizações já não nos permitiram em tempo útil executar as verbas disponibilizadas, pelo que os saldos transitados tiveram uma execução de apenas 39%, como abaixo indicado. O mesmo se passou com fundos comunitários, uma vez que se verificou o pagamento de reembolsos no final do ano, não permitindo por isso a sua execução no decorrer de 2020.

Apesar dos constrangimentos acima identificados terminámos 2020:

√ Taxa de execução na despesa de 66,07%.

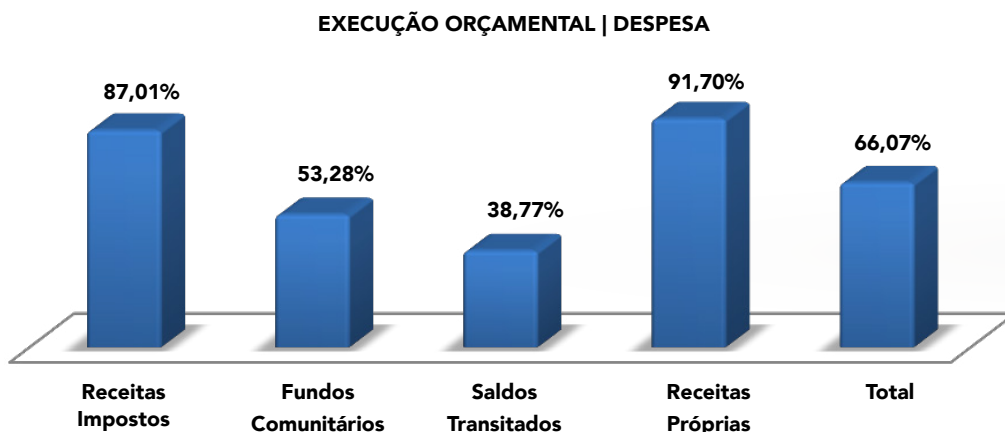


Gráfico 3 – Execução Orçamental – Despesa

√ Taxa de execução orçamental real de 76,31%

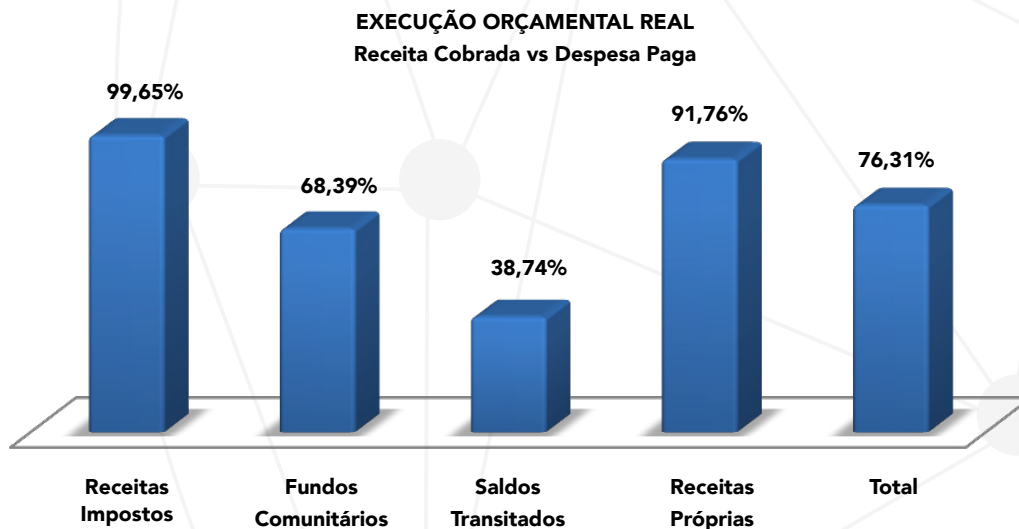


Gráfico 4 – Execução Orçamental Real 2020

Salientando o cumprimento do indicador 4 – QUAR 2020, “Prazo Médio de Pagamentos”, nos 8 dias.

Ao nível de despesa paga por agrupamento económico em comparação com o ano transato verificou-se um decréscimo em despesas com pessoal (7%) e aquisições de bens e serviços (4,86%) e verificou-se um acréscimo de 11,77% nas transferências correntes, em relação a 2019.

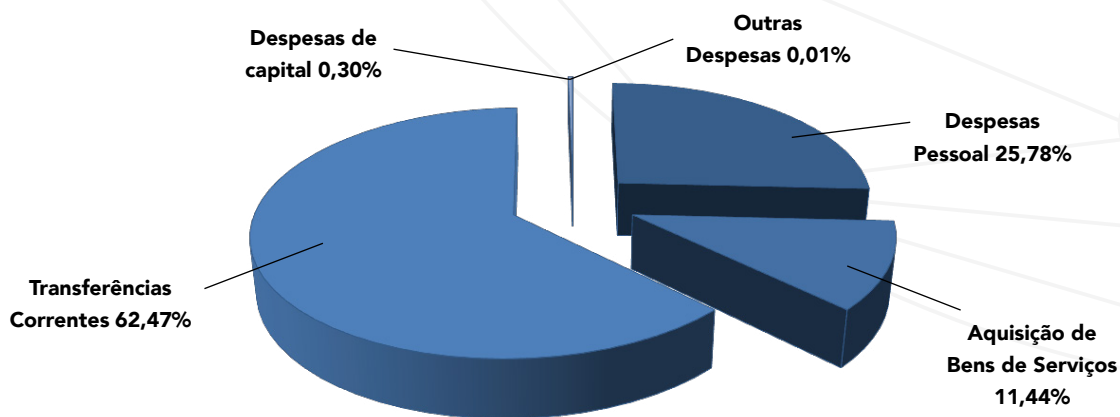


Gráfico 5 – Despesa paga por agrupamento económico 2020

Enquanto beneficiário de Fundos Comunitários, o ACM, I.P., executou as seguintes candidaturas:

Designação da Operação	Custo Total Aprovado	Apoio Total Aprovado	Custo Total Apresentado 2020	Custo Total Validado 2020
POR Lisboa – Inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas – Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM-Lx)	4.009.305,33€	2.004.652,67€	1.950.393,63€	1.948.461,54€
POISE – Inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas – Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM)	1.825.326,34€	1.551.527,39€	525.384,59€	525.384,59€
CRESC Algarve – Inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas – Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM)	647.170,35€	517.736,28€	0,00€	0,00€
Campanhas e ações de sensibilização pela diversidade e contra a discriminação	352.000,01€	299.200,01€	24.593,30€	19.611,80€
Assistência Técnica – FAMI	892.712,75€	892.712,75€	162.755,12€	68.924,69€
Local Roma Integration Plans 2	124.276,18€	89.478,40€	0,00€	0,00€

Quadro 4 – Candidaturas aprovadas do ACM, I.P., enquanto beneficiário

As três candidaturas relativas aos CNAIM estiveram em execução durante o ano de 2020.

Relativamente ao projeto Assistência Técnica do FAMI, que decorre das funções do ACM, I.P., enquanto Autoridade Delegada no contexto do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), com a corresponsabilidade pelas funções de gestão técnica, administrativa e financeira, bem como pela avaliação dos projetos do FAMI, em conformidade com o disposto no Programa Nacional e de acordo com o estabelecido no Contrato de Delegação de Competências celebrado, foram submetidos e integralmente aprovados quatro pedidos de reembolso, com um montante total de 68.924,69€.

No que concerne à candidatura internacional Local Roma Integration Plans 2, a mesma recebeu um adiantamento de 80% a fim de iniciar a execução do projeto.

No ano de 2020 e no âmbito das candidaturas aos Programas Operacionais para a tipologia de operação – Programa Escolhas, destacamos 2 situações:

- 1.ª) Foram submetidos 2 pedidos de reembolso nas 5 candidaturas, referentes à 7ª Geração;
- 2.ª) Foram, também, submetida 4 novas candidaturas para contemplar 64 projetos, dos 105 a serem financiados na 8ª Geração pelo Programa Escolhas. Ficando a faltar a candidatura ao Programa Operacional de Lisboa, que irá financiar 38 projetos dos 105.

Funções do ACM, I.P.	Tipologias de Operação	Principais Atividades de 2020
Entidade beneficiária do PO ISE (FSE)	Programa Escolhas 7ª Geração (2019-2020)	Montante total submetido em 2020 foi de 3.853.812,59€
	Programa Escolhas 8ª Geração (2021-2022)	Submetida a candidatura no valor de 7.499.993,82€.
Entidade beneficiária do POR LISBOA (FSE)	Programa Escolhas 7ª Geração (2019-2020)	Montante total submetido em 2020 foi de 2.315.420,85€.
	Programa Escolhas 8ª Geração (2021-2022)	
Entidade beneficiária do POR ALGARVE (FSE)	Programa Escolhas 7ª Geração (2019-2020)	Montante total submetido em 2020 foi de 296.942,52€.
	Programa Escolhas 8ª Geração (2021-2022)	Submetida a candidatura no valor de 536.470,34€.

Quadro 5 – Candidaturas aos Programas Operacionais para a tipologia de operação – Programa Escolhas

A execução financeira dos 103 projetos, financiados na 7ª Geração do Programa Escolhas, foi de 71,01% (à data atual), no ano 2020, no entanto 53 projetos ainda não submeteram o saldo final.

Organismo Intermédio do PO ISE

Enquanto Organismo Intermédio do PO ISE (Programa Operacional Inclusão Social e Emprego), no âmbito do FSE (Fundo Social Europeu), o ACM, I.P., com uma dotação global de 11.300.000,00€, aprovou na totalidade 30 candidaturas, distribuídas pelas três tipologias de operações.

A execução reportada a 31/12/2020 é a seguinte:

N.º AAC	Data Publicação do Aviso	Data de Encerramento do Aviso	Tipologia	N.º de Projetos	Dotação do Fundo	Montante Solicitado	Montante Aprovado	Fundo Pago
POISE-33-2017-10	30-06-2017	31-07-2017	3.06 - Português para todos - 1º aviso	3	2.950.000,00 €	1.301.140,56 €	715.428,00 €	107.314,20 €
POISE-33-2018-06	27-04-2018	12-07-2018	3.09 - Projeto mediadores municipais e interculturais	12	3.500.000,00 €	9.188.567,00 €	3.422.046,45 €	713.267,31 €
POISE-33-2018-09	29-06-2018	08-10-2018	3.08 - Inserção Socioprofissional Comunidade Cigana	9	1.500.000,00 €	2.112.579,65 €	1.037.017,00 €	221.324,06 €
POISE-33-2018-11	30-08-2018	31-10-2018	3.06 - Português para todos - 2º aviso	6	2.950.000,00 €	2.845.094,42 €	1.868.742,00 €	155.778,14 €
Total					10.900.000,00 €	15.447.381,63 €	7.043.233,45 €	1.197.683,71 €

Quadro 6 – Candidaturas aprovadas pelo ACM, I.P., enquanto Organismo Intermédio do PO ISE

Autoridade Delegada do FAMI

No quadro das competências, direitos e obrigações delegadas, em 2020 o ACM, I.P., continuou a assumir a função de Autoridade Delegada do FAMI (Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração) no âmbito do Objetivo Específico 2 – Integração/Migração legal. Este Objetivo Específico pretende dar resposta a três Objetivos Nacionais (Objetivo Nacional 1 – Migração Legal, Objetivo Nacional 2 – Integração, e Objetivo Nacional 3 – Capacidade), previstos no respetivo Programa Nacional, e conta com uma dotação global de 18.097.918,50€.

Em 2020, no âmbito do exercício destas funções, o ACM, I.P., publicou quatro Avisos, analisou 82 candidaturas, das quais aprovou 58, com um montante total de Fundo FAMI de 4.786.827,67 €, conforme sintetizado no quadro infra:

Aviso	N.º	Dotação do Aviso	Data de publicação	Prazo de submissão candidatura	Candidaturas recebidas	Montante de Fundo Solicitado	Candidaturas aprovadas	Montante de Fundo Aprovado (-montantes não executados)
Integração através de ações da Sociedade Civil— OE2-ON2	82/FAMI/2020	670.000,00 €	19/05/20	19/06/20	47	5.523.073,97 €	32	2.669.786,12 €
Conceção e Implementação de Planos Municipais para a Integração de Migrantes – OE2-ON2	83/FAMI/2020	2.500.000,00 €	20/05/20	22/06/20	15	2.787.561,92 €	14	1.638.168,27 €
Ações de Capacitação em Língua Portuguesa – Educação não Formal – OE2-ON2	85/FAMI/2020	815.000,00 €	19/06/20	21/07/20	12	735.977,57 €	6	124.858,19 €
Migração Legal – OE2-ON1	87/FAMI/2020	1.000.000,00 €	24/07/20	25/08/20	8	1.853.311,22 €	6	354.015,09 €
		6.985.000,00 €			82	10.899.924,68 €	58	4.786.827,67 €

Quadro 7 – Avisos publicados pelo ACM, I.P., enquanto Autoridade Delegada do FAMI

Durante o ano de 2020, o ACM, I.P., efetuou pagamentos às entidades beneficiárias no valor 3.946.460,63€ e, no final do ano, atingiu-se uma taxa de compromisso de 84%.

Em 2020 foram ainda efetuadas 28 visitas de controlo no local a projetos cofinanciados pelo FAMI.

BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social representa, a par do Plano de Atividades, do Relatório de Atividades e do QUAR, um instrumento de informação, planeamento, organização e apoio à gestão de recursos humanos, inserindo-se no ciclo anual de gestão, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, que estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP).

Este balanço é elaborado com base nos dados referentes aos/às trabalhadores/as em efetividade de funções no ACM, I.P., a 31 de dezembro de 2020, cumprindo o disposto no Decreto-Lei

n.º 190/96, de 9 de outubro, e de acordo com as orientações emanadas da Direção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP).

O documento em referência e que representa um anexo a este relatório (Anexo 2) expressa a caracterização e evolução dos recursos humanos, através da apresentação de gráficos e tabelas estatísticas e respetivos enquadramentos descritivos, considerando uma variedade de indicadores de medida.

Estes indicadores assumem-se como um instrumento fundamental para um planeamento e uma gestão mais eficaz e operacional, permitindo, ao longo do ano, um planeamento ajustado e integrado, de forma a garantir o cumprimento da missão, estratégia e objetivos definidos pelo ACM, I.P., e uma adequada afetação de recursos humanos e financeiros.

No estudo realizado em referência a 2020 destacam-se os seguintes resultados:

- √ A 31 de dezembro de 2020 o ACM, I.P., contava com 143 trabalhadores/as, menos 5 trabalhadores/as do que no ano anterior;
- √ Verifica-se uma maior incidência de trabalhadores/as nas carreiras de Técnico Superior, com um total absoluto de 92 funcionários/as (64,3%) e Assistente Técnico com um total absoluto de 24 funcionários/as (16,78%);
- √ Num universo de 143 trabalhadores/as, as mulheres são o sexo mais representado no ACM, I.P., totalizando 107 efetivos para um total de 36 efetivos homens, o que resulta numa taxa de feminização situada nos 74,8% e reflete uma ligeira redução comparativamente a 2019 (76,7%) que, neste caso, resulta de um aumento do número de efetivos do sexo masculino;
- √ O nível médio etário é de 43,2 anos, constatando-se assim um ligeiro aumento em relação ao ano de 2019, em que se obtivera a média de 42 anos. Por sexo, a média de idades para as trabalhadoras é de 44 anos e para os trabalhadores é de 42 anos;
- √ O grau académico predominante no ACM, I.P., é a licenciatura, detida por 74,13% dos seus funcionários/as, o que revela um elevado nível de qualificação;
- √ De forma absoluta, o ACM, I.P., apresentou, no ano em referência, uma taxa de absentismo de 2,1%;
- √ Afere-se uma média de 5,3 dias de ausência por trabalhador/a;
- √ Em 2020, o ACM, I.P., contou com um total de 38 saídas de pessoal, com uma taxa de saídas de 26,6% e 35 admissões ou regressos, com uma taxa de admissões de 24,5%, o que se traduz numa taxa de reposição de 92,1%, um valor bastante positivo do ponto de vista da rotação de pessoal.
- √ O valor da remuneração mínima auferida no ACM, I.P., é de 665,0€, na carreira de Assistente Operacional e a remuneração máxima paga é de 3.745,3€ no cargo de Direção Superior de 1º Grau;
- √ 2020 foi um ano melhor em matéria de formação profissional, com uma taxa de participação em ações de formação de aproximadamente 95%, 2,3% superior ao ano anterior (92,67%);
- √ Do total de ações de formação frequentadas, aproximadamente 88% foram realizadas em regime de *e-learning*;
- √ A maioria dos/as trabalhadores/as, 54%, pratica a modalidade de horário flexível, de 35 horas semanais;

√ Em matéria de orçamento e despesa, relativamente aos encargos absolutos com o pessoal, em 2020 a totalidade dos encargos ascendeu a 3.795.406,60 € o que representa 25,9% do orçamento de funcionamento do ACM, I.P.

PLANO DE FORMAÇÃO

A aquisição de competências e o aprofundamento de conhecimentos ajustados a um ambiente em permanente transformação são decisivos para a prossecução, com rigor e qualidade, dos compromissos a que as instituições e organismos se veiculam, sendo também uma peça essencial nos processos de modernização, inovação e melhoria da qualidade na prestação do serviço público e, conseqüentemente, no prestígio e imagem institucional.

Conhecedores deste facto, no ACM, I.P., temos privilegiado o investimento na formação dos/as trabalhadores/as, procurando dar resposta às novas e recorrentes temáticas, necessidades e desafios que se colocam, capacitando e estimulando a adequação dos/as trabalhadores/as e das equipas de trabalho a estas novas realidades.

Deste modo, dotar os recursos humanos dos conhecimentos e competências necessárias, habilitando-os para novos métodos de trabalho, mais complexos e de elevada tecnicidade bem como para novas abordagens, garantindo a inovação e a promoção da aplicação de boas-práticas, afigura-se, pois, de crucial importância para a subsistência do organismo e manutenção de resultados de excelência.

Procedendo a uma análise, em termos comparativos com o ano anterior e conforme espelhado no Relatório de Execução da Formação Profissional – Anexo 3 – conclui-se que ao nível da frequência em ações de formação, 2020 foi um ano melhor, com uma taxa de participação em ações de formação de aproximadamente 95%, aproximadamente 2,3% superior ao ano anterior (92,67%).

Importa, igualmente, realçar o aumento do número de formações planeadas e realizadas, incluindo o forte investimento em formação inicial, princípio que se pretende manter como prática de melhoria na integração dos/as novos/as trabalhadores/as.

O recurso à formação à distância também merece destaque, sendo que representa uma estratégia que potencia a otimização de tempo e recursos e está perfeitamente adequado aos princípios da modernização administrativa que têm feito parte da estratégia governativa para os organismos da Administração Pública.

A melhorar, sublinham-se os procedimentos de monitorização e avaliação da formação frequentada e ministrada.

Quanto à monitorização da formação, uma ferramenta que torna possível aferir a implementação

e o cumprimento das obrigações e objetivos que fazem parte do Plano de Atividades, assim como do Quadro de Avaliação e Responsabilização – QUAR, assume-se o compromisso de concretização de procedimentos de monitorização e avaliação com uma periodicidade trimestral, o que permitirá analisar de forma mais próxima a evolução do planeamento e conseqüentemente, garantir respostas a eventuais desvios de forma mais atempada.

A estratégia de monitorização e avaliação passa pela utilização de um formulário específico que se pretende de utilização uniforme por todo o organismo, quer no âmbito da formação ministrada internamente como na realizada externamente.

Relativamente à componente de avaliação das ações de formação profissional, incluindo o impacto da formação para o exercício de funções, crescimento e valorização profissional, consideramos que se trata de uma importante ferramenta, não só no âmbito da formação, como também para o planeamento da intervenção do ACM, I.P., atendendo a que através deste mecanismo se torna possível conferir níveis de eficácia, eficiência e mais-valias obtidas durante todo o trajeto formativo, para as atividades desenvolvidas diariamente. Importa-nos, portanto, reavivar a utilização da mesma de forma efetiva, mantendo esta metodologia de acompanhamento, geral e individualizada, no sentido de percorrer um caminho permanente de melhoria.

V.

PLANO DE ATIVIDADES – BALANÇO

DEPARTAMENTO DE APOIO E ASSISTÊNCIA MIGRATÓRIA (DAAM)

O Departamento de Apoio e Assistência Migratória (DAAM) visa desenvolver e gerir uma rede de âmbito internacional, nacional e local de serviços públicos de integração, atendimento e informação orientada para a satisfação das necessidades dos/as imigrantes. Na dependência deste Departamento, o Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes (NAIM) tem a competência da gestão de várias equipas, nomeadamente, os Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes de Lisboa, Norte e Algarve, a Linha de Apoio a Migrantes/Serviço de Tradução telefónica, o Gabinete de Apoio às Políticas Locais de Integração de Migrantes e o Programa Mentores para Migrantes, que visam assegurar uma rede de serviços de acolhimento, atendimento e informação aos/às imigrantes.

Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM)

Os Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM) dão resposta a diferentes dificuldades sentidas pelos/as migrantes e baseiam-se num modelo de funcionamento integrado, de articulação e estreita colaboração entre diversas entidades, ministérios e gabinetes de apoio especializado em áreas fulcrais inerentes ao processo de integração de migrantes em Portugal, nomeadamente nas áreas jurídica, social e qualificação e emprego. As entidades parceiras ali representadas são o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Segurança Social, a Conservatória dos Registos Centrais, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Espaço Cidadão e a Autoridade para as Condições do Trabalho.

No decurso do ano de 2020, os CNAIM realizaram um total de 129.199 atendimentos, distribuídos por região da seguinte forma: CNAIM Norte – 40.999; CNAIM Lisboa – 71.693; CNAIM Algarve – 16.507 (com base nos dados do SIGA – sistema de informação para gestão do atendimento, que não permite desagregação por sexo). Do total de atendimentos realizados, 48.401 foram realizados pelas vias de e-mail e telefone.

Em 2020, há a destacar a colaboração do CNAIM do Algarve com a OIM no âmbito do UKNSF – UK Nationals Support Fund. Este projeto foi implementado pela OIM e teve como objetivo central, e atendendo ao processo de saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) em curso, providenciar apoio a nacionais do Reino Unido e seus familiares, em risco, nos processos de regularização de residência e/ou novos pedidos de residência em Portugal.

Também durante o ano de 2020, mais concretamente a partir de setembro, passou a existir uma nova dinâmica na forma de articulação entre os vários Centros, assim, os gabinetes especializados dos CNAIM, Gabinete de Apoio à Inserção Profissional, Ensino Superior e Qualificação (GAIPESQ), Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ) e Gabinete de Assuntos Sociais e Inclusão (GASI) passaram a ter uma coordenação nacional, que coordena e articula as várias respostas a dar por estes gabinetes, numa lógica de uniformização de respostas e procedimentos, de melhor gestão de recursos e de uma resposta integrada em rede, adequando sempre que necessário às especificidades de cada contexto.

Com a doença COVID-19, e no que respeita a medidas preventivas para contenção da mesma, os CNAIM, através dos seus gabinetes especializados e do Gabinete de Acolhimento e Triagem (GAT), reduziram grande parte dos seus atendimentos ao público, colocando em regime presencial somente aqueles/as trabalhadores/as executantes de serviços inadiáveis. Outros serviços, não coordenados pelo ACM, I.P., em março de 2020, ou encerraram o seu atendimento ou reduziram-no. Para poder colmatar a dificuldade do serviço à distância, os Centros criaram, desde logo um e-mail por região cujos contactos seriam distribuídos para as diferentes equipas de acordo com o assunto exposto. As mesmas equipas passaram, também, a rececionar chamadas a partir da Linha de Apoio a Migrantes (LAM) que, após triagem, passou a direcionar as mesmas de acordo com o assunto exposto pelos/as utentes.

No decurso dos Estados de Emergência e Calamidade, surgiram situações de emergência social, alimentar e focos de doença envolvendo migrantes, pelo que foram constituídos pontos focais para acompanhar territórios em Portugal Continental.

O GAT continua a ser o primeiro ponto de contacto que o/a cidadão/ã migrante tem com os Centros e este serviço superou o desafio de continuar a acolher, informar e orientar da melhor forma o/a cidadão/ã migrante. A maior procura de assuntos esteve relacionada com apoio nos pedidos de agendamento junto do SEF, renovações automáticas, ajuda na recuperação dos registos no portal do SEF e SAPA, informações relacionadas com a Lei de Estrangeiros, Lei da Nacionalidade, troca de carta de condução estrangeira, pedidos de NISS e NIF. No ano em referência, o n.º total de atendimentos do GAT, por região foi de 13.858 no CNAIM Norte, 27.048 no CNAIM Lisboa e 6.117 no CNAIM Algarve, perfazendo um total de 47.023 atendimentos.

No que respeita aos assuntos sociais, o Gabinete de Assuntos Sociais e Inclusão (GASI) verificou um aumento de assuntos relacionados com prestações no âmbito da parentalidade, parentalidade social e prestações por encargos familiares, como o abono de família para crianças e jovens e abono de família pré-natal. Nos GASI foram ainda solicitados apoios para atribuição de NISS e realizaram-se atendimentos para apoio no requerimento e pedido de esclarecimentos sobre Rendimento Social de Inserção e Subsídio de Desemprego e Subsídio Social de Desemprego. A nível nacional o GASI realizou um total de 7.966 atendimentos no ano de 2020. No CNAIM Norte, o GASI realizou 772 atendimentos, no CNAIM Lisboa realizou 6.754 atendimentos e no CNAIM Algarve um total de 440 atendimentos.

No ano de 2020, a grande parte dos atendimentos efetuados traduziram-se em respostas dadas na principal área de intervenção do Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ), tais como apoio à regularização da situação de permanência dos/das cidadãos/ãs estrangeiros/as em território nacional, prestando esclarecimentos e fazendo acompanhamento em questões associadas à sua regularização, nomeadamente nos processos de concessão de autorizações de residência

para exercício de atividade profissional subordinada ou para exercício de atividade profissional independente (manifestações de interesse), bem como em outros processos de regularização gerais, especiais e excepcionais previstos no regime jurídico de entrada, permanência saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, bem como informações sobre o instituto do reagrupamento familiar. Foram igualmente prestadas informações sobre o regime que regula o exercício de livre circulação e residência dos/as cidadãos/ãs da União Europeia e dos membros das suas famílias, independentemente da sua nacionalidade e, também, sobre os direitos e deveres laborais em geral e, especificamente, com os decorrentes da cessação de contrato de trabalho.

A partir de novembro de 2020, o GAJ contou igualmente com um aumento da procura de informação sobre a nova Lei da Nacionalidade – Lei Orgânica n.º 2/2020, de 10 de novembro, a qual entrou em vigor no dia 11 de novembro - em especial sobre a possibilidade de menores, filho/as de cidadão/ãs estrangeiro/as, e nascido/as em território nacional, poderem adquirir a nacionalidade portuguesa originária. No decurso do ano em análise, o GAJ fez um total de 16.707 atendimentos, sendo 2.717 relativos ao CNAIM Norte, 13.464 ao CNAIM de Lisboa e os restantes 526 atendimentos ao CNAIM do Algarve.

A principal resposta do GAIPESQ (Gabinete de Apoio à Inserção Profissional, Ensino Superior e Qualificação) centra-se na empregabilidade, qualificação e no empreendedorismo. O público-alvo deste gabinete é constituído essencialmente pela população migrante em situação regular, habilitada com títulos de residência que permitem o exercício de atividade laboral subordinada ou independente. No que concerne aos atendimentos realizados, mesmo em tempos de pandemia, houve um relativo aumento dos atendimentos em comparação com o ano anterior, o que decorrerá dos efeitos da própria pandemia ao nível da empregabilidade. Por região, o GAIPESQ apresentou os seguintes resultados em termos de atendimentos: CNAIM Norte com um total de 315 atendimentos e CNAIM Lisboa com 4.672, perfazendo um total de 4.987. Até ao final do ano, o CNAIM Algarve não dispunha desta resposta.

O Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante (GAEM) desenvolveu em 2020: 8 cursos «Apoio à Criação de Negócios», no âmbito do PEI – Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante; 6 Sessões de Apresentação e esclarecimentos PEI; 5 workshops temáticos. Foram ministradas 3.247,5 horas de formação, envolvendo 325 empreendedores/as.

Em consequência do apoio especializado prestado no âmbito da atividade do GAEM, foram criados 33 negócios em que estiveram envolvidas 97 pessoas. A maior parte destes projetos foram criados por mulheres (20 projetos), sendo que 10 projetos foram criados por homens e 3 projetos tanto por homens como por mulheres.

Desde a sua criação em 2009, o Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante dinamizou 142 Edições do Curso PEI (Curso de Apoio à Criação de Negócios), apoiou na formalização de

235 negócios, 153 negócios criados por mulheres e 82 por homens. Estes apoios traduziram-se no atendimento especializado aos/às empreendedores/as. Desde a sua criação passaram pelo programa 2.734 empreendedores: 1.730 mulheres e 1.004 homens.

	Atendimentos em 2019	Atendimentos em 2020	Varição
CNAIM			
CNAIM Norte	112.654	40.999	-64%
CNAIM Lisboa	131.334	71.693	-45%
CNAIM Algarve	30.391	16.507	-46%
Total	274.379	129.199	-53%

Quadro 8 – Atendimentos CNAIM 2019-2020

Nota: o total de atendimentos para os dois anos em análise inclui os atendimentos à distância o que não foi contemplado nos números apresentado no relatório de 2019, para aquele ano.

i. Rede GIP Imigrante

A Rede GIP Imigrante (RGI) resulta de uma parceria entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P.) e o ACM, I.P., ao abrigo da Portaria n.º 140/2015, de 20 de maio, vocacionada para o apoio à integração de imigrantes desempregados/as no mercado de trabalho, nomeadamente nas áreas geográficas com maiores necessidades a este nível.

Na sua 4.ª Edição (biénio 2019-2020), a RGI foi dinamizada por entidades da sociedade civil num total de 11 Gabinetes de Inserção Profissional credenciados pelo ACM, I.P., e pelo IEFP, I.P., espalhados de norte a sul do país.

No que aos atendimentos diz respeito, no ano de 2020 os Gabinetes da RGI atenderam 10.013 cidadãos/ãs, sendo a maior parte no primeiro trimestre do ano e que resultou num total de 77 colocações em emprego e/ou formação.

Para a continuidade desta parceria do ACM, I.P., com o IEFP, I.P., foi assinado em 22 de Dezembro de 2020 um novo Acordo de Cooperação, com vista ao alargamento da Rede até ao máximo de 24 Gabinetes de Inserção Profissional (GIP), em conformidade com a Medida 27 do Plano Nacional para a Implementação do Pacto Global para as Migrações. Este alargamento constitui a 5.ª edição da rede GIP Imigrante.

ii. Linha de Apoio a Migrantes

A Linha de Apoio a Migrantes (LAM), a funcionar desde 2003, realiza atendimentos telefónicos, com o objetivo de disponibilizar aos migrantes, associações, empresas e instituições da Administração Pública, um serviço informativo sobre assuntos na área das migrações, responder de imediato às questões mais frequentes e/ou encaminhar para outros organismos/respostas/atendimento especializado. A funcionar de segunda e sexta-feira (dias úteis) de forma contínua, entre as 9 horas e as 19 horas, o atendimento nesta linha foi executado em 14 idiomas/dialetos diferentes, (português, inglês, francês, espanhol, russo, romeno, moldavo, ucraniano, árabe, crioulo Cabo Verde, crioulo Gunié-Bissau, fula, mandinga e wolof).

No ano de 2020, a LAM recebeu 106.922 chamadas, das quais 67.422 (cerca de 63%) foram atendidas.

iii. Serviço de Tradução Telefónica

O Serviço de Tradução Telefónica (STT) surgiu em 2006 e contava, em 2020, com uma bolsa de 95 tradutores/as que dominam 68 idiomas diferentes. O STT permite colocar em formato de conferência telefónica a entidade que solicita o serviço, o/a cidadão/ã imigrante ou refugiado/a e o/a tradutor/a, com o objetivo de ultrapassar a barreira da língua, uma das maiores dificuldades sentidas pelo/as migrantes no seu processo de integração. Como resposta às alterações dos fluxos migratórios, este serviço tem vindo a ser reforçado com novos idiomas e mais tradutores. No corrente ano a bolsa do STT foi reforçada com 28 novos/as tradutores/as e 7 novos idiomas: amárico e oromo (Etiópia), arménio, indonésio, makassarês (sul Indonésia), somali e shugni (Tajiquistão).

Ao longo do ano de 2020 foram efetuadas 1.583 traduções através do Serviço de Tradução Telefónica. Relativamente aos idiomas mais solicitados nas traduções telefónicas e mantendo a tendência dos anos anteriores, verificou-se um elevado número de pedidos de traduções em árabe (811), seguido do hindi (153), do russo (115) e do mandarim (77).

No que respeita às entidades que mais recorreram ao STT, é de destacar uma enorme procura por parte dos vários gabinetes especializados dos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes e também uma significativa procura da bolsa de tradutores por parte de entidades designadamente da área da saúde, incluindo hospitais, centros de saúde, entre outros. Este serviço foi especialmente solicitado no âmbito de atendimentos relacionados com a COVID 19. Destaca-se também a procura do serviço de tradução telefónica por parte das organizações não-governamentais, particularmente as que acolhem cidadãos/ãs refugiados/as.

iv. Traduções presenciais e escritas

A partir de finais de abril foi necessário começar a dar resposta às solicitações para **traduções presenciais** no âmbito das ações que foram sendo realizadas junto dos/das cidadãos/ãs migrantes para efeitos de despistagem da COVID-19. Foram desenvolvidas operações em *hostels*, apartamentos e nas bases militares da Ota e de Santa Margarida e ainda na Mesquita de Lisboa, durante a semana e aos fins de semana. Foi necessário contactar funcionário/as da LAM/STT e do CNAIM Lisboa, assim como os tradutores/as da bolsa do STT para estas deslocações.

Paralelamente, foi notada uma enorme solicitação de **traduções escritas**, serviço pouco requisitado até então, tendo sido criada uma equipa de tradutores/as da bolsa do STT para que estivessem sempre disponíveis para as realizar no menor tempo possível. Desde meados de março até ao final do ano foram traduzidas mais de 160 mil palavras em inglês, francês, espanhol, italiano, búlgaro, romeno, russo, moldavo, mandarim, árabe, tigrínia, farsi, nepalês, bangla, urdu, hindi e gujarati.

v. Traduções Videochamada

Por motivo da pandemia e intensa redução nos atendimentos presenciais, as diferentes entidades que desenvolvem atividade com cidadãos/ãs estrangeiros/as deram início, a partir de julho, a pedidos para **traduções por videochamada**. Muito embora este serviço ainda se encontre em fase de finalização da sua implementação no âmbito do projeto de instalação do Contact Center, entre julho e dezembro realizaram-se 20 traduções neste formato para o Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados (NAIR) do ACM, I.P., gabinetes especializados dos CNAIM, Tribunais, Agrupamentos de Escolas, Segurança Social e outros. A prestação deste serviço contribui para a execução da Medida 62 do Plano Nacional para a Integração do Pacto Global para as Migrações.

vi. Políticas Locais de Integração de Migrantes

O Gabinete de Apoio às Políticas Locais de Integração de Migrantes (GAPLIM) tem como objetivo promover o incentivo à construção de políticas de integração de migrantes ao nível local, sensibilizando os diferentes atores locais para as questões do acolhimento e integração, da valorização da diversidade, proporcionando ferramentas que garantam o aprofundamento das políticas locais nos diferentes territórios.

Em 2020, desenvolveram-se as seguintes atividades, nas diferentes áreas de intervenção do gabinete, nomeadamente:

Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)

A Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), criada em 2003, corresponde a uma resposta descentralizada em Portugal Continental e Ilhas, composta por centros onde é prestado atendimento personalizado, realizado por técnicos/as habilitados/as para o efeito, com vista à resposta às necessidades do/as migrantes a nível local. No final de

2020, a Rede CLAIM era composta por **114 CLAIM**, resultantes de parcerias que o ACM, I.P., estabeleceu com Autarquias, Instituições de Ensino Superior e entidades da Sociedade Civil. Alguns dos CLAIM resultantes de parcerias com organizações da sociedade civil foram aprovados pelo, ACM, I.P., na sua dimensão como Autoridade Delegada do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI).

O ano de 2020 revelou-se, assim, um período de forte crescimento e ampla valorização da Rede CLAIM, contribuindo para a execução da Medida 57 do Plano Nacional para a Implementação do Pacto Global para as Migrações. Apesar de todas as dificuldades decorrentes da pandemia que se faz sentir no país, várias são as entidades que contactam o ACM, I.P., através do GAPLIM, com o intuito de estabelecer uma parceria, sejam elas públicas ou privadas, para abertura de novos gabinetes de atendimento no país.

A formação é uma área fulcral na Rede CLAIM pelo que, à semelhança dos anos anteriores, o ACM, I.P., através do GAPLIM, proporcionou, diversos módulos de formação/sensibilização, tendo como principal objetivo desenvolver e melhorar as competências necessárias à boa dinamização dos gabinetes CLAIM e equipas PMIM – Planos Municipais para a Integração de Migrantes. Durante o ano de 2020, foram realizadas um total de **2.072 horas de formação a 532** participantes.

vii. Atendimentos Rede CLAIM

O ano de 2020 foi desafiante no que concerne aos atendimentos efetuados pela Rede CLAIM, tendo em conta os constrangimentos e limitações que se puseram devido à pandemia, contudo, foi o ano em que, no mês de outubro, esta Rede atingiu o marco de 1.000.000 de atendimentos e efetuou o maior número de atendimentos anual desde a sua criação: 109.317 tendo apresentando um aumento de 4,6% em relação ao ano anterior.

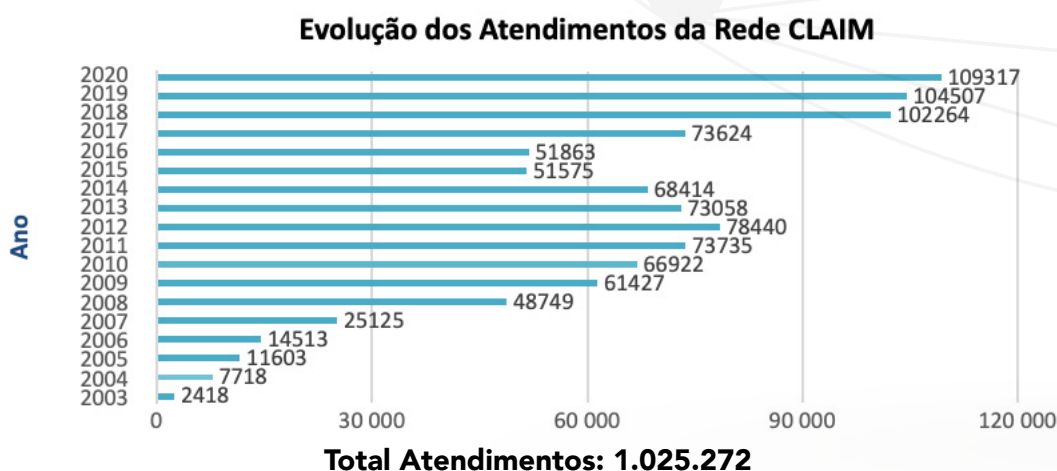


Gráfico 6 – Evolução dos Atendimentos Rede CLAIM

Quanto ao perfil dos atendimentos, o principal **motivo** pelo qual os/as cidadãos/ãs migrantes procuram os CLAIM é a **regularização da sua situação migratória** (52%), seguido de questões relacionadas com o **atendimento social** (7%), **reagrupamento familiar** (5%), **trabalho** (5%) e questões ligadas à **segurança social** (4,6%).

No total, os atendimentos registados abrangem cerca de **144 nacionalidades diferentes**, sendo que as **cinco** mais representativas são a **brasileira** (26%), a **guineense** (15%), a **cabo-verdiana** (13%), a **angolana** e a **indiana** (9%).

É importante realçar o papel que a Rede CLAIM tem tido durante a pandemia, uma vez que estes gabinetes mantiveram-se sempre em funcionamento, ainda que em alguns casos os/as técnicos/as estivessem em teletrabalho. Os atendimentos foram sempre assegurados por telefone, e-mail ou mesmo com recurso a outras plataformas (WhatsApp, Messenger), garantindo, assim, o apoio contínuo à população migrante. Foram vários os CLAIM que realizaram sessões de sensibilização no âmbito das regras a serem cumpridas devido à COVID-19, bem como também distribuíram máscaras e folhetos informativos traduzidos em várias línguas.

Estes gabinetes desenvolvem ainda inúmeras atividades dirigidas a migrantes como: ações de aprendizagem da língua portuguesa; ações de sensibilização/formação para migrantes, bem como outras dirigidas às comunidades locais, de estímulo à participação da sociedade de acolhimento no processo de integração da população migrante, como por exemplo: ações de formação/sensibilização para técnicos/as ou sociedade de acolhimento, em diferentes áreas de intervenção – Lei de Imigração, acesso à saúde, racismo e xenofobia, interculturalidade, etc.; eventos/atividades interculturais, como mostras gastronómicas interculturais, feiras temáticas, debates temáticos, celebração de dias temáticos, exposições; desenvolvimento de intervenções em parceria com outras entidades locais, como escolas, empresas, juntas de freguesia, IPSS ou unidades de saúde.

Planos Municipais para a Integração de Migrantes (PMIM)

Os Planos Municipais para a Integração de Migrantes (PMIM) são instrumentos que incorporam as estratégias de atuação concertadas das diferentes entidades que atuam na área das migrações, a nível local, e que concorrem para a concretização do processo multivetorial de integração dos/das imigrantes na sociedade portuguesa, com especial enfoque nas dinâmicas de desenvolvimento local.

A atribuição de financiamento através do ACM, I.P., enquanto Autoridade Delegada do Fundo Asilo, Migração e Integração (FAMI), tem contribuído para a expansão e consolidação das políticas locais de integração de migrantes, financiando a conceção e implementação de Planos Municipais para a Integração de Migrantes (PMIM), desta forma contribuindo para a execução da Medida 64 do Plano Nacional para a Implementação do Pacto Global para as Migrações.

Em 2020 existiam a nível nacional 18 Planos Municipais para a Integração de Migrantes 2018-2020 em fase final de implementação. A estes, acrescem os municípios que em 2020 finalizaram a sua fase de conceção e começaram a implementar Planos Municipais para a Integração de Migrantes para o triénio 2020-2022, cofinanciados ao abrigo do Aviso 65/FAMI/2019.

Durante o ano de 2020, ao abrigo do Aviso 83/FAMI/2020, foram aprovadas mais 14 candidaturas para conceção e implementação de PMIM para o biénio 2020-2022, sendo 4 novos Planos, mas 10 planos de continuidade.

Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD)

O IMAD é uma ferramenta de apoio à caracterização e monitorização das políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes. É um inquérito por questionário, que cobre todas as áreas transversais ao processo multivetorial de integração dos/das imigrantes na sociedade portuguesa.

Em 2020, foram aplicados 2 IMAD, em Serpa e em Ferreira do Alentejo (autoaplicado).

No total, foram aplicados desde a criação desta ferramenta, 60 inquéritos, contribuindo assim para o cumprimento da Medida 2 do Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020).

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, POLÍTICA MIGRATÓRIA E CAPTAÇÃO DE MIGRANTES (DRIPMCM)

No âmbito da Política Migratória e da Captação de Migrantes, compete ao Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes (DRIPMCM), a implementação do Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020) e do Plano Nacional para a Implementação do Pacto Global das Migrações (2019-2021), o acompanhamento e apoio técnico dos trabalhos do Conselho para as Migrações, a implementação da Lei n.º 27/2017, de 30 de maio, e a gestão do Gabinete de Apoio ao Regresso Emigrante, entre outras matérias.

O Plano Estratégico para as Migrações (PEM) 2015-2020 – aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, de 20 de março –, é um instrumento de política pública de âmbito nacional que visa adaptar as políticas migratórias e de integração de migrantes multinível às necessidades e realidades migratórias. Neste plano está previsto um importante e considerável número de medidas organizadas em cinco eixos prioritários: políticas de integração de imigrantes; políticas de promoção da inclusão dos novos nacionais; políticas de coordenação dos fluxos migratórios; políticas de reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios e políticas de incentivo, acompanhamento e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais.

Em 2020, o PEM terminou a sua vigência de seis anos. À semelhança de anos anteriores, a monitorização da sua execução foi realizada, internamente, com periodicidade mensal, junto das equipas do ACM, I.P., e, periodicamente, com as entidades externas envolvidas na execução do Plano. Para o efeito, as entidades submeteram, ao longo do ano e sempre que dispunham de informação de execução, através de uma Plataforma PEM¹, o reporte sobre as atividades desenvolvidas.

O PEM contou com o envolvimento de 12 ministérios, diversos serviços da administração pública, autarquias locais e sociedade civil na concretização das diferentes medidas e indicadores previstos.

Sem prejuízo da realização de várias reuniões bilaterais, atendendo a situação de pandemia, foi realizada uma reunião com as entidades do Grupo Técnico de Acompanhamento do PEM, por videoconferência, no dia 21 de outubro. Na reunião foi reforçada a estreita articulação das entidades, no sentido de finalizar o cumprimento das medidas até ao termo da implementação do plano.

Apesar dos resultados finais do PEM não estarem ainda apurados, encontrando-se em elaboração o seu relatório final global, destacam-se algumas medidas emblemáticas do ACM, I.P., concretizadas em 2020: implementação de 8 novos Planos Municipais para a Integração de Migrantes em implementação (Medida 1); mais 2 novos municípios envolvidos no Índice dos Municípios Amigos da Diversidade (IMAD), tendo sido atingido objetivo de 60 municípios integrados no IMAD entre 2015 e 2020 (Medida 2); publicação do relatório estatístico anual «Indicadores de Integração de Imigrantes» (2020) e disponibilização de dados sobre os movimentos migratórios (Medida 6); 33 ações ministradas pela Bolsa de Formadores do ACM, I.P., (medida 11); realização de 8 cursos de Promoção do Empreendedorismo Imigrante e apoio à criação de 33 negócios (medida 16); realização de 3 ações da ACT aos colaboradores do CNAIM sobre legislação laboral no âmbito Covid-19 e 12 ações de sensibilização e promoção da igualdade de género (medida 21); 58 bolsas universitárias atribuídas no âmbito do Programa Escolhas e do apoio à integração de refugiados.

De acordo com o previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 12 – B/2015, de 20 de março, está prevista uma avaliação final externa e independente à execução do PEM, tendo o processo de adjudicação da entidade avaliadora sido iniciado em 2020, prevendo-se a publicação do relatório de avaliação em 2021. O resultado da avaliação será posteriormente apresentado aos/às Conselheiros/as eleitos/as e designados/as para o Conselho para as Migrações para o mandato 2021-2023.

Aprovado pela RCM n.º 141/2019, de 20 de agosto, o Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações (PNIPGM) «reforça o reconhecimento, pelo Estado Português, da relevância de matérias relacionadas com os fluxos migratórios, já reconhecida noutros instrumentos de políticas públicas existentes em Portugal», designadamente o I e o II Plano para a Integração

¹ Cf. <http://pem.acm.gov.pt/>

dos Imigrantes (2007-2009 e 2010-2013, respetivamente) e o Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020), no âmbito da ação do ACM, I.P.

O PNIPGM preconiza uma abordagem holística das migrações, pelo que envolve todos os níveis da administração pública e da sociedade civil. O Plano inclui os 23 objetivos e os 10 princípios orientadores do Pacto Global das Migrações das Nações Unidas, dividindo-se por cinco eixos de ação. É composto por 97 medidas, das quais 22 competem ao ACM, I.P., implementar.

No plano técnico, é ao ACM, I.P., que compete, desde março de 2020, a monitorização da execução do PNIPGM e a gestão da rede de pontos focais das entidades que implementam as medidas. Para tal, foi estabelecida a Equipa de Monitorização do PNIPGM, integrada no DRIPMCM, que assegura: i) a articulação com a rede de pontos focais para envio de reportes de execução mensais e pontos de situação concretos sempre que se justifique; ii) o planeamento de reuniões trimestrais com a rede de pontos focais; iii) as reuniões bilaterais e as demais diligências necessárias à condução dos trabalhos técnicos, e de que é exemplo a criação de grupos de trabalho para dinamização de medidas que envolvem um grande número de entidades. A Equipa de Monitorização do PNIPGM assegura, igualmente, o reporte de informação sobre a execução das medidas do ACM, I.P., em articulação mensal, junto das suas equipas, bem como a articulação entre o nível técnico e político

As reuniões trimestrais de pontos focais do grupo técnico de acompanhamento do PNIPGM iniciaram-se no ano 2020, com uma periodicidade trimestral, tendo sido realizadas reuniões com as entidades externas no dia 29 de junho, 18 de setembro e 10 de dezembro. Foi também realizada uma reunião interna com as equipas do ACM, I.P., no dia 18 de setembro.

Encontrando-se em plena implementação, com diversas medidas em execução, podem desde já destacar-se a conclusão de algumas, que envolvem o ACM, I.P.: a implementação de três plataformas (CNAIM, CLAIM e Rede GIP que permitem a recolha de informação desagregada, com vista a oferecer respostas mais adequadas à situação de cada imigrante (medida 3); a criação de rede de pontos focais para sistematização da informação sobre práticas e processos de discriminação (medida 4); a publicação da Portaria n.º 183/2020, de 5 de maio, que criou os cursos de Português Língua de Acolhimento e prevê o aumento da oferta, o envolvimento da sociedade civil, a flexibilização do número de alunos por grupo e uma maior adaptabilidade dos horários de funcionamento dos cursos (medida 65); o reforço dos projetos de apoio a crianças e jovens oriundas das comunidades migrantes, com aprovação da 8.ª geração do Programa Escolhas do ACM, I.P., pela RCM n.º 71/2020, de 15 de setembro (medida 69).

Em 2020, foi ainda elaborada uma proposta de envolvimento da sociedade civil no PNIPGM, que será implementada em articulação com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) durante o ano de 2021.

Os trabalhos de acompanhamento e de monitorização do PNIPGM são realizados num instrumento especificamente criado para o efeito, permitindo a compilação e a extração de informação para efeitos de elaboração de relatórios de execução.

Ao nível do acompanhamento e preparação dos trabalhos do Conselho para as Migrações – órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação do ACM, I.P., e nas tomadas de decisão do conselho diretivo, assegurando a participação e colaboração de entidades públicas e privadas na definição e execução das políticas migratórias – contando, na sua composição, com a representação das principais comunidades migrantes e com as Instituições mais diretamente relacionadas com as temáticas das migrações, dado o atual mandato estar perto do seu termo, no ano de 2020, foram iniciados os trabalhos de preparação para a realização das eleições dos representantes das comunidades, em colaboração com o Núcleo de Ligação às Associações, e dos pedidos de designação das entidades.

Em face das circunstâncias causadas pela pandemia, em 2020, foram realizadas duas reuniões do Conselho para as Migrações, por videoconferência, no dia 30 de junho e no dia 27 de outubro. Foi também realizada uma reunião específica, no dia 25 de novembro, com os/as representantes das comunidades, sobre as eleições destes/as representantes para o mandato 2021-2023.

No que se refere à implementação da Lei 27/2017, de 30 de maio, que aprovou medidas para aplicação uniforme e execução prática do direito de livre circulação dos trabalhadores, com a transposição da Diretiva 2014/54/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, que também cabe a este departamento, foram realizadas, entre outras, as seguintes tarefas: assegurar a coordenação das entidades envolvidas na sua execução; o contacto com as entidades equivalentes dos outros Estados-Membros e publicação de informações relevantes sobre a aplicação, em Portugal, das regras da UE em matéria de livre circulação; atualização de informações relevantes sobre a aplicação das regras da União Europeia em matéria de livre circulação, que já constam no Site do ACM, I.P., e na App MyCNAIM; diligências para a colocação de informação no site ePortugal; trabalhos preparatórios para promover a melhoria da informação e sua apresentação no site do ACM, I.P., através da troca de experiência e análise comparativa com outros organismos públicos europeus homólogos, adaptadas à realidade nacional.

Foi, também, realizada uma reunião do grupo técnico de acompanhamento no dia 20 de novembro de 2020, por videoconferência, para ponto de situação sobre a implementação da Lei n.º 27/2017, de 30 de maio, tendo-se recolhido igualmente a perspetiva de cada entidade sobre as principais dificuldades na sua implementação e estabelecidas novas metodologias em diversas matérias inerentes à implementação da lei.

Já no que se refere ao Gabinete de Apoio ao Regresso Emigrante (GARE), sendo uma estrutura

criada para monitorizar as medidas e ações inscritas no Plano Estratégico para as Migrações (PEM) 2015-2020 – mais precisamente no seu Eixo V – e apoiar no acompanhamento aos/às cidadãos/ãs portugueses/as emigrantes que pretendam regressar a Portugal, no ano de 2020, o GARE manteve as suas principais atividades das quais se destaca as respostas aos pedidos de esclarecimento apresentados pelos/as emigrantes, através do endereço eletrónico gare@acm.gov.pt, bem como por contacto telefónico, num total de 99 solicitações ao longo do ano. A via mais utilizada de contacto foi a do correio eletrónico.

No âmbito das competências do ACM, I.P., em colaboração com outras instituições, o DRIPMCM assegura, igualmente, o apoio à implementação de Estratégias, Planos Nacionais e Protocolos, os quais sucintamente se elencam:

- Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (2017-2023);
- Plano Nacional de Formação Financeira (2016-2020);
- Plano Nacional de Saúde (2016-2020) – (2021-2030);
- Protocolo Guarda Nacional Republicana (GNR) “Programa de Apoio aos Migrantes (PAM)”;
- Protocolo com a Policia de Segurança Pública (PSP) “Programa Juntos por todos”;
- Protocolo “Literacia em saúde, promoção da saúde e coesão social para prevenção de doenças não transmissíveis em populações migrantes”;
- Protocolo de cooperação com a Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) para promoção do trabalho científico e da formação graduada e pós-graduada na área do direito das migrações.

NÚCLEO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (NRI)

Redes e projetos internacionais

Resultante da diversidade e abrangência das suas áreas de atribuição, o ACM, I.P., colabora, ativa e continuamente, com diversas redes e grupos de trabalho a nível internacional. Esta colaboração traduz-se na monitorização da implementação em Portugal de políticas públicas em matéria de migrações, da integração de migrantes, incluindo requerentes e beneficiários de proteção internacional, e grupos étnicos, da gestão e valorização da diversidade.

No ano de 2020, o ACM, I.P., deu continuidade ao trabalho iniciado em anos anteriores, num conjunto de atividades e representações ocorridas, maioritariamente, em formato de videoconferência, dado o contexto de pandemia.

O ACM, I.P., esteve presente na 45.^a Sessão do **Grupo de Trabalho para as Migrações**, da Organização **para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE)**, a 18 e 19 de junho, ocorrida em formato digital.

Dando continuidade à atividade do ACM, I.P., enquanto ponto focal nacional junto da **FRA – Agência Europeia para os Direitos Fundamentais da União Europeia**, em 2020, houve lugar

ao fornecimento de dados e à coordenação da preparação dos contributos nacionais para a construção do *Relatório Anual da FRA*, assim como para a atualização de *Updated Overview of all victimisation surveys across the EU* e do *Estudo Acolhimento Menores Desacompanhados da Grécia*. Atendendo à situação pandémica, foram remetidas informações sobre atividades desenvolvidas em Portugal no âmbito da *sensibilização e proteção de migrantes, refugiados e populações ciganas face à epidemia de COVID-19*, e sobre *Impacto da COVID-19 nos Direitos Fundamentais das comunidades ciganas e de outros nómadas*.

Este Instituto participou, também, nas reuniões virtuais dos *Oficiais Nacionais de Ligação da FRA* (a 18 de junho e a 5 e 6 de novembro) e na *Virtual Breakout Session* sobre Portugal, a 24 de junho. Com esta Agência, o ACM, I.P., teve também reuniões de trabalho considerando o desenvolvimento de ações no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Participámos ainda, ao longo de 2020, no Grupo de Trabalho *Roma Working Party*, coordenado pela FRA, que tem como objetivo desenvolver um portfólio de indicadores relativos ao novo Quadro Europeu de Integração das Comunidades Ciganas.

O ACM, I.P., assegurou também a representação de Portugal na **Rede Europeia de Integração da Comissão Europeia**, estando presente na reunião virtual, realizada a 2 de julho.

Em 2020, prosseguiu a participação ativa deste Instituto na **Equinet – Rede Europeia dos Mecanismos de Proteção da Igualdade**, tendo o ACM, I.P., feito parte dos grupos de trabalho sobre legislação em matéria de igualdade, sobre estratégias e práticas de comunicação e divulgação e sobre a livre circulação de trabalhadores, bem como contribuído com resposta a questionários e pedidos de parecer. Assinalamos a participação do ACM, I.P., na *Assembleia-Geral da Equinet* (a 16 de outubro, por videoconferência), na primeira reunião virtual do Subgrupo de Trabalho da Comissão Europeia sobre *Equality Data* que, entre outros pontos na agenda, discutiu a apresentação do novo Plano de Ação da UE contra o Racismo (a 29 de setembro), e nas reuniões do *Working Group on Communication Strategies and Practices* (a 18 de março e a 5 de novembro).

Portugal continuou a assegurar a sua representação na **Parceria para a Inclusão de Migrantes e Refugiados**, integrada na **Agenda Urbana da Comissão Europeia**, através do ACM, I.P., Coordenada pela DG HOME e pela cidade de Amesterdão, esta Parceria visa analisar e desenvolver ações sobre a inclusão de migrantes e refugiados, com vista a produzir melhores regulamentos, fazer um melhor uso do financiamento e produzir e disseminar conhecimento nesta temática. Este Instituto esteve presente nas reuniões virtuais de trabalho ocorridas a 28 de outubro e a 10 de dezembro.

Destacamos, ainda, a participação do ACM, I.P., no 3.º Encontro do Grupo de Trabalho da **OCDE** no âmbito da **Rede de Agentes de Comunicação sobre Migração – NETCOM**,

realizada em Parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) que, em virtude da situação de pandemia global, foi dividido em 3 sessões digitais (25 de junho, 28 de setembro e 5 de novembro), reunindo participantes e representantes de vários países da OCDE, bem como, outros *stakeholders* da área das Migrações.

O ACM, I.P., participou também no Grupo de Trabalho *Integration Futures* promovido pelo **MPI – Migration Policy Institute**, realizado por via virtual a 26 de maio, dedicando-se ao tema e debate de questões em torno da compreensão e desenvolvimento de políticas e respostas sobre como a COVID-19 está a afetar as desigualdades relacionadas com as migrações; e a 10 de setembro, num debate sobre o papel da integração de migrantes na recuperação económica. No âmbito deste grupo de trabalho, este Instituto participou, a 17 de novembro, no debate sobre o estado-providência em tempos de imigração, envelhecimento da população e pandemia.

Este Instituto participou ainda na reunião com a **MPI Europe**, no sentido de discutir o trabalho com Países Terceiros e o desenvolvimento e atração de talento para a União Europeia. Esta reunião contou com a participação de representantes de Trabalhadores/as, dos Sindicatos, de Empresas e da Comissão Europeia, e teve lugar a 9 de dezembro.

No que concerne ao trabalho desenvolvido junto das populações ciganas, o ACM, I.P., prosseguiu com a sua presença na **Rede National Roma Contact Points** estando presente, a 18 e 19 de fevereiro de 2020, na reunião de trabalho em Bruxelas, onde foram apresentados os relatórios temáticos de especialistas acerca da iniciativa pós-2020 sobre igualdade e inclusão das comunidades ciganas e a metodologia e objetivos do Grupo de Trabalho *Roma Working Party*, coordenado pela FRA.

Este Instituto esteve também representado no **ADI-Rom** (*Committee of Experts on Roma and Traveller Issues*), um subcomité CDADI (*Committee on Anti-Discrimination, Diversity and Inclusion*, que orienta o trabalho intergovernamental do Conselho da Europa para promover a igualdade e construir sociedades mais inclusiva). O **ADI-Rom** reuniu presencialmente a 20 e a 21 de fevereiro, em Estrasburgo, e por videoconferência a 8 e 9 de outubro de 2020, reuniões nas quais os ACM, I.P., esteve presente. No âmbito do trabalho do **ADI-Rom**, a representante do ACM, I.P., é também a Relatora sobre a Juventude, tendo participado em duas reuniões online da *Task Force Roma Youth Participation*, nos dias 18 e 19 de junho e 15 e 16 de setembro.

Ainda no âmbito do trabalho desenvolvido por este Instituto em redes internacionais de trabalho relativas à população cigana, destacamos a participação na 43.^a Reunião do *Joint Council On Youth*, do Conselho da Europa, a 13 e 14 de outubro, a participação na **EURoma Meeting**, a 14 e 15 de outubro, e na reunião do **EURoma Network**, nos dias 11 e 12 de outubro. Este Instituto teve ainda formação introdutória ao *JUSTROM3 – Programa Roma Women’s Access to Justice*, entre 9 e 14 de fevereiro, em Estrasburgo.

No domínio do trabalho desenvolvido em prol do acolhimento e integração de refugiados, o ACM, I.P., esteve envolvido em dois projetos de reforço de capacidades, que contam com o apoio da Comissão Europeia: a **EU-FRANK** (European Union Action od Facilitating Resettlement and Refugee Admission trough New Knowledge), em fevereiro, abril e junho; a **EURITA** (European Resettlement and Integration Technical Assistance Project), em várias as iniciativas realizadas ao longo do ano.

O ACM, I.P., esteve presente nas reuniões do **Subcomité do Conselho da Europa sobre Mulheres Migrantes (GEC-MIG)**, nos dias 1 e 2 de outubro e 14 e 15 de dezembro, por videoconferência, para debater os conteúdos e a abrangência da Recomendação sobre mulheres migrantes que deverá ser redigida por este grupo de trabalho. A representante de Portugal neste Subcomité foi eleita Presidente da Comissão de Redação.

No âmbito do trabalho junto da **ECRI (Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância, do Conselho da Europa)**, em julho de 2020, o ACM, I.P., participou na resposta à monitorização da ECRI no âmbito da implementação das recomendações específicas e prioritárias constantes do Relatório da ECRI sobre Portugal, publicado a 2 de outubro de 2018.

Em setembro de 2020, o ACM, I.P., participou na resposta ao Questionário da Presidência Alemã sobre a Proposta de Diretiva do Conselho que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, independentemente da sua religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual.

Em dezembro de 2020, este Instituto participou na Consulta Pública sobre Migração Legal promovida pela Comissão Europeia, em sequência do Novo Pacto para a Migração e Asilo.

Defesas da aplicação de Tratados e Convenções

O ACM, I.P., tem integrado as Delegações Nacionais que, junto da Organização das Nações Unidas (ONU), defendem a aplicação de diversos Tratados e Convenções no nosso país, decorrente dos compromissos internacionais assumidos por Portugal, nomeadamente no âmbito dos Direitos Humanos.

Em 2020, o ACM, I.P., participou na defesa do 5.º Relatório periódico de Portugal de implementação do Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos (PIDCP), a 5 e 6 de março, num evento que teve lugar no escritório da ONU, em Genebra.

Adicionalmente, a 29 de setembro, o ACM, I.P., integrou a Delegação Nacional que discutiu e analisou, em Lisboa, com os representantes do Comité de Peritos da Convenção-Quadro sobre a Proteção das Minorias Nacionais do Conselho da Europa, a implementação deste instrumento em Portugal.

Realização de Seminários e Conferências internacionais

A Fundação Aga Khane e a Fundação Calouste Gulbenkian, em parceria com o ACM, I.P., organizaram, no âmbito do *Rethinking Inclusion*, um ciclo de quatro *Web Exchanges (Thinking Differently about Business*, a 25 junho; *Re-Voicing Society*, a 1 julho; *Skillfully Skilling Up*, a 9 julho; *Urban Net Works*, a 16 julho). Estas sessões tiveram como objetivo identificar práticas e projetos com impacto na área dos migrantes, com a possibilidade de serem replicadas internacionalmente através do EPIM – *European Programme for Integration and Migration*.

Comunicações em conferências e encontros internacionais

O ACM, I.P., é convidado a participar em conferências e seminários internacionais, evidenciando assim o reconhecimento da importância e da excelência do trabalho desenvolvido por este Instituto. Destacamos, em 2020, as seguintes participações:

- Comunicações “*Portuguese Model for the Reception and Integration of Refugees and Overview of Portugal’s Resettlement Program*”, “*AMIF Proposal to Private Sponsorship*”, “*Key Questions/ Workshop Objectives*”, integradas no *GRSI’s visit to Portugal – Private Sponsorship*, em Lisboa, a 19 de fevereiro;
- Participação na Conferência Internacional final do Projeto RISE – *Roma Inclusive School Experiences*, para investigadores, professores dos ensinos básico e secundário e técnicos superiores, em Florença, a 14 de fevereiro;
- Apresentação do Programa Escolhas, a convite do Clube Intercultural Europeu, aos membros da organização CAPE (Coletivo das associações parceiras da escola pública em França), a 24 de fevereiro;
- Comunicação na Counsellors’ Study and Training Exchange Programme C-STEP1 “*Counselling Migrants and Refugees*” sobre “*Specific supportive measures*”, integrada no Erasmus + KA2 project “*Counsellors’ Study and Training Exchange Programme for Key Challenges of European Labour Markets and Societies*” (Academia+), a 28 de maio;
- Comunicação no “*Workshop on unaccompanied minors Relocation of UASC from Greece to Portugal*”, promovido pela METAdrasi – *Action for Migration and Development*, a 23 e 24 de julho;
- Apresentação do “Programa Mentores para Migrantes”, na formação transnacional online, no âmbito do projeto M4M – *Migrants for Migrants*, a 16 de setembro;
- Comunicação “*How youth work can support young migrants, refugees and asylum seekers*”, no evento online “*MCN – More Citizenship Network – Meeting*” encontro anual dos membros da rede internacional organizado pela Associação Mais Cidadania, a 13 de novembro;
- Moderação de painel no Seminário da EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal, “*Comunidades Ciganas e Mercados de trabalho*”, a 24 de novembro;
- Apresentação dos serviços do ACM, I.P., integrada na *Mutual Learning Conference (MLC) on “Innovative approaches to integration and inclusion of migrants*”, a 26 de novembro;
- Sessão de abertura do Seminário Internacional ObCig – Observatório das Comunidades Ciganas

(online): “Desafios Digitais no Ensino Superior”, a 26 de novembro;

- Participação na Conferência “*Re-imagining human mobility through a gender lens*”, promovida pela OIM Bruxelas, a 17 de dezembro, para discussão sobre a situação das mulheres e raparigas, a aplicação da Agenda 2030 das Nações Unidas, e do impacto da pandemia COVID-19, assinalando o Dia Internacional de Pessoas Migrantes, celebrado a 18 de dezembro.

Visitas de delegações internacionais

A estratégia adotada por Portugal para a integração de migrantes e refugiados em território nacional tem reconhecido mérito internacional. Assim, são várias as Delegações Internacionais que se deslocam ao ACM, I.P., e ao CNAIM de Lisboa, com o objetivo de melhor compreender as práticas desenvolvidas no país.

Apesar das várias visitas previstas para 2020, a evolução da situação de pandemia obrigou a alterações significativas, o que se traduziu num número diminuto de visitas, concentradas no início do ano.

Houve lugar à visita de uma Delegação da Cáritas Italiana, a 14 de janeiro. Esta Delegação conheceu de perto o CNAIM de Lisboa e o trabalho neste desenvolvido, e tomou contacto com o Plano Estratégico para as Migrações, o Conselho para as Migrações, e também com o Programa Escolhas, as suas principais linhas de ação áreas de intervenção.

A 14 de fevereiro, o ACM, I.P., integrou a Delegação Nacional que acolheu os representantes do Comité Económico e Social Europeu (CESE), que se deslocou a Lisboa para conhecer melhor o trabalho desenvolvido junto das comunidades ciganas.

E, integrada no *workshop da Global Refugee Sponsorship Initiative, a GRIS's visit to Portugal – Private Sponsorship*, que decorreu a 19 e a 20 de fevereiro, no CNAIM de Lisboa, houve lugar à visita a este serviço do ACM, I.P., a 19 de fevereiro, de uma delegação composta por elementos da *Global Refugee Sponsorship Initiative*, do Canadá (com elementos do governo do Canadá e da Universidade de Ottawa), do governo do Reino Unido, e também do ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

Preparação da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia

No âmbito da preparação da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE), que decorre no primeiro semestre de 2021, o ACM, I.P., desenvolveu um conjunto de iniciativas ao longo de 2020, das quais destacamos: a integração no Grupo de Trabalho de coordenação da área Governativa da Presidência relativo à PPUE; frequência de formação teórica e prática sobre a PPUE; preparação de contributos para o Programa Nacional da PPUE; definição da participação nacional nos Grupos de Trabalho do Conselho Europeu e das Chefias das Delegações Nacionais; definição e preparação dos eventos a desenvolver durante a Presidência.

DEPARTAMENTO DE APOIO À INTEGRAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE (DAIVD)

PROGRAMA ESCOLHAS (PE)

O ano de 2020, com o surgimento da pandemia da COVID-19, foi marcado por novos e diversos desafios para o Programa Escolhas (PE). Em meados de março, no âmbito do 1º período de confinamento e devido à obrigatoriedade de encerramento dos espaços dos projetos, o Programa em conjunto com os parceiros que integravam os consórcios locais e as equipas técnicas dos projetos, teve que reajustar e readaptar a intervenção para permitir a continuidade dos projetos à distância. Este processo iniciou-se com a dinamização de uma plataforma online, onde todos os projetos puderam partilhar as suas dúvidas, ideias, recursos e atividades a dinamizar junto dos/as participantes, sendo também um canal aberto para divulgação de informação e esclarecimento de dúvidas por parte da equipa central.

No seguimento do acompanhamento que se foi fazendo aos projetos e de forma a orientar a sua intervenção no terreno, desenvolveu-se uma infografia – “**6 Passos para todos juntos vencermos o COVID-19**” (<http://bit.ly/6passosPE>), pretendendo-se assim garantir uma intervenção mais coesa e coerente entre os projetos, que permitiu reorganizar toda a intervenção não descurando áreas e princípios estratégicos ao nível do acompanhamento de proximidade, mesmo que à distância. Ao longo deste período e durante praticamente todo o ano de 2020, a equipa do PE foi realizando pontos de situação regulares junto dos projetos, incluindo o levantamento das principais necessidades, tendo-se conseguido com a ajuda de algumas entidades, colmatar algumas necessidades identificadas, por exemplo ao nível de equipamento informático.

Ao nível do **acompanhamento e avaliação** dos 101 projetos, e apesar da pandemia, realizaram-se um total de 314 reuniões de acompanhamento e avaliação por parte da equipa central do PE, a grande maioria por videochamada, tendo sido produzidos um total de 516 relatórios relacionados com os momentos de avaliação e realização de reuniões com os consórcios e com as equipas técnicas.

Ao longo de 2020, e não obstante a situação de pandemia, o PE desenvolveu diversas **iniciativas globais**, sendo de destacar, o “**Fica em casa com os Escolhas**”, que pretendia divulgar os talentos dos/as jovens dos projetos Escolhas nas mais diversas áreas (dança, desporto, música, teatro, magia, artes circenses, etc.), através de lives no Instagram feitos a partir de casa, de forma a alimentar a Energia Escolhas! e a motivar os/as jovens para ficarem em confinamento. Esta iniciativa durou 3 dias (9, 10 e 11 de abril) e contou com a participação de cerca de 67 jovens artistas, de 25 projetos Escolhas. O Concurso “**O Grande Quiz – 20 Anos de Escolhas**”, que pretendeu assinalar o início das comemorações do 20º aniversário do PE, teve como objetivo que os/as participantes dos Projetos Escolhas da 7ª Geração viajassem pelos 20 anos de histórias

do Escolhas. Entre 1 de julho e 18 de novembro de 2020, foram lançados 20 desafios semanais, subordinados a diferentes temáticas ligadas ao PE, que contemplaram variadas atividades de desenvolvimento de competências pessoais, sociais, criativas e digitais. Durante este período foram envolvidos 301 jovens com idades entre os 8 e os 19 anos. Aos/Às jovens que no final do concurso se classificaram nas primeiras 20 posições foram atribuídos prémios com o apoio do Grupo Leya e do Centro Internet Segura. “**As Escolhas de...**” foi também uma rubrica promovida no âmbito da comemoração do 20º aniversário do PE, na qual várias personalidades inspiradoras partilharam os seus percursos de vida abordando temáticas variadas e promovendo momentos de conversa e debate com os/as participantes. Ao longo dos meses aconteceram 4 encontros, envolvendo um total de 91 participantes dos projetos Escolhas. Devido ao surgimento da pandemia não se conseguiu lançar o modelo de **Clube Escolhas** previsto inicialmente, pelo que se reformulou o formato, adaptando-o à situação, para incluir um conjunto de desafios, e por isso sem competição presencial e de execução individual. No **Clube Escolhas – Edição Desafios**, para além da concretização de algumas missões relacionadas com a criação de um clube, a competição materializou-se num formato simples e divertido, onde, durante 6 jornadas, os clubes dos Projetos E7G tiveram a oportunidade de cumprir 3 desafios por jornada, relativos aos fundamentos técnicos do futsal (remate, drible, passe, etc.). Participaram 28 equipas de 28 projetos do PE, num total de 264 jogadores e jogadoras. Esta iniciativa foi promovida pelo ACM, I.P., em parceria com o IPDJ, I.P., a Federação Portuguesa de Futebol e o INATEL, tendo ficado a sua implementação e gestão a cargo da Social Innovation Sports, estando informação sobre esta iniciativa disponível em <https://clube-escolhas.com/>. O **Centro de Atividades Escolhas**, situado em Castelo Novo no Fundão, albergou durante este ano e essencialmente antes do surgimento da pandemia, um total de 56 participantes, jovens dos projetos e respetivas equipas técnicas.

No que se refere à **Formação Contínua** e em relação aos 51 Dinamizadores/as Comunitários/as (DC), o programa de formação foi desenvolvido essencialmente online e teve como principais momentos: a participação de um grupo restrito no *focus group* de preparação para os jogos pedagógicos da Play Verto; a formação em Mediação Intercultural entre outros workshops temáticos; a participação no Encontro Final de DC da 7ª geração que se desenrolou ao longo de 3 dias, no início de dezembro de 2020, tocando temas diversos e envolvendo os/as DC de forma participativa, com recurso a meios digitais e plataformas de partilha interativas. Ao longo do ano foram lançados 11 desafios mensais correspondentes a atividades a desenvolver nos territórios junto dos/as crianças e jovens dos seus projetos e que tiveram por tema diversos assuntos da atualidade e a sensibilização para assuntos sociais. Para além da realização de diversos workshops temáticos, foram também realizados diversos momentos de formação dirigidos aos/às coordenadores/as dos projetos, tendo como objetivo o desenvolvimento e a criação de uma **Toolbox**. Esta *ToolBox* integra um conjunto de ferramentas metodologicamente validadas e que se materializa em instrumentos, metodologias de intervenção ou produtos. Pretende-se que a disseminação destas ferramentas permita a sua incorporação noutras práticas, funcionando como soluções inovadoras para problemas e produzindo mais-valias e ganhos relevantes para os/as

utilizadores/as e beneficiários/as finais. No processo de construção das ferramentas procurou-se valorizar a participação e o diálogo interpares como elementos determinantes da qualidade do processo e dos seus resultados, sendo que os momentos coletivos de trabalho foram fundamentais para garantir a reflexão e análise crítica, envolvendo os atores considerados pertinentes na experimentação das ferramentas. As 31 ferramentas pedagógicas podem ser consultadas no site do Programa Escolhas em <http://bit.ly/toolboxPE>.

Estando em final de geração, o PE realizou a **avaliação externa da 7ª Geração**, tendo contratado uma entidade para o efeito, a qual, entre 1 de julho e 16 de setembro de 2020, fez uma análise documental, auscultou os 101 projetos em execução, através de uma metodologia baseada em questionários/inquéritos, assim como realizou um estudo aprofundado da execução de 3 projetos já financiados pelo Programa Escolhas há pelo menos 3 gerações. Este trabalho permitiu a produção de um conjunto de recomendações que apoiaram a reprogramação do PE para a 8ª Geração. Os resultados desta avaliação externa podem ser consultados em <http://bit.ly/AvalExtE7G>.

Durante o ano de 2020 e num total de 101 projetos financiados, foram envolvidos **27.121 indivíduos**, dos quais 14.478 do sexo feminino (53%) e 12.643 do sexo masculino (47%), participantes em **90.646 sessões de trabalho** com registo de presenças. Para esta avaliação, assim como para a que se segue, foi igualmente considerado todo trabalho realizado à distância, fruto do confinamento e de outras medidas de segurança definidas no seguimento da pandemia da COVID-19 em curso. Assim, destes 27.121 participantes, 5.738 são participantes diretos (21%), crianças e jovens sobre as quais incide um acompanhamento mais continuado e regular ao longo tempo, e 21.383 (79%) são participantes indiretos. Sendo o público-alvo prioritário do PE, os/as participantes são, na sua esmagadora maioria, crianças e jovens (20.004 - 74%). A estes devem somar-se 5.037 (18%) familiares e 2.080 (8%) outros públicos. Referir ainda o envolvimento em 2020 de 4.396 indivíduos das comunidades ciganas (16%), 5.704 descendentes de migrantes (21%) e, destes, 4.860 afrodescendentes (18%).

Terminada a 7ª Geração do PE, será ainda de salientar que ao longo dos seus dois anos de intervenção foram envolvidos **37.595 indivíduos**, que participaram em **202.369 sessões com presenças**. Eis os **15 indicadores globais de avaliação do PE** atualizados no âmbito desta geração:

INDICADORES GLOBAIS	EXECUÇÃO
1. N.º total de sessões com presenças	202.369
2. N.º total de participantes	37.585
Feminino	20.069 (53%)
Masculino	17.516 (47%)
3. N.º de Dinamizadores Comunitários com progressão escolar /projeto de vida (N=51)	36
Feminino	21 (58%)
Masculino	15 (42%)
4. N.º de participantes envolvidos em Assembleias de Jovens	3.352
5. N.º de contactos presenciais com os projetos locais	639
6. Taxa de sucesso escolar global – ano letivo 2019-2020 (%)	88,6%
Feminino	89,4%
Masculino	87,6%
7. N.º de encaminhamento para escola e formação profissional	3.272
Feminino	1.550 (47%)
Masculino	1.722 (53%)
8. N.º de encaminhamento para emprego	3.442
Feminino	1.584 (46%)
Masculino	1.858 (54%)
9. N.º de integrações em formação profissional	1.504
Feminino	751 (50%)
Masculino	753 (50%)
10. N.º de integrações em emprego	1.312
Feminino	591 (45%)
Masculino	721 (55%)
11. N.º de parceiros envolvidos nas atividades desenvolvidas	1.536
12. N.º de certificações no domínio das TIC	2.141
Feminino	955 (45%)
Masculino	1.186 (55%)
13. N.º de associações criadas ou mantidas	28
14. N.º de iniciativas empreendedoras criadas	154
15. N.º de participantes em atividades que contribuam para a participação e cidadania	23.147
Feminino	11.450 (49%)
Masculino	11.697 (51%)

Quadro 9 – Indicadores globais referentes ao E7G (2019-2020)

De referir ainda que ao longo do ano de 2020 a equipa do PE esteve envolvida no lançamento da 8ª Geração do PE, nomeadamente na construção da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) e do Regulamento para as candidaturas, tendo a RCM n.º 71/2020 sido publicada a 15 de setembro e o Regulamento do PE sido lançado a 18 de dezembro de 2020, tendo-se dado assim início ao período de candidaturas a partir de 21 de dezembro até 1 de fevereiro de 2021. Aquando da abertura das candidaturas procedeu-se à sua divulgação por diversos meios, site, Facebook e e-mail. A partir desta altura a equipa técnica do PE disponibilizou um Serviço de Apoio às Candidaturas, através de telefone, correio eletrónico, WhatsApp e por videochamada para esclarecimento de dúvidas.

NÚCLEO PARA O DIÁLOGO INTERCULTURAL (NDI)

No ano de 2020 foram várias as atividades e iniciativas desenvolvidas pelo NDI tendo em vista a promoção da interculturalidade, a valorização da diversidade cultural e religiosa, a aprendizagem da língua, a promoção do conhecimento mútuo e da interação positiva, envolvendo segmentos chave e parceiros estratégicos em cada domínio.

Mediação Intercultural

Destaca-se a continuidade dos 12 projetos de Mediadores Municipais Interculturais em execução referentes ao **Aviso N.º POISE-33-2018-06**, ao abrigo do Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego (POISE). O ACM, I.P., tem vindo a acompanhar estes projetos, tendo sido realizadas 15 reuniões de acompanhamento ao longo do ano.

O ACM, I.P., deu também continuidade à sua missão de promover a capacitação em matéria de mediação intercultural. Em 2020, foram dinamizadas duas sessões de **Capacitação em Mediação Intercultural**, a 27 de novembro e 4 de dezembro, no formato online. Participaram um total de 91 mediadores provenientes de várias entidades/projetos. A **RESMI – Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural** cujo compromisso assenta na investigação, formação e consultoria, deu continuidade à capacitação dos mediadores interculturais, bem como à consultoria/accompanhamento aos projetos de mediação intercultural. Foi realizada uma reunião geral que decorreu a 3 de fevereiro na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco, com a presença de 18 pessoas.

No âmbito da **qualificação de mediador/a intercultural** e resultado do trabalho conjunto realizado com a ANQEP foi também dada continuidade ao grupo de trabalho com vista à conceção do Perfil Profissional, Referencial de Formação e Referencial de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) Profissional. No ano de 2020 foi concluído todo o processo de definição do Perfil Profissional e o Referencial de Formação encontra-se a ser ultimado.

Diálogo Inter-Religioso



GRUPO DE TRABALHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

Ilustração 6 – Logótipo do Grupo de Trabalho para o Diálogo Inter-Religioso

Dando continuidade aos objetivos definidos na área do Diálogo Inter-religioso, e tendo em conta as atividades do ACM, I.P., e do Grupo de Trabalho para o Diálogo Inter-religioso (GT DIR), realizaram-se em 2020 as seguintes atividades:

- **Conferência “Liberdade Religiosa e Diálogo Inter-religioso: Novos Desafios em Tempos de (mais) Incertezas” (22 de junho).** A conferência pretendeu assinalar o **Dia Nacional da Liberdade Religiosa e do Diálogo Inter-religioso**. A mesma decorreu em formato online, com transmissão direta no YouTube do ACM, I.P., e teve mais de 1.000 visualizações: <https://www.youtube.com/watch?v=KEKedEvTGpo&t=687s>
- **Encontro dos participantes das anteriores edições do MEET IR (10 de outubro).** Participaram um total de 20 jovens de 8 comunidades religiosas: Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, Comunidade Hindu de Portugal, Igreja Católica, Comunidade Islâmica de Lisboa, Fé Bahá'í, BLIA, Aliança Evangélica Portuguesa e Igreja Adventista do Sétimo Dia. A iniciativa decorreu em formato online, promoveu um balanço dos “incontáveis momentos e aprendizagens” das quatro edições anteriores.
- **Lançamento do Calendário Celebração do Tempo 2021 (17 de dezembro).** Promovida pelo ACM, I.P., pela Universidade Aberta, Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Universidade de Lisboa, Editora Paulinas e Grupo de Trabalho para o Diálogo Inter-religioso (GT DIR), esta edição, assinala o Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil e tem como tema literário “A Criança nas Religiões”. Este evento decorreu em formato online, com transmissão direta no YouTube do ACM, I.P., acessível em <https://www.youtube.com/watch?v=9dlzUJfANgA&t=20s>

Ao longo do ano, foram realizadas **13 reuniões deste grupo de trabalho**. Estas reuniões têm como objetivo partilhar e discutir o panorama geral do diálogo inter-religioso, as iniciativas de cada uma das comunidades integrantes, bem como definir iniciativas conjuntas.

Formação



Ilustração 7 – Logótipo da Formação ACM, I.P.

Em 2020 foram realizadas 33 ações de sensibilização de curta duração (4 a 6 horas) nas matérias da interculturalidade e migrações, no qual estiveram envolvidos 619 participantes, predominantemente do sexo feminino (63%):

Módulo	N.º Ações	N.º Participantes
Acolher e celebrar: serviços de apoio e pequenas ideias	1	10
Aprender com histórias: primeiros passos para a Interculturalidade	1	19
Acesso dos Migrantes à Saúde	2	46
Diálogo Intercultural	5	105
Diálogo Inter-religioso	2	36
Educação Intercultural na Escola	6	98
Educação Intercultural para Jovens	2	46
História e Cultura Cigana	1	12
Lei da Imigração	5	83
Lei da Nacionalidade	2	25
Mediação Intercultural	6	139
TOTAIS	33	619

Quadro 10 – Tabela das ações de formação

Carta Portuguesa para a Diversidade



Ilustração 8 – Logótipo da Carta Portuguesa para a Diversidade

A Carta Portuguesa para a Diversidade é um instrumento, de subscrição voluntária, que tem como propósito encorajar os empregadores no desenvolvimento e implementação de políticas e práticas no sentido da promoção da diversidade. A gestão das atividades, o envolvimento das entidades signatárias e a implementação dos princípios da Carta é assegurada pela **Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão – APPDI**, à qual o ACM, I.P., pertence enquanto membro do Conselho Consultivo.



Ilustração 9 – Guia para um recrutamento inclusivo

Com vista à reflexão e implementação de boas práticas constituíram-se diversos Grupos de Trabalho, entre os quais o da Empregabilidade, no qual o ACM, I.P., participa. No âmbito do trabalho desenvolvido por este o Grupo da Empregabilidade foi realizado um “**Guia para um Recrutamento Inclusivo**”. Este Guia destina-se a todas as organizações, pretendendo inspirar e fornecer ferramentas promotoras da construção de um local de trabalho mais diverso e inclusivo. Mais informação em <https://www.acm.gov.pt/-/associacao-portuguesa-para-a-diversidade-lanca-novo-website-e-guia-para-um-recrutamento-inclusivo>

Educação Intercultural

O trabalho desenvolvido no âmbito da Educação Intercultural incluiu a conclusão da versão para consulta pública do **Referencial de Educação para a Interculturalidade**, enquanto área de Educação para a Cidadania na Escola e o início da atualização **Kit Intercultural Escolas**.

Em 2020 foi lançado o novo **Programa Rede de Escolas para a Interculturalidade (REEI)** para mais

um período de 3 anos (2020-2023). Apesar da situação pandémica atual, com graves repercussões em contexto escolar, o lançamento da REEI foi entusiasticamente recebido pelos Escolas. Mais de 60 escolas manifestaram interesse em fazer parte da Rede, tendo sido selecionadas 47 escolas, distribuídas por 14 distritos.

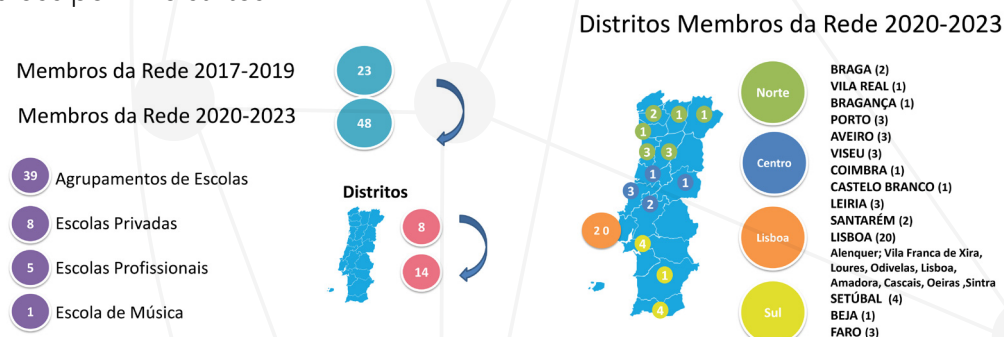


Ilustração 10 – Membros da Rede de Escolas para a Interculturalidade

Em 2020 realizou-se o evento de lançamento da Rede (com 104 participantes); foi lançada a plataforma online da Rede (*moodle*) com a disponibilização de recursos, e cocriado o plano de ação para o 1.º ano letivo com eventos mensais online.

Eventos Plano de Ação (Set-Dez. 2020)	Data	Nº escolas participaram	N.º Participantes
1.º Encontro Regional – Zonas Norte e Centro	28.10	14	48
1.º Encontro Regional – Zonas Centro e Lisboa	30.10	13	43
1.º Encontro Regional – Zonas Lisboa e Sul	04.11	18	52
Curta de Inspiração “Pluralismo em tempos de Isolamento”	25.11	32	77
Mostra de Práticas “Interculturalidade na Cultura Organizacional”	09.12	30	68

Quadro 11 – Eventos da Rede de Escolas para a Interculturalidade

No total foram abrangidos cerca de 245 profissionais das escolas membro.

Na sequência do **Aviso n.º 74/FAMI/2019**, lançado em 2019, ao qual concorreram 33 entidades, procedeu-se à análise e seleção das candidaturas. Foram aprovados 9 projetos para a capacitação de Planos de Educação Intercultural em estabelecimentos de ensino do país.

No âmbito da **Rede SIRIUS – European Policy Network on the Education of Children and Young People with a Migrant Background**, o ACM, I.P., participou, nos dias 2 e 3 de dezembro, no “*Inclusive Digital Education Workshop*”.

Aprendizagem da Língua Portuguesa

O **Programa PPT – Português para Todos** tem por missão disponibilizar cursos de língua portuguesa para estrangeiros que certificam ao nível A2 – Utilizador Elementar, B2 – Utilizador Independente do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas e cursos de português técnico. Os cursos PPT são gratuitos e implementados pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional.

No decorrer do ano de 2020, o Gabinete da Secretária de Estado para a Integração e as Migrações constituiu um Grupo de Trabalho com vista à alteração da legislação da aprendizagem da língua portuguesa, em conformidade com a Medida 65 do Plano Nacional para a Implementação do Pacto Global para as Migrações. Resultante deste trabalho, foi publicada a Portaria n.º 183/2020, de 5 de agosto, que cria os cursos de **Português Língua de Acolhimento (PLA)**, definindo as regras a que obedecem a sua organização, funcionamento e certificação. Com a publicação da Portaria, os Centros Qualifica passam a ser igualmente entidades formadoras.

Durante o ano de 2020, e apesar da pandemia, foram realizadas ações no âmbito do ensino do Português, dinamizadas tanto pelo IEFP I.P. como pela DGESTE, tendo-se verificado um total de 13.179 formandos abrangidos e 7.203 formandos certificados, de acordo com o seguinte quadro:

	N.º de Formandos Abrangidos			N.º de Formandos Abrangidos		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
IEFP*	4.737	1.357	3.380	4.737	1.357	3.380
DGESTE	8.442	3.756	4.686	8.442	3.756	4.686
	13.179	5.113	8.066	13.179	5.113	8.066

Quadro 12 – Frequências e certificações – ações ensino português, IEFP e DGESTE

Ações de Educação Não Formal – Reconhecida a importância da educação não formal como parte essencial do processo de aprendizagem ao longo da vida, no âmbito do Objetivo Específico 2 – Integração e Migração Legal e Objetivo Nacional 2 – Integração, do FAMI, são dinamizadas ações de aprendizagem da língua portuguesa, por via da educação não formal. No âmbito do **Aviso n.º FAMI/85/2020**, sobre as Ações de Educação Não Formal, cujo período de candidaturas decorreu entre 19 de junho a 21 de julho, foram aprovadas 5 candidaturas.

Plataforma de Português Online, disponível em <https://pptonline.acm.gov.pt/> apresenta conteúdos para apoiar os processos de aquisição do português europeu por adultos falantes de outras línguas. A plataforma, organizada em 24 módulos temáticos funcionais, apresentados nos formatos texto, áudio, vídeo e imagem, está disponível em português, inglês, árabe e espanhol.

Ao longo de 2020, procedeu-se a uma revisão exaustiva da plataforma, com vista à identificação de constrangimentos no sentido de implementar procedimentos de melhoria e elaborar uma estratégia para o desenvolvimento futuro desta plataforma.

Total de utilizadores	30.170
Total de nacionalidades	192

Quadro 13 – Número total de utilizadores e de nacionalidades da Plataforma desde 2016 a 2020

NÚCLEO DE APOIO ÀS COMUNIDADES CIGANAS (NACI)

Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC) e Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG)

A ENICC (RCM n.º 154/2018, de 29 de novembro) continuou, em 2020, a ser estruturante no trabalho do Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas.

Não obstante a situação pandémica registada, em 2020 foram concretizadas 79,6% das medidas previstas na ENICC, da responsabilidade (ou corresponsabilidade) do ACM, I.P., das quais destacamos: o apoio a projetos de associações ciganas (10 projetos aprovados); N.º de estudos realizados sobre as pessoas ciganas (1 estudo lançado pelo ObCig); N.º de encontros realizados para a apresentação dos dados e discussão de políticas e práticas, envolvendo a AP, especialistas, docentes e pessoas ciganas (*webinar* do Ciclo de Conferências – Comunidades

Ciganas: “O caminho que fizemos, o presente que moldamos, o futuro que queremos”; ou a participação de pessoas ciganas em redes ou fóruns internacionais (AMUCIP no evento da Presidência Alemã).

A constituição do CONCIG encontra-se prevista na RCM n.º 154/ 2018. Atendendo à situação pandémica, em 2020, ocorreram duas reuniões do CONCIG em formato *online*.

Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (FAPE)

A 4.ª edição do Fundo de Apoio à ENICC – FAPE 2020-2021 foi lançada em fevereiro de 2020 com uma dotação disponível de 260.000€.

Nesta edição, foram aprovados 15 projetos, 6 dos quais promovidos por associações representativas de pessoas ciganas.

Os projetos aprovados concorrem diretamente para a execução dos objetivos estratégicos estabelecidos na Estratégia Nacional e têm como territórios de intervenção: Beja; Almada; Seixal; Pombal; Matosinhos; Montemor-o-Novo; Alvito; Cuba; Vidigueira; Viana do Alentejo; Barcelos; Cova da Beira; Tomar; Abrantes; Coimbra; Elvas; Vila Verde.

Programa de Apoio ao Associativismo Cigano (PAAC)

Em 2020 foi também lançada a 4ª Edição do Programa de Apoio ao Associativismo Cigano com uma dotação orçamental de 50.000€ e com a aprovação de 10 projetos de 7 associações. Os projetos aprovados podem ter uma duração de até um ano e um financiamento máximo de 6.000€.

Os 10 projetos aprovados incidem a sua atuação na área da saúde (3 projetos); na mediação em diferentes áreas (3 projetos); na promoção da história e cultura cigana (2 projetos); e na capacitação associativa (2 projetos).

Estes 10 projetos têm como territórios de intervenção: Almada, Coimbra, Elvas, Loures, Seixal e Torres Vedras.

Programa Operacional para a Promoção da Educação (OPRE)

O Programa OPRE é um programa de apoio a estudantes ciganos/as no ensino superior através da atribuição de um valor pecuniário e de um trabalho de mediação e programa de capacitação numa parceria entre o ACM, I.P., e a Associação Letras Nómadas

A 4.ª edição do Programa OPRE- Programa Operacional para a Promoção da Educação referente ao ano letivo 2019/2020 teve um grupo de 37 bolseiros/as (18 rapazes e 19 raparigas), provenientes de 26 concelhos distintos, com idades compreendidas entre os 18 e os 55 anos, em que a média da idade se situa nos 26 anos.

Num ano de particular complexidade, a taxa de sucesso geral da 4ª edição situou-se nos 76%, sendo de realçar como nota muito positiva a conclusão de licenciaturas por 6 bolseiros/as.

Já em novembro de 2020, foi lançado para o ano letivo 2020/2021, a 5.ª edição do Programa OPRE.

Roma Educa

Na 1.ª edição do Programa Bolsas de Estudo Roma Educa, que decorreu no ano letivo de 2019/2020, foram apoiados/as no total 49 bolseiros/as, dos quais 13 mulheres e 36 homens, estudantes do ensino secundário pertencentes à comunidade cigana, tendo como principal propósito apoiar o prosseguimento de estudos neste ciclo de ensino.

Importa ainda referir que dos/as bolseiros/as que concluíram o ensino secundário, 4 ingressaram no ensino superior, em Psicologia, Direito, Ciências da Cultura e Turismo.

De seguida apresenta-se alguns indicadores globais no âmbito da 1.ª edição desta iniciativa.

Indicadores Globais	Número
N.º de candidaturas	60
N.º de candidaturas admitidas, com bolsa	49
N.º de projetos PE envolvidos	27
N.º Entidades com Função de Gestão envolvidas	27
N.º de mentores	35
N.º de sessões de formação presenciais mentores(as)/bolseiros(as)	1
Taxa de sucesso escolar	59,2%

Quadro 14 – Indicadores Globais Roma Educa

ROMED – Governação Democrática e Participação Comunitária

Em 2019, o ROMED tornou-se uma política pública enquadrada no objetivo 3 da ENICC “Reforçar a intervenção em mediação intercultural”. O ACM, I.P., é responsável pela coordenação e acompanhamento, sendo a Associação Letras Nómadas responsável pela execução e implementação do Programa.

Em 2020, o ROMED foi implementado nos municípios de Elvas, Beja, Moura, Seixal, Torres Vedras, Figueira da Foz, Coimbra e Viseu e Almada. As atividades do ROMED centraram-se, em ano de pandemia, especialmente, no apoio às famílias ciganas mais carenciadas com a mobilização dos grupos ativos comunitários para a dinamização de ações que promovam uma melhoria na qualidade de vida dessas famílias, designadamente com a recolha e entrega de bens alimentares a famílias mais carenciadas.

Outras Iniciativas

a) Círculos de Fala de Mulheres Ciganas

Em 2020 continuou a dinamização dos encontros de mulheres ciganas, com o objetivo de debater e partilhar o papel e a situação da mulher cigana nos dias de hoje.

Estes círculos foram dinamizados em 2020 pela AMUCIP – Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas depois de um protocolo firmado com o ACM, I.P.

Realizaram-se em 2020, 3 encontros, aquém dos 6 previstos devido à situação pandémica, tendo estes encontros ocorrido no Seixal, Évora e Tomar.

b) Apoio no âmbito da COVID-19

Atendendo à crise pandémica vivida em 2020, além da divulgação pelas diferentes associações de formas de prevenção face à COVID-19, o ACM, I.P., apoiou, através de um protocolo, a Campanha

de Sensibilização e Prevenção junto das Comunidades Ciganas | COVID-19, promovida pela Sílabas Dinâmicas – Associação Intercultural, em parceria com a Letras Nómadas – Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas e a Ribalta Ambição – Associação para a Igualdade de Género nas Comunidades Ciganas. Os vídeos da Campanha, divulgados também através dos meios de comunicação do ACM, I.P., encontram-se disponíveis no YouTube.

Por outro lado, o ACM, I.P., e a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) apoiaram em 2020, com um total de 100.000,00€, 41 organizações da sociedade civil na resposta às vulnerabilidades mais prementes das populações imigrantes, refugiadas e de comunidades ciganas, decorrentes dos efeitos da pandemia da COVID-19, em todo o país, das quais 8 associações ciganas, com intervenção direta junto destas comunidades.

c) Ações de sensibilização sobre História e cultura Cigana

É de salientar ainda as diversas ações de sensibilização sobre “história e cultura cigana” ministradas pelo NACI em 2020, a públicos variados, tais como: escolas; municípios; profissionais de saúde; CPCJ; forças de segurança; entre outros num total de 2213 horas de formação a 580 participantes.

d) Webinar do Ciclo de Conferências “Comunidades Ciganas: O caminho que fizemos, o presente que moldamos, o futuro que queremos”

A 17 de dezembro de 2020, deu-se sequência ao Ciclo de Conferências sobre comunidades ciganas, com a organização do Webinar – Ciclo de Conferências “Comunidades Ciganas: O caminho que fizemos, o presente que moldamos, o futuro que queremos”, numa organização conjunta do ACM, I.P., e da DGE.

e) Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas (PLICC)

Com o objetivo de dar continuidade ao Projeto dos Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas que teve lugar em 2018 e 2019, o ACM, I.P., apresentou uma nova candidatura à Comissão Europeia que foi aprovada. O Projeto terá a duração de 24 meses e iniciar-se-á em 2021.

f) Outros eventos

Celebração do Dia Internacional da Pessoa Cigana – 8 de abril – Para assinalar este dia o ACM, I.P., lançou vários vídeos com os testemunhos de pessoas ciganas.

Celebração do Dia Nacional da Pessoa Cigana – 24 de junho – Este dia foi assinalado através da realização de um périplo por parte do Conselho Diretivo do ACM, I.P., durante 3 dias (22, 23 e 24 junho), envolvendo encontros com várias associações e projetos em Faro, Moura, Beja, Elvas e Seixal, contando ainda com a presença da Secretária de Estado para a Integração e as Migrações no dia 24 em Elvas (visita guiada ao Museu Militar de Elvas por parte de um soldado cigano, filmagens do projeto A Música Cigana a Gostar dela Própria) e no Seixal (Círculo de Fala).

EQUIPA DE PROJETO SOBRE DESIGUALDADES INTERSECCIONAIS (EPDI)

DESIGUALDADES INTERSECCIONAIS

Intersecting Inequalities

Ilustração 11 – Logótipo Equipa de Projeto Desigualdades Interseccionais

Mais de metade das pessoas em movimento no mundo são mulheres e raparigas. As necessidades das mulheres migrantes têm mudado significativamente nas últimas décadas, com uma proporção crescente de mulheres que tomam a decisão de migrarem sozinhas, e com elevados níveis de participação no mercado de trabalho. Esta realidade estende-se a Portugal, onde as mulheres migrantes estão maioritariamente em idade ativa e fértil. De acordo com o mais recente relatório estatístico anual do Observatório para as Migrações, lançado em dezembro de 2020, as mulheres estrangeiras residentes em território nacional têm sido responsáveis, não só pelo aumento de trabalhadoras jovens e ativas (60,8% de mulheres estrangeiras têm idades entre os 20 e 49 anos), mas também pelo aumento de nascimentos em Portugal. Em 2019, as mulheres estrangeiras foram responsáveis por 12,7% de nascimentos entre mães residentes em Portugal.

A Equipa de Projeto sobre Desigualdades Interseccionais (EPDI), criada em 2019, continua a trabalhar para o *mainstreaming* de género nas políticas e medidas sensíveis ao género para a integração de migrantes e das comunidades ciganas, em linha com as recomendações Europeias e Internacionais. Este *mainstreaming* de género tem vindo a ser promovido pelo ACM, I.P., tanto a nível interno como externo, através de iniciativas de sensibilização e capacitação, como a formação para as funcionárias e funcionários do ACM, I.P., e os seus parceiros diretos (colegas dos CNAIM, CLAIM, Associações de Migrantes, projetos do Programa Escolhas), a participação em projetos, fortalecendo a cooperação e parcerias com entidades relevantes e da sociedade civil (como a Fundação Aga Khan, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Associação de Planeamento Familiar, o Observatório de Tráfico de Seres Humanos, a associação Movimento Democrático de Mulheres, e a Plataforma Portuguesa dos Direitos das Mulheres, entre outras), e através da participação em conferências e seminários.



Ilustração 12 – Capa do Plano Anual para a Igualdade do ACM, I.P.

No final do ano de 2020, o ACM, I.P., adotou o seu primeiro Plano Anual para a Igualdade para implementação em 2021, consoante o Guião para a Elaboração dos Planos para a Igualdade produzido pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) e pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), devidamente adequado à realidade do Instituto e com o acompanhamento da CITE em todo o processo. O Plano integra 66 medidas: 32 medidas internas (no âmbito da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, combate ao assédio no local de trabalho, bem como outras ações que contribuem para melhores condições de trabalho) e 34 medidas externas (para a promoção do *mainstreaming* de género em todas as diferentes Unidades Orgânicas do Instituto). O Plano para a Igualdade resultou de um esforço interno conjunto do Grupo de Trabalho para a Igualdade, constituído em junho de 2020, com elementos de todas as Unidades Orgânicas e Equipas do ACM, I.P., e está alinhado com outros Planos e Estratégias promovidas/monitorizadas pelo ACM, I.P., – como a Estratégia Nacional de Integração das Comunidades Ciganas e o Plano Nacional de Implementação do Pacto Global para as Migrações. As medidas que integram este Plano para a Igualdade do ACM, I.P., complementam também o compromisso deste Instituto Público com os Planos que integram a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 «Portugal + Igual», aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio, que tem como uma das suas dimensões estratégicas a interseccionalidade, sublinhando a importância de reconhecer a diversidade na sociedade.

No âmbito do Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020), o ACM, I.P., tem vindo a promover ações de sensibilização para os/as seus funcionários/as sobre a Igualdade de Género (medida 21: Promoção de informação sobre direitos e deveres dos trabalhadores imigrantes). Este indicador prevê 10 formações anuais, o qual tem vindo a ser cumprido desde 2014. Em 2020 foram realizadas 12 ações de informação, com um total de 279 participantes. A capacitação e empoderamento das mulheres e raparigas têm vindo a ser trabalhadas através da realização de ações de formação e de sensibilização, destacando as várias iniciativas no âmbito da interseccionalidade, tráfico de seres humanos e combate ao sexismo. Foi realizada uma nova edição do workshop “A Promoção da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens na perspetiva da interseccionalidade – O trabalho dos mecanismos oficiais para a Igualdade” com 17 participantes (15 M, 2 H), em colaboração com outros mecanismos nacionais para a igualdade (CIG, CITE, INR). Foram promovidas duas ações de formação no âmbito do Tráfico de Seres Humanos para dinamizadores do Programa Escolhas, com 23 participantes (4 H, 19 M) em Lisboa com a APF e uma no Porto com 21 participantes (5 H, 16 M) no Porto com a CIG, e um Ciclo de Formação sobre Tráfico de Seres Humanos com seis ações com 163 participantes, 72 responderam à avaliação (63 M, 9 H), em cooperação com o Observatório de Tráfico de Seres Humanos e o Movimento Democrático de Mulheres para os CNAIM, CLAIM, e para associações de migrantes. Ainda em 2020, foram realizadas duas ações de formação “Mobilizate Contra o Sexismo!” com 25 participantes (21 M, 4 H), para as/os colaboradoras/es do ACM, I.P., em parceria com a Plataforma Portuguesa dos Direitos das Mulheres.

No que concerne às Práticas Tradicionais Nefastas, incluindo a Mutilação Genital Feminina (MGF),

domínio em que o ACM, I.P., tem trabalhado desde 2007, a campanha “Não Corte o Futuro!” foi relançada em julho, com a colaboração da ANA, nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro. Este foi o resultado da colaboração de 10 organizações da sociedade civil e em parceria entre a CIG e o ACM, I.P., com o objetivo de robustecer a mensagem do combate e erradicação da MGF. A 6 de fevereiro, Dia Internacional Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina, foi assinada uma adenda ao protocolo do projeto Práticas Saudáveis: Pelo Fim da Mutilação Genital Feminina, que visa trabalhar esta dimensão em territórios da Grande Lisboa com maior prevalência de casos através das Unidades de Saúde Pública e no qual o ACM, I.P., tem um papel de coordenação, alargando a intervenção a cinco novos Agrupamento de Centros de Saúde. O projeto contempla agora 10 territórios e vai decorrer até ao final de 2021. O ACM, I.P., colaborou ainda com a Associação de Planeamento Familiar na tradução de documentos sobre a MGF para várias línguas, para que a informação chegue ao maior número de comunidades relevantes, com a colaboração da Bolsa de Tradutores do ACM, I.P.

Durante o período de pandemia COVID-19, verificou-se um aumento de casos de violência doméstica. Este risco acrescido vem reforçar a importância da prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica, particularmente para mulheres em situação de especial vulnerabilidade, como é o caso das mulheres migrantes, incluindo as mulheres refugiadas. Considerando esta realidade e necessidade de resposta especializada, abriu o primeiro Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) no CNAIM de Lisboa a 5 de novembro, estando contemplada a abertura de mais dois GAV em 2021 nos CNAIM do Norte e no CNAIM do Algarve respetivamente. A Campanha #EuSobrevivi foi lançada pela Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade e a CIG a 25 de novembro, Dia Internacional da Eliminação da Violência contra as Mulheres, e integra um Cartão de Alerta com os contactos para reportar uma situação de violência. O ACM, I.P., apoiou esta iniciativa com a tradução do Cartão de Alerta para oito línguas (árabe, bangla, francês, hindi, inglês, mandarim, nepalês e russo).

NÚCLEO DE LIGAÇÃO ÀS ASSOCIAÇÕES (NLA)

A Deliberação n.º 1158/2020, de 11 de novembro, criou o Núcleo de Ligação às Associações (NLA) que tem como principais atribuições: (I) Apoio na dinamização de uma articulação entre o ACM, I.P., e as associações representativas de imigrantes e seus descendentes, estudantes internacionais, pessoas refugiadas e beneficiários de proteção internacional, comunidades ciganas e grupos informais; (II) Assegurar a capacitação técnica e financeira, através de formação, partilha de conhecimento e experiências, e outras atividades direcionadas para dirigentes, colaboradores/as voluntários/as das associações, no sentido de fortalecer a sua capacidade de intervenção de acordo com os objetivos da sua missão; (III) Fomentar e estimular a celebração de protocolos e parcerias com associações nacionais e internacionais de forma a garantir a participação cívica e uma maior consciencialização sobre direitos e deveres; (IV) Promover o lançamento de linhas de financiamento para associações reconhecidas e não reconhecidas, quando em situações de emergência social; (V) Avaliar e acompanhar os apoios financeiros prestados pelo ACM, I.P.,

às associações de forma a promover a estabilidade e regularidade do seu funcionamento; (VI) Providenciar acompanhamento técnico às entidades não reconhecidas, tendo em vista o seu reconhecimento pelo ACM, I.P.

Apoio Técnico

O ACM, I.P., através do NLA, presta apoio técnico às associações de imigrantes, nomeadamente no âmbito do acesso a fontes de financiamento e acompanhamento dos projetos financiados e promove também a divulgação das atividades/projetos desenvolvidos pelas associações de imigrantes através dos diferentes canais que o ACM, I.P., disponibiliza para o efeito.

A Lei 115/99, de 3 de agosto, e o Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de maio, estabelecem o direito das associações representativas de imigrantes e seus descendentes de beneficiar de apoio técnico e financeiro por parte do Estado. Assim o Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante (PAAI) destina-se a programas, projetos e ações que tenham como objetivos contribuir para a integração de cidadãos/ãs imigrantes, promovendo a sua dignificação e igualdade de oportunidades, a mudança de atitudes e mentalidades, no âmbito da igualdade de oportunidades dos/as cidadãos/ãs legalmente residentes em Portugal, nomeadamente a nível da educação, da cultura e dos meios de comunicação social, entre outros. O PAAI assenta em três linhas prioritárias de intervenção, a que correspondem três vertentes de apoio – Vertente Acolhimento e Integração, Vertente Valorização da Diversidade e Vertente Reconhecido Mérito.

Este ano, ao contrário de anos anteriores, devido à situação pandémica o acompanhamento aos projetos foi efetuado maioritariamente à distância, através de reuniões online e telefonemas. Foram efetuadas 25 visitas de acompanhamento realizadas a projetos financeiramente aprovados pelo ACM, I.P., via PAAI 2020 e 29 visitas de acompanhamento realizadas a projetos financeiramente apoiados pelo ACM, I.P., via apoio de emergência da Fundação Calouste Gulbenkian e ACM, I.P.

Estas visitas de acompanhamento têm como objetivo avaliar a execução dos protocolos e o impacto do apoio financeiro atribuído bem como aprofundar o conhecimento do trabalho associativo, a sua relevância junto das comunidades e principais constrangimentos.

Formação

Foram ministradas ações de formação das associações de imigrantes com o objetivo de capacitar os/as seus/suas líderes, técnicos/as e voluntários/as. Foram desenvolvidas cinco iniciativas **de promoção do Associativismo Imigrante** designadamente:

- Ação de promoção do Associativismo Imigrante junto da Câmara Municipal de Arganil, que contou com 8 participantes (7 mulheres e 1 homem), no dia 1 de julho;
- Ação de promoção do Associativismo Imigrante junto da Câmara Municipal de Castelo Branco com 46 participantes (21 mulheres e 25 homens), no dia 9 de julho de 2020;
- Ação de promoção do Associativismo Imigrante junto de Associações de Imigrantes/estudantes

de Bragança, nomeadamente a Associação dos Estudantes Brasileiros do Instituto Politécnico de Bragança; a Rede Solidária dos Estudantes Africanos em Portugal, a Associação de Estudantes Africanos de Bragança, Associação de Estudantes Internacionais e um cidadão isolado de Alfandega da Fé, com 9 participantes (6 mulheres e 3 homens), no dia 21 de outubro;

– Sessão de esclarecimento sobre o Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante 2021 (PAAI 2021), através da Plataforma Zoom realizada no dia 5 de dezembro com a participação de 17 técnicos das Associações de Imigrantes (6 mulheres 11 homens) e do dia 17 de dezembro com 11 participantes (7 mulheres e 4 homens), com o objetivo de divulgar toda a informação sobre o processo de apresentação das candidaturas ao PAAI 2021.

Apoio financeiro

No âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante (PAAI) foi disponibilizado em 2020 um montante financeiro de 250 000 euros, que apoiaram os projetos de 25 Associações de Imigrantes e seus descendentes.

Após a declaração do estado de emergência em Portugal, a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) em parceria com o Alto Comissariado para as Migrações, I.P., apoiaram um total de 41 organizações da sociedade civil para que estas pudessem dar resposta às vulnerabilidades mais prementes das populações imigrantes, refugiadas e de comunidades ciganas existentes, no âmbito da pandemia da COVID-19, em todo o país.

As duas instituições firmaram um protocolo através do qual a FCG apoiou 30 organizações, até um montante de 75.000€ (setenta e cinco mil euros), assumindo o ACM, I.P., o apoio a 11 organizações, até um montante de 25.000€ (vinte e cinco mil euros). Destas 41 organizações, quatro delas apoiam pessoas refugiadas, 8 apoiam pessoas ciganas e 29 apoiam imigrantes e seus descendentes

Ainda no final do ano o ACM, I.P., através do NLA, deu início a mais uma edição do PAAI (2021) cujas candidaturas terminaram a 4 de janeiro de 2021. Esta edição do PAAI contou alterações significativas, designadamente, a comparticipação da ACM, I.P., passou para 95% do custo total elegível de cada projeto limitado a um valor máximo de 10.000€ (dez mil euros). A contrapartida da entidade beneficiária, correspondente a 5%, passou a contemplar a contribuição em espécie, incluindo a prestação de trabalho voluntário.

Reconhecimento de Representatividade das Associações de Imigrantes e seus Descendentes

O Reconhecimento de Representatividade das Associações de Imigrantes e seus Descendentes é atribuído pelo ACM, I.P., às Associações que o requeiram e demonstrem reunir os requisitos de reconhecimento previstos no n.º 1, do artigo 5.º, da Lei n.º 115/99, de 3 de agosto, e dos n.os 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de maio.

Em 2020, rececionámos 21 contactos de entidades que colocaram questões relacionadas com o pedido de reconhecimento de representatividade, e duas submeteram o pedido de reconhecimento. A análise dos pedidos de reconhecimento inclui uma visita de reconhecimento à entidade, efetuada por técnicos do NLA, para conhecer de perto as instalações da Associação, a sua dinâmica, os/as seus/suas técnicos/as e voluntários/as e o trabalho que desenvolvem junto da comunidade. Dada a situação de confinamento, foi efetuada uma “visita” online à Associação Paramédicos de Catástrofe Internacional, no entanto, a nossa análise apurou que esta Associação não é representativa de Imigrantes e seus descendentes, tendo sido por esse motivo recusado o pedido.

Até à data o ACM, I.P., já reconheceu a representatividade de 146 associações das quais cerca de 100 mantêm-se ativas, e desenvolvem o seu trabalho em áreas tão diversificadas como: o apoio escolar para crianças e jovens; atividades de tempos livres; eventos culturais, recreativos e desportivos; gabinetes de apoio jurídico, social e psicológico; aulas de língua e cultura portuguesa e de outros países; iniciativas de sensibilização e informação dirigidas às comunidades imigrantes e à sociedade portuguesa; ações de intervenção política no âmbito das questões da imigração e de luta contra a discriminação; e projetos de desenvolvimento nos países de origem.

O NLA prestou apoio técnico às associações no âmbito da submissão das candidaturas ao Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante, na disseminação das atividades/projetos desenvolvidos pelas associações de imigrantes através dos diferentes meios que o ACM, I.P., disponibiliza para o efeito. Acompanhou a execução dos 25 projetos aprovados do PAAI e 33 projetos financiados pelo apoio de emergência com visitas online e telefónico, dada a impossibilidade de deslocação ao terreno.

Este Núcleo serviu ainda de elo de ligação com alguns gabinetes de atendimento ao público do CNAIM de Lisboa (como por exemplo o Gabinete de Apoio Jurídico e Gabinete de Assuntos Sociais e Inclusão) sempre que foi solicitado pelas associações.

Conselho para as Migrações

Nos termos da Lei Orgânica do Alto Comissariado para as Migrações, I.P., Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, foi criado o Conselho para as Migrações (CM). O Conselho para as Migrações é o órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação do ACM, I.P., e nas tomadas de decisão do conselho diretivo, assegurando a participação e colaboração de entidades públicas e privadas na definição e execução das políticas migratórias.

Terminado um mandato de três anos, e em colaboração com o DRIPMCM, o NLA organizou em novembro mais um processo eleitoral que culminou com a eleição dos/as novos/as representantes das comunidades imigrantes, para o triénio 2021-2023.

De acordo com o estabelecido na Lei, foram eleitos/as representantes das seguintes comunidades:

a) Um/a representante de cada uma das comunidades imigrantes dos países de língua portuguesa

- (Comunidades Angolana, Brasileira, Cabo-verdiana, Guineense, Moçambicana e Santomense);
- b) Um/a representante de cada uma das outras três comunidades imigrantes mais numerosas não incluídas na alínea anterior (Comunidades Romena, Ucraniana e Chinesa);
- c) Um/a representante das associações não filiadas nas comunidades previstas nas alíneas a) e b).

Atendimento direto às entidades

A pandemia causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2 | Covid-19 limitou a habitual atuação no terreno, o que fez com que fosse também restringido o atendimento presencial. Assim, dadas as limitações foram efetuados 134 atendimentos telefónicos para esclarecimento de dúvidas relacionadas com o associativismo imigrante.

COMISSÃO PARA A IGUALDADE E CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL (CICDR)

O ACM, I.P., tem como missão, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, combater todas as formas de discriminação em função da cor, nacionalidade, origem étnica, independentemente do meio em que ocorram, através de ações, campanhas ou eventos de sensibilização da opinião pública, bem como através do processamento das contraordenações previstas na lei, conforme expressamente prevê a alínea l) do número 2 do artigo 3.º do mesmo diploma legal.

A Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) funciona junto do ACM, I.P., que assegura o apoio técnico e administrativo, bem como as instalações necessárias ao seu funcionamento, e é um órgão de composição plural vocacionado para a prevenção e combate à discriminação em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem, designadamente, em matéria de acesso a bens e serviços, habitação, saúde, segurança social, benefícios sociais, educação e cultura, nos termos e limites estabelecidos na Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto².

Durante o ano de 2020, foram recebidas pela CICDR 655 participações/queixas/denúncias de alegadas práticas discriminatórias de base racial e étnica, consoante tenham sido remetidas por outras entidades, pelas vítimas, ou por terceiros, respetivamente. Tem-se assistido a aumento consolidado desde 2014, correspondendo a um aumento de +50.2% face ao ano de 2019, quando se contabilizaram 436 queixas.

Embora o ano de 2020 tenha sido marcado por algumas ocorrências mediáticas que muito impulsionaram o reporte das queixas, o aumento de queixas enviadas à CICDR, que tem sido uma tendência dos últimos 7 anos, é demonstrativo de uma maior consciencialização para a problemática da discriminação racial, bem como demonstra o reconhecimento por parte dos/as interessados/as dos mecanismos ao dispor. Contudo, este número não representará o universo real da problemática da discriminação racial e étnica no contexto nacional, por um lado, porque

² Até 1 de setembro de 2017 vigorava o regime jurídico constante da Lei n.º 18/2004, de 11 de maio, e da Lei n.º 134/99, de 28 de agosto.

outras entidades trabalham também esta temática em determinados contextos, e por outro porque é consabido que nem todas as situações são efetivamente alvo de reporte, quer a esta Comissão, quer a outras entidades.

DESENVOLVIMENTOS DAS QUEIXAS/PARTICIPAÇÕES/DENÚNCIAS	Número
Conversão em processos de contraordenação (PCO)	43
Aguardam esclarecimentos	57
Análise, preparação e encaminhamento para outras entidades*	447
Queixas incompletas/infundadas	81
Queixas incorretas**	27
TOTAL	655

Quadro 15 – Desenvolvimentos das queixas/participações/denúncias

Notas:

* Outras Entidades: inclui Ministério Público, Linha Internet Segura, Entidade Reguladora para a Comunicação Social, Autoridade para as Condições de Trabalho, Ordem dos Advogados, Autoridade para Prevenção e o Combate à Violência no Desporto, Inspeção-Geral da Administração Interna, Provedor de Justiça, Banco de Portugal, Direção-Geral do Consumidor, Inspeção-Geral Diplomática e Consular, Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, Comissão Nacional de Proteção de Dados e Conselho Superior Magistratura.

** Abrange situações que não tinham por base características protegidas na Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto.

A situação epidemiológica causada pelo COVID-19 veio trazer uma nova dinâmica na tipologia de queixas reportadas à CICDR, o que vai ter um impacto direto na tramitação que lhes é dada. Neste sentido, importa salientar que as queixas referentes ao acesso a bens e a serviços sempre representaram uma grande percentagem das queixas recebidas pela CICDR, até porque, embora a Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto abranja as práticas ocorridas fora do contexto de acesso a bens e a serviços, a sua amplitude está bastante direcionada para as práticas ocorridas nesses contextos. Portanto, apesar de se verificar um aumento de 50.2% das queixas, quando se faz a comparação com o ano anterior, em 2020 verificamos uma grande diminuição no número das queixas alegadamente ocorridas no acesso a bens e serviços. Por outro lado, constatamos um aumento substancial de situações ocorridas na Internet ou media social que invariavelmente acabam por recair na competência direta de outras entidades.

No âmbito da prossecução da sua missão, na vertente da prevenção, a Comissão desenvolve diversas ações de sensibilização, com vista à consciencialização da sociedade civil para a temática da discriminação racial.

Em 2020 a CICDR esteve envolvida em diversas ações de sensibilização, destacando-se as seguintes:

- A CICDR assinalou o dia 21 de março, Dia Nacional para a Eliminação da Discriminação

Racial no Facebook através da publicação de cartazes digitais com os hashtags #Pelaligualdade #PelaDiversidade #PeloRespeito, sensibilizando para a problemática do discurso de ódio nas redes sociais.

- A CICDR e o Programa Escolhas lançaram o desafio a todos/as os/as Dinamizadores/as Comunitários/as para trabalharem o tema da Discriminação Racial nos seus projetos e junto da sua comunidade, através da organização de atividades, propondo a criação de Campanhas contra a Discriminação Racial.
- Em parceria com a Amnistia Internacional Portugal e outras entidades, a CICDR passou a integrar o projeto “Eu Jogo Pelos Direitos Humanos” que pretende educar para os Direitos Humanos através do desporto.
- O Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), a Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto (APCVD) e a CICDR lançaram em parceria a brochura “Dislike ao Racismo no Desporto” orientada para crianças e jovens, com o objetivo de prevenir atos de racismo no desporto.
- No dia 1 de setembro de 2020, dia em que se assinalaram os três anos da entrada em vigor da Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto, a CICDR lançou diversos cartões digitais informativos na rede social Facebook com o objetivo de divulgar as competências da Comissão, dar a conhecer o âmbito de aplicação daquela Lei e informar sobre as formas de apresentação de queixa na CICDR.

No que se refere à formação e sensibilização, na vertente não-formal, ao longo do ano de 2020 foram realizadas as seguintes ações de âmbito nacional que contaram com a participação de 268 pessoas (147 participantes do sexo masculino e 121 do sexo feminino), num total de 683 horas ministradas:

- Ações de formação e sensibilização online, dirigidas a 107 militares da Guarda Nacional Republicana (GNR) no âmbito do protocolo celebrado em 2017 entre a GNR e o ACM, I.P., em três sessões distintas no dia 4 de dezembro;
- Ação de formação online sobre a Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto, realizada no âmbito da II Edição das Jornadas da Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto, no dia 3 de novembro, dirigida a 20 funcionários/as públicos da APCVD;
- Ações formativas presenciais sobre a prevenção e combate à discriminação racial e étnica dirigida a 47 técnicos/as do Programa Escolhas de Lisboa e Porto, nos dias 28 e 31 de janeiro;
- Conversa e debate online, no dia 26 de junho, sobre Discriminação Racial que contou com a presença de 17 Dinamizadores/as Comunitários/as do Programa Escolhas;
- Ações de sensibilização sobre a CICDR dirigidas a 16 técnicos/as da Associação Cabo-verdiana de Sines e Santiago, pessoas imigrantes e agentes da sociedade civil (escolas, autarquias), realizadas no dia 26 de outubro, uma na vertente online e outra presencial;
- Formação online, no dia 4 de dezembro, sobre “Discriminação Racial e Étnica: Implicações Práticas” direcionada a pessoas das comunidades giganas;
- Ações de formação *online* sobre a CICDR dirigidas a 52 técnicos/as da rede CLAIM, Câmaras Municipais e Associações de migrantes, nos dias 22 e 23 de outubro.

NÚCLEO DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE REFUGIADOS (NAIR)

Acolhimento e integração de pessoas refugiadas

Portugal assumiu o compromisso de acolher ao abrigo do Programa Voluntário de Reinstalação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) para 2018/2019, 1010 pessoas refugiadas provenientes do Egito e Turquia. No biénio 2020/2021, Portugal renovou a sua participação no programa, com o acolhimento de 1050 pessoas refugiadas a partir da Turquia e do Egito e 100 pessoas refugiadas a partir da Jordânia.

Do compromisso assumido para 2018/2019 foram transferidas para Portugal, até dezembro de 2020, 631 pessoas (301 Mulheres e 330 Homens), das quais 222 chegaram em 2020. À data aguardavam transferência, já com acolhimento garantido, 63 pessoas refugiadas, faltando assim, **reinstalar 298** pessoas, 104 provenientes do Egito e 194 da Turquia, conforme quadro abaixo apresentado. Ao longo de 18 meses, as pessoas refugiadas beneficiam de um programa de acolhimento e integração inicial, que envolve a atribuição de uma entidade de acolhimento responsável e um acompanhamento de proximidade realizado pelo ACM, I.P. Este programa é financiado pelo FAMI – Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, através do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

MISSÃO N.º/País	Mês/Ano	N.º de pessoas autorizadas p/ transferência p/ PT	N.º de pessoas c/ acolhimento confirmado ao SEF	N.º pessoas com acolhimento		N.º de pessoas a AGUARDAR acolhimento
				Transferidas para Portugal	Aguardam Transferência	
1.º Egito	julho 2018	141	141	141	0	FECHADA
1.º Turquia	novembro 2018	142	142	142	0	FECHADA
2.º Egito	novembro 2018	89	89	87	2	FECHADA
2.º Turquia	março 2019	149	133	123	10	16
3.º Egito	maio 2019	158	54	25	29	104
3.º Turquia	junho 2019	143	121	99	22	22
4.º Turquia	agosto 2019	170	14	14	0	156
TOTAL		992	694	631	63	298
Egito		388	284	253	31	104
Turquia		604	410	378	32	194

Quadro 16 – Número de pessoas refugiadas autorizadas para reinstalação em Portugal por Missão de Seleção

Fonte – ACM, I.P. (Sistematização e cálculos do NAIR). Dados Extraídos a 29-12-2020

Programa de Recolocação

Portugal comprometeu-se com o Programa de Recolocação, que garante a transferência dos pedidos de requerentes de proteção internacional entre Estados-Membros da União Europeia, como medida de solidariedade entre estes para aliviar os sistemas de asilo mais sobrecarregados.

É ao abrigo do Programa de Recolocação que Portugal acolhe cidadãos oriundos de resgates de Barcos Humanitários no Mar Mediterrâneo, Menores Estrangeiros Não Acompanhados e/ou requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional enquadrados em Acordos Bilaterais com estes Estados-Membros.

Com a crise migratória no mediterrâneo e com barcos humanitários à deriva nas águas europeias, aguardando ordem para atracar, o Governo português firmou um compromisso político com as autoridades maltesas e italianas para a transferência destes cidadãos estrangeiros, para território nacional. Estes cidadãos beneficiam de um programa de acolhimento e integração inicial, ao longo de 18 meses, com a atribuição de uma entidade de acolhimento responsável e um acompanhamento de proximidade pelo ACM, I.P.

Participamos também no esquema de recolocação voluntária de Menores Estrangeiros Não Acompanhados (MENA) que se encontram na Grécia, em situação de extrema vulnerabilidade. Neste âmbito, assumiu-se o compromisso de receber aproximadamente 500 Crianças e Jovens Estrangeiras Não Acompanhadas entre 2020 e 2021.

Para o cumprimento deste objetivo foram abertas 4 Casas de Acolhimento Especializado (CAE), com equipas técnica e educativa próprias, com formação específica e processo de supervisão e acompanhamento próprio.

O modelo de intervenção desenvolvido para esta operação, apesar de se inscrever nas linhas gerais de enquadramento da promoção e proteção de crianças e jovens e da proteção internacional de cidadãos, foi construído colaborativamente, por todos os parceiros envolvidos, designadamente: ACM, I.P., ISS, I.P.; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Casa Pia de Lisboa.

O modelo de intervenção prevê uma resposta inicial de acolhimento residencial, com vista à receção dos C/JENA e sobretudo focada no diagnóstico individual para posterior encaminhamento para uma resposta subsequente.

As respostas subsequentes poderão conferir maior ou menor autonomia, de acordo com as competências dos jovens, às quais está inerente o acompanhamento de uma equipa especializada, enquanto durar a sua medida de promoção e proteção.

Até 31 de dezembro de 2020, no âmbito dos programas em vigor, conforme quadros *infra*,

chegaram a Portugal 931 pessoas refugiadas (333 em 2020) das quais 829 se encontram em território nacional.

Programas/ Acordos	Total Refugiados Acolhidos	Total Movimentos Secundários	Total Retomas a Cargo	Total Refugiados em TN
Reinstalação	631	48	0	583
Barcos humanitários	217	53	3	167
MENA	83	4	0	79
Total	931	102	3	829

Quadro 17 – Número total de Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional Acolhidos ao abrigo de Programas, Movimentos Secundários e Efetivos em Portugal desde 2018

Fonte: ACM, I.P. (Sistematização e cálculos do NAIR). Dados Extraídos a 29 dezembro 2020

Programas	Total			Adultos			Menores		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Reinstalação	303	280	583	135	166	301	168	114	282
Barcos humanitários	141	26	167	137	24	161	4	2	6
MENA	78	1	79	0	0	0	78	1	79
Total	522	307	829	272	190	462	250	117	367

Quadro 18 – Número total de Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal, por programa, por idade e por sexo, desde 2018

Fonte: ACM, I.P. (Sistematização e cálculos do NAIR). Dados Extraídos a 29 dezembro 2020

Total	631
2018	33
2019	376
2020	222
Egito	253
Turquia	378

Quadro 19 – Número de Pessoas Refugiadas chegadas a Portugal ao abrigo do Programa de Reinstalação
Fonte: ACM, I.P. (Sistematização e cálculos do NAIR). Dados extraídos a 29 dezembro 2020

Total	217
2018	86
2019	98
2020	33
Malta	118
Itália	99

Quadro 20 – Número de Requerentes de Proteção Internacional chegados a Portugal ao abrigo do Programa de Recolocação ad hoc de Barcos Humanitários
Fonte: ACM, I.P. (Sistematização e cálculos do NAIR). Dados extraídos a 29 dezembro 2020

Acolhimento de Refugiados

O ACM, I.P., garante um modelo de acolhimento de requerentes e beneficiários de proteção internacional, através da identificação de uma rede de instituições (públicas e da sociedade civil, nacionais e locais) disponíveis para desenvolver um plano de acolhimento e integração de pessoas refugiadas, constituindo-se, desde aí, como importantes parceiros para as instituições governamentais.

Participam, nesta rede, autarquias locais e organizações não-governamentais, através do acolhimento por consórcios locais de instituições, ou por entidades independentes de consórcio a partir de uma rede diversificada e descentralizada no território português, sendo valorizado o potencial do acolhimento, também, em territórios de média e baixa densidade populacional.

Entidade de Acolhimento	N.º de pessoas acolhidas
ADFP	7
Adolescere	29
Arrimo	25
Cáritas Castelo Branco	7
Casa Árabe Portuguesa	10
Centro Paroq. S. Pedro da Cova	7
CM Fundão	14
CM Lisboa	43
CM Proença-a-Nova	3
CM Santo Tirso	3
CPR	141
CVP	83
Fundação Allamano	10
Fundação Garcia	13
PAR/JRS	83
UMP	15

Quadro 21 – Número de pessoas em acolhimento em Portugal, via movimentos programados, em 2020, por entidade de acolhimento

Fonte: ACM, I.P. (Sistematização e cálculos do NAIR). Dados extraídos a 29 dezembro 2020

Em 2020 estavam envolvidos no acolhimento de requerentes e beneficiário/as de proteção internacional 40 concelhos, dos quais se destacam Loures, S. João da Madeira e Braga.

Foram desenvolvidas um conjunto de ações para a captação de novas entidades de acolhimento, que resultaram em 14 entidades parceiras: 5 novas entidades em 2020, que resultam num total de 54 pessoas acolhidas, 6 novas entidades com acolhimento programado para 2021 que representam um total de 68 acolhimentos e 3 novos municípios. Além destas, 16 entidades encontram-se a analisar a proposta de protocolo e aguardar a evolução da atual situação pandémica.

Integração de Pessoas Refugiadas

Para que a integração das pessoas refugiadas, no âmbito dos Programas de Recolocação e Reinstalação, possa ser monitorizada de forma regular, são realizadas visitas de acompanhamento e de mediação e recolhidos os seguintes indicadores junto dos interlocutores/entidades de acolhimento: acesso a serviços de saúde; acesso a aulas de Língua Portuguesa; acesso à Educação; acesso a Formação Profissional e Emprego e acesso a documentação.

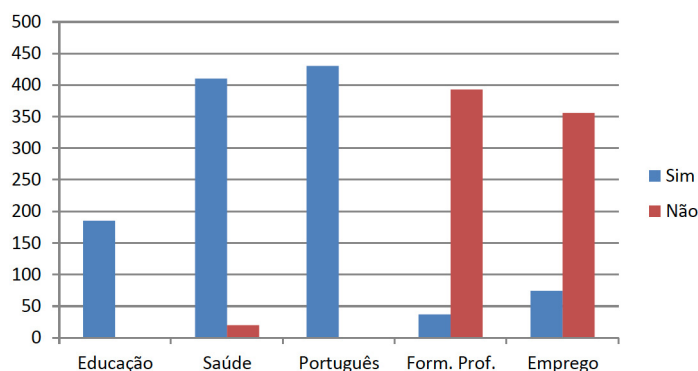


Gráfico 7 – Acesso aos principais Indicadores de Integração Inicial dos refugiados em programa em 2020

Fonte: ACM, I.P. (Sistematização e cálculos do NAIR). Dados extraídos a 29 dezembro 2020

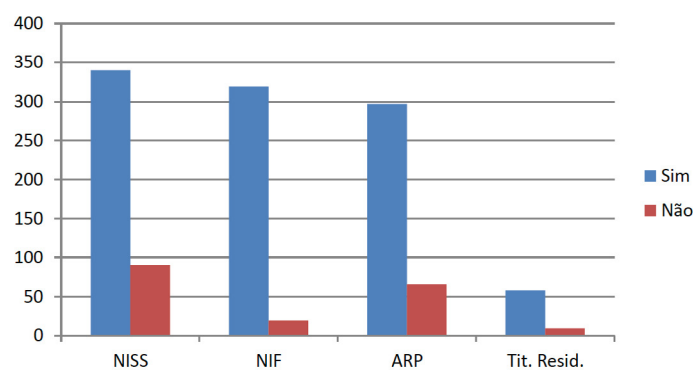


Gráfico 8 – Acesso a documentação/regularização documental em 2020

Fonte: ACM, I.P. (Sistematização e cálculos do NAIR). Dados extraídos a 29 dezembro 2020

Término do Programa

Relativamente aos/às cidadãos/ãs refugiados/as que terminaram o programa, em 2020, 63% necessitaram de apoios complementares após o término do programa e, 37% deram continuidade aos seus projetos de vida sem necessidade de apoios sociais.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES (OM)

O Observatório das Migrações, criado em 2002 como uma unidade informal do então ACIME (como Observatório da Imigração), e renomeado no final de 2014 para Observatório das Migrações (OM), é desde 2016 uma Equipa de Projeto do ACM, I.P., com a missão de “*estudo e acompanhamento científico das migrações e a produção, recolha, análise e difusão de informação estatística acerca das migrações*” (artigo 1.º da Deliberação n.º 1243/2016, DR 2.ª série, de 8 de agosto) que nos termos do ponto 2 do artigo 1.º da mesma deliberação “*exerce a sua missão e atribuições em articulação com o membro do governo que tutela a área das migrações*”, atualmente em articulação com a Secretária de Estado para a Integração e as Migrações.

De acordo com previsto no artigo 3.º da mesma Deliberação do OM, a Equipa de Projeto OM “*é dirigida por um coordenador com perfil académico adequado, designadamente com experiência relevante na área das migrações*”, tendo desde 2016 como coordenadora Catarina Reis Oliveira, reconduzida em 2020 pela Alta-Comissária para as Migrações pela Deliberação n.º 600/2020.

O OM tem contribuído para as diversas áreas de atuação do ACM, I.P., com a monitorização estatística da situação de integração dos/as imigrantes em Portugal e com recomendações para políticas migratórias baseadas em evidência científica (*evidence-based policy*) através de estudos que promove e publica nas suas diferentes linhas editoriais. O OM implementa duas das atribuições que estão vinculadas na própria orgânica do ACM, I.P., (as alíneas i) e n) do n.º 2 do artigo 3.º da Lei Orgânica do ACM, I.P., Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro), na vertente da recolha e divulgação de dados oficiais sobre fluxos migratórios, e do fomento da investigação e observação dos fenómenos migratórios em articulação com centros de estudo universitários e organizações internacionais.

Com o mote *Migrações em Mudança: conhecer mais para agir melhor*, 2020 foi um ano de aprofundamento e sistematização dos indicadores de integração de imigrantes e de refugiados, e de reflexão e partilha do conhecimento sobre migrações. Num ano de uma nova realidade de trabalho com uma pandemia mundial, o OM apostou numa presença mais virtual, com atualizações permanentes no site www.om.acm.gov.pt e no <https://www.facebook.com/observatoriodasmigracoes/>, lançamento de publicações digitais e participação e organização de *Webinars*.

Mantendo os objetivos de estimular a prática de investigação-ação na vertente da gestão e integração dos fluxos migratórios para Portugal e de monitorizar as políticas para imigrantes e

refugiados, em 2020 o OM reforçou as suas linhas editoriais com novas publicações. Destaque para novas publicações na **Coleção Imigração em Números**: o *Relatório do Asilo # 1 – Entrada, acolhimento e integração de requerentes e beneficiários de proteção internacional em Portugal* de Catarina Reis Oliveira; o *Boletim Estatístico OM #6 – Literacia e Sucesso Escolar dos Estudantes Imigrantes*, de Rita Monteiro; e o *Relatório Estatístico Anual 2020 – Indicadores de Integração de Imigrantes*, de Catarina Reis Oliveira. A **Coleção Estudos OM** ganhou um novo volume – *Estudo 66 – Diversidades, Espaço e Migrações na Cidade Empreendedora*, com coordenação de Maria Manuela Mendes, Nuno Oliveira e José Mapril – e a **Coleção de Teses OM** um novo volume, a Tese 52 – *A violência sexual e de género nos campos de população refugiada: Enquadramento e análise legal* de Tatiana Morais.

O OM dinamizou também este ano um momento de debate e reflexão, mobilizando o diálogo entre investigadores, decisores políticos e representantes de organizações da sociedade civil, estreando-se na organização de um *Webinar* em direto a partir do Salão Nobre do INE no 18 de dezembro, Dia Internacional dos Migrantes.

Imigração em Números: sistematização e análise de informação estatística

O OM tem entre as suas atribuições “recolher, sistematizar e analisar informação estatística e administrativa de fontes nacionais e internacionais respeitantes ao fenómeno da imigração, nomeadamente os indicadores de integração de imigrantes” (alínea a) do artigo 2.º da Deliberação n.º 1243/2016, de 8 de agosto), atribuição essa que concretiza nomeadamente medidas de planos de ação para a integração de imigrantes (antes a medida 4 do *II Plano para a Integração de Imigrantes 2010*, depois medida 6 do *Plano Estratégico para as Migrações* em implementação até ao final de 2020) e desde 2019 também a primeira medida do objetivo 1 do *Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações*.

Procurando aprofundar a sistematização e análise de informação estatística e administrativa de fontes nacionais e internacionais relativas à integração de imigrantes em Portugal, o OM tem desenvolvido a sistematização e análise de informação estatística, publicando esse trabalho na *Coleção Imigração em Números*, lançada em 2014 com coordenação científica de Catarina Reis Oliveira. Em 2020 o OM reforçou esta coleção, com novas publicações:

- **Relatório Estatístico do Asilo # 1 – Entrada, acolhimento e integração de requerentes e beneficiários de proteção internacional em Portugal**, de Catarina Reis Oliveira, maio de 2020
- **Relatório Estatístico Anual 2020 – Indicadores de Integração de Imigrantes**, de Catarina Reis Oliveira, dezembro de 2020
- **Boletim Estatístico OM #6 – Literacia e Sucesso Escolar dos Estudantes Imigrantes**, de Rita Monteiro, edição que assinala o Dia Internacional dos Estudantes, 17 de novembro de 2020
- **Infografias OM – Imigrantes em Portugal: Retrato em Números**, de Catarina Reis Oliveira e Natália Gomes (conceção gráfica de Carlos Cravo) de janeiro de 2020



Ilustração 13 – Publicações OM 2020 – sistematização e análise de informação estatística

Publicações OM de 2020

Nos últimos 18 anos o Observatório foi consolidando várias linhas editoriais para melhor dar visibilidade ao seu trabalho, cumprindo a sua atribuição de “promover publicações através das diversas linhas editoriais do OM, em suporte físico e digital, relativos aos estudos e demais atividades de produção científica do OM” (alínea o) do artigo 2.º da Deliberação n.º 1243/2016, de 8 de agosto). Em 2020, as duas coleções mais antigas do Observatório somaram novos volumes: a **Coleção Estudos** ganhou o volume 66, *Diversidades, Espaço e Migrações na Cidade Empreendedora*, com coordenação de Maria Manuela Mendes, Nuno Oliveira e José Mapril, em dezembro, e a **Coleção de Teses** o volume 52, *A violência sexual e de género nos campos de população refugiada: enquadramento e análise legal*, de Tatiana Morais, em janeiro.



Ilustração 14 – Publicações OM 2020

Informação e Sensibilização, combatendo mitos sobre imigração

O OM tem entre as suas atribuições informar e sensibilizar a opinião pública acerca das migrações, nomeadamente através do combate a mitos e estereótipos, com factos científicos e dados estatísticos oficiais que sistematiza e dissemina acerca de estrangeiros residentes em Portugal, como estipula a alínea i) do artigo 2.º da Deliberação n.º 1243/2016, de 8 de agosto. O OM recorre aos seus canais de comunicação para promover estas atribuições. Em 2020, o OM manteve a sua presença nas redes sociais na sua página <https://www.facebook.com/observatoriodasmigracoes/>

enquanto veículo informativo e de sensibilização para a desconstrução de mitos e apresentação de factos em torno das migrações.

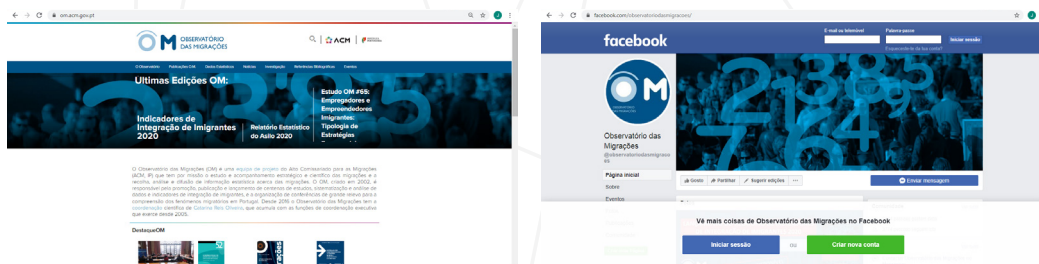


Ilustração 15 – Site e Facebook OM

O site do OM www.om.acm.gov.pt, lançado em 2002, manteve-se em 2020 como um canal de referência na divulgação de informação científica acerca do que de mais relevante é produzido a nível nacional e internacional sobre os fenómenos da imigração, do diálogo intercultural e da integração de migrantes, contando com uma atualização permanente dos seus conteúdos. O site do OM tem, ao longo dos anos, procurado constituir um instrumento de consulta para académicos, jornalistas, representantes da sociedade civil e ONG, quadros da administração pública e imigrantes. Nesse âmbito, o site integra um vasto repositório de informação útil e diversa acerca da temática das migrações, distribuídas por grandes categorias de informação, com destaque para as [Publicações OM](#), [Dados Estatísticos](#), [Notícias](#), [Investigação](#), [Referências Bibliográficas](#) e [Eventos](#). Com uma procura crescente, em 2020 a atingir 58.850 utilizadores (foram 43.639 utilizadores em 2019) e 73.745 sessões (foram 57.168 sessões em 2019), o site do OM tem-se vindo a afirmar como um repositório de dados sobre imigrantes, refugiados e a sua integração em Portugal.

Eventos OM em 2020

O Observatório das Migrações tem também entre as suas atribuições promover o debate e a reflexão académica acerca de políticas migratórias e integração de migrantes, nomeadamente diligenciando um diálogo construtivo e produtivo entre decisores políticos e académicos, e disseminar resultados de produção científica acerca das migrações através da organização de conferências, jornadas anuais, seminários e *workshops*, conforme as alíneas f), g) e h) do artigo 2.º da Deliberação n.º 1243/2016, de 8 de agosto. No contexto da pandemia mundial, o OM teve de cancelar em 2020 os seus eventos presenciais, tendo mantido, porém, a habitual conferência anual do dia 18 de dezembro, Dia Internacional das Migrações, mas num formato novo de *Webinar*.

O *Webinar* “Indicadores de Integração de Imigrantes 2020”, organizado pelo OM, em colaboração com o ACM, I.P., e o Instituto Nacional de Estatística, com transmissão online em direto a partir do salão nobre do Instituto Nacional de Estatística, lançou o *Relatório Estatístico Anual 2020* –

Indicadores de Integração de Imigrantes, da autoria de Catarina Reis Oliveira. O Webinar contou com 9 intervenções, tendo assistido online 235 participantes, sobretudo de serviços públicos, nomeadamente de fontes de dados estatísticos e administrativos que contribuiram para o relatório indicadores de integração de imigrantes, do meio académico, de ONG, de Câmaras, de IPSS, de Organizações Internacionais, da sociedade civil, jornalistas, entre outros. A sessão de abertura ficou a cargo do Presidente do Instituto Nacional de Estatística, Francisco Gonçalves de Lima, e da Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, Cláudia Pereira.



Ilustração 16 – Lançamento Relatório Estatístico Anual 2020

À apresentação do relatório seguiu-se um painel de debate, com as intervenções de Lucinda Fonseca, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, e dos Conselheiros do Conselho para as Migrações: Carlos Vianna (representante da comunidade Brasileira), Lívio de Moraes (representante da Comunidade Moçambicana), Virgínia Neto (representante da Comunidade Santomense) e Shiv Kumar Singh (representante da Comunidade Indiana). A Sessão de Encerramento ficou a cargo da Alta-Comissária para as Migrações, Sónia Pereira.

OBSERVATÓRIO DAS COMUNIDADES CIGANAS (ObCig)



Ilustração 17 – Logótipo do ObCig

O Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig) foi criado em 2014 em resposta à necessidade de promover a integração recíproca das comunidades ciganas evocada na Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC). O ObCig tem como missão o estudo e o acompanhamento estratégico e científico da população cigana em Portugal e o apoio ao ACM, I.P., nomeadamente no que diz respeito à produção de recomendações para a conceção de políticas públicas. A equipa, atualmente, é constituída por três elementos: a coordenadora, Maria José Casa-Nova que iniciou funções em dois de janeiro de 2018, Inês Aydin e Liliana Moreira.

Em 2020, o ObCig elaborou e publicou três *Newsletters*, duas das quais associadas a datas comemorativas, nomeadamente o dia 24 de junho de 2020, dia nacional da pessoa cigana, e o dia 10 de dezembro, dia Internacional dos Direitos Humanos. As *Newsletters* estão em acesso livre no [site do ObCig](#). No âmbito destas *Newsletters*, destaque para as entrevistas a jovens e adultos ciganos (Vozes Ciganas na Educação Escolar em Contexto de Pandemia, Vozes Ciganas no Ensino Superior em Contexto de Pandemia; e Vozes Ciganas nos Direitos Humanos em Contexto de Pandemia).



Ilustração 18 – Capa da newsletter ObCig de 24 de junho de 2020, Dia Nacional da Pessoa Cigana

A alimentação do sítio do Observatório [www.obcig.acm.gov.pt] e a gestão da página Facebook do ObCig foram atividades importantes durante 2020, uma vez que é a partir destes espaços digitais que a divulgação imediata para um público mais vasto se concretiza. Foram divulgadas, entre outras, atividades do Observatório, artigos e eventos que se mostram científica e socialmente relevantes sobre as comunidades ciganas e informação útil para estas mesmas comunidades. Ainda de salientar a gestão das solicitações, via e-mail, de âmbito científico e de aconselhamento científico.

Durante o ano de 2020 publicou-se um edital de abertura de uma call para publicações na Coleção Olhares. Na sequência do concurso externo, foram rececionadas e analisadas, através de um método rigoroso e transparente, quatro candidaturas. O ObCig emitiu um parecer sobre cada candidatura, que foi comunicado individualmente a cada autora, e selecionou e fez a revisão da tese de mestrado de Manuela Estanqueiro, com o título “[Expetativas das Famílias de Etnia Cigana relativas ao Cuidar do Enfermeiro de Família](#)”, cujo estudo assumiu o número 13 da Coleção Olhares, em formato digital e com 300 exemplares em formato papel. Também durante o ano 2020, elaborou-se os regulamentos da 2.^a edição “Prémio ObCig Empresas Integradoras” e da 1.^a edição “Prémio ObCig Pessoa de Mérito”.

No campo da investigação, salienta-se o término do projeto RISE – *Roma Inclusive School Experiences*, financiado pela Comissão Europeia, no qual a coordenadora do ObCig foi a coordenadora da equipa portuguesa, com a respetiva publicação de [booklet](#) de boas-práticas.

Preparou-se e organizou-se um novo ciclo ObCig de “Conversas com...”. Estas Conversas,

realizadas em formato online, pretendem constituir-se num espaço de interação e reflexão entre diferentes atores sociais, sustentando e enriquecendo discursos e práticas quotidianas. A primeira sessão de “Conversas com...” decorreu no dia 9 de outubro de 2020, com um número significativo de pessoas a assistir, e debruçou-se sobre o tema “Ensino a Distância e Literacia Digital: dificuldades e desafios”.



Ilustração 19 – Cartaz da primeira sessão “Conversas com...”

A equipa do ObCig organizou e fez-se representar ativamente pela sua coordenadora em diversos eventos científicos ou de formação sobre cultura cigana, racismo, educação escolar, educação intercultural, mediação intercultural, direitos humanos, perceção hierarquizada da diferença, num total de 16 participações e 1 000 horas de formação. Estas participações tiveram por objetivo a divulgação do Observatório, a participação com conhecimento científico sobre os temas associados às comunidades ciganas e o estabelecimento de contactos e parcerias com instituições públicas, universidades e investigadores.

O ObCig organizou, no dia 26 de novembro e pela primeira vez em formato online, o seu [Seminário Internacional anual](#), subordinado ao tema “Desafios digitais no ensino superior”, que contou, [desde a sessão de abertura à sessão de encerramento](#), com a participação de pessoas ciganas, sendo de salientar um painel de jovens cigano/as a frequentar o ensino superior. A iniciativa contou ainda com a entrega dos Prémios ObCig: “Empresas Integradoras” e “Pessoa de Mérito”.



Ilustração 20 – Cartaz do Seminário Internacional anual do ObCig

Destaque, ainda, no âmbito das atividades do ObCig, para a elaboração de relatórios, pareceres e memorandos sobre documentos internacionais e portugueses.

COMUNICAÇÃO

Em 2020, o ACM, I.P., continuou a orientar a ação que desenvolve em matéria de comunicação pela máxima “Comunicar, Informar, Sensibilizar”, no sentido de valorizar e potenciar o acolhimento, a integração e a diversidade entre culturas, etnias e religiões, enquanto riqueza e verdadeiro ativo da sociedade portuguesa, em prol de comunidades mais diversas, justas, e integradoras.

Para tal, o ACM, I.P., tanto produziu e disseminou, como promoveu a produção e a disseminação de conteúdos e materiais informativos, de comunicação e sensibilização, fundados na sua missão e atribuições, e destinados aos seus diferentes públicos-alvo, entidades parceiras, nacionais e internacionais, e demais públicos com interesse nas temáticas conexas às áreas de atuação do Instituto.

Atento o contexto particular verificado em 2020, o ACM, I.P., fê-lo com um foco particular e prioritário na pandemia da doença COVID-19, na sua prevenção e mitigação, nomeadamente através do trabalho conjunto com os vários ministérios, autoridades e entidades da administração pública, assim como com os organismos da sociedade civil, especialmente associações (de pessoas imigrantes, refugiadas e das comunidades ciganas) e organizações não-governamentais. Bem assim, o ACM, I.P., realizou-o sobretudo com recurso a formatos, meios e canais digitais próprios e de parceiros, nomeadamente *websites*, redes sociais e *mailing*.

Logo, uma das prioridades de ação do ACM, I.P., durante este período, foi assegurar a (co) produção, disseminação e o acesso a informação oficial e fidedigna aos seus públicos-alvo, em particular, àqueles em situações de maior vulnerabilidade.

A este propósito destacou-se a criação de dois novos conteúdos no website do ACM, I.P., ambos nas línguas portuguesa e inglesa, a saber: “[COVID-19: Medidas, Orientações e Recomendações](#)”, com a informação das autoridades e entidades competentes nacionais que se aplicam ao Instituto, aos seus serviços e aos/às cidadãos/ãs que os procuram; e “[COVID-19: Funcionamento Serviços Públicos de Atendimento – Perguntas e respostas](#)”, tanto genéricas, quanto particulares para pessoas singulares e empresas, bem como para os próprios serviços públicos, incluindo também versões nos idiomas hindi, mandarim, nepalês e russo.

Igual destaque mereceu a produção e/ou disseminação, por iniciativa própria ou em colaboração com outras entidades, de materiais informativos e de sensibilização em vários idiomas – como árabe, bangla, francês, hindi, inglês, mandarim, nepalês, romeno e russo – com recurso à bolsa de tradutores/as do ACM, I.P., Destes são exemplo: o guia e os folhetos informativos sobre os

despachos n.º 3863-B/2020, de 27 de março, e n.º 5793-A/2020, de 26 de maio, assim como a informação resumida relativa ao Despacho n.º 10944/2020, de 8 de novembro; as tabelas de mitigação e do plano de desconfinamento; os folhetos “Situação de Calamidade I Respeito pelo Confinamento” e “COVID-19: A Prevenção é Fundamental!”; os vídeos com recomendações e medidas gerais da Direção-Geral da Saúde (DGS); o folheto com as medidas de apoio excecionais a trabalhadores independentes, do Instituto da Segurança Social (ISS, I.P.); o folheto da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o guia da Associação Médicos do Mundo Portugal sobre COVID-19; e alguns dos materiais da campanha #SegurançaEmIsolamento, promovida pela Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, Rosa Monteiro, e a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG).

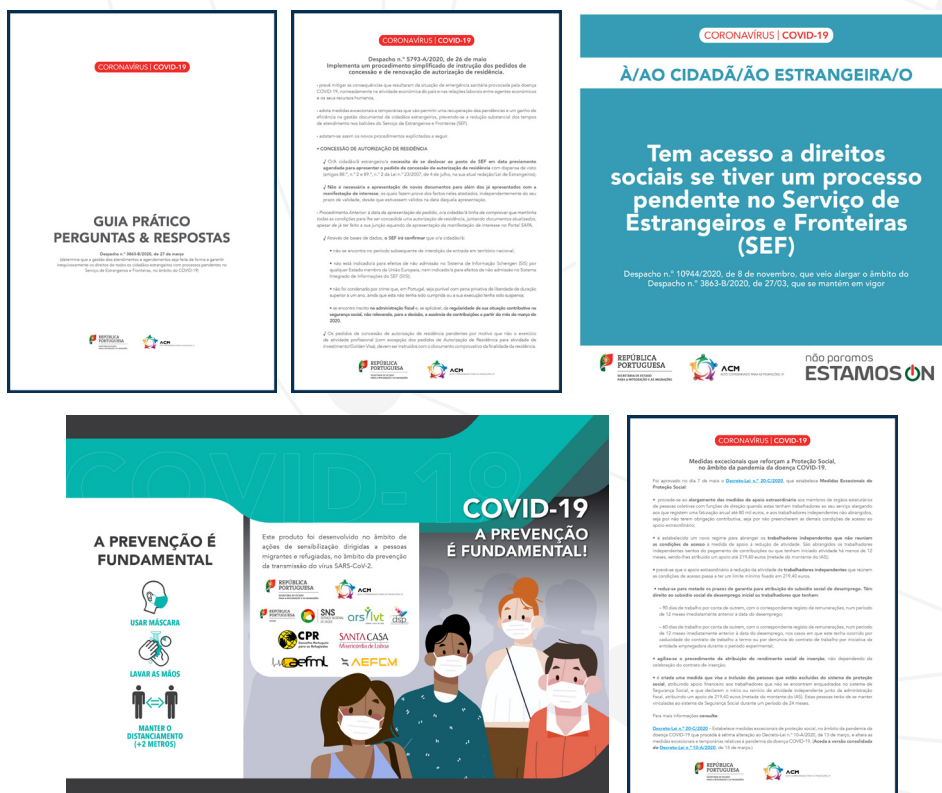


Ilustração 21 – Capas dos guias sobre os despachos n.º 3863-B/2020, de 27 de março, e n.º 5793-A/2020, dos folhetos “COVID-19: A Prevenção é Fundamental!” e das medidas de apoio excecionais a trabalhadores independentes, do Instituto da Segurança Social

Além destes, o ACM, I.P., continuou a produzir e divulgar, tal como participou na produção e divulgação, de outros conteúdos e materiais informativos, de comunicação e sensibilização, relacionados com as áreas de atuação do Instituto.

Neste âmbito, referem-se a título de exemplo: os artigos e/ou notas à comunicação social sobre: o Encontro “Comunidades Inclusivas: Todas as Ações Contam”, na Fábrica Torre da Oliva, em São João da Madeira, no Dia Mundial do Refugiado, 20 de junho; a visita a entidades, associações

e projetos locais que trabalham com e para as comunidades portuguesas ciganas, em Elvas e no Seixal, por ocasião do Dia Nacional das Populações Ciganas, 24 de junho; o lançamento do Programa Rede de Escolas para a Educação Intercultural (REEI) para o triénio 2020-2023, 16 de julho; a publicação em Diário da República da portaria que criou os cursos de Português Língua de Acolhimento, 5 de agosto; e o resultado de Portugal no Índice de Políticas de Integração de Migrantes (MIPEX) 2020, 29 de outubro.

Registe-se também a produção e/ou divulgação de vídeos como aqueles para assinalar o primeiro Dia Mundial da Língua Portuguesa, 5 de maio, o Dia Internacional das Pessoas Ciganas, 8 de abril, e o Dia Internacional dos Migrantes, 18 de dezembro, com mensagens da Ministra de Estado e da Presidência, Mariana Vieira da Silva, e da Secretária de Estado para a Integração e as Migrações, Cláudia Pereira; bem como os de divulgação do período de candidaturas à 5.ª edição do Programa Operacional de Promoção da Educação (OPRE) e de lançamento do “Guia para um Recrutamento Inclusivo”, da Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão (APPDI), ambos em dezembro.

Mencione-se, ainda, a execução e/ou disseminação de imagens como: as com citações de líderes e representantes de várias confissões religiosas, no âmbito do Dia Nacional da Liberdade Religiosa e do Diálogo Inter-religioso, 19 de junho; de prevenção, proibição e combate à discriminação racial, por ocasião do terceiro aniversário da entrada em vigor da Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto, 1 de setembro; e sobre as alterações ao Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante (PAAI) 2021, em dezembro.

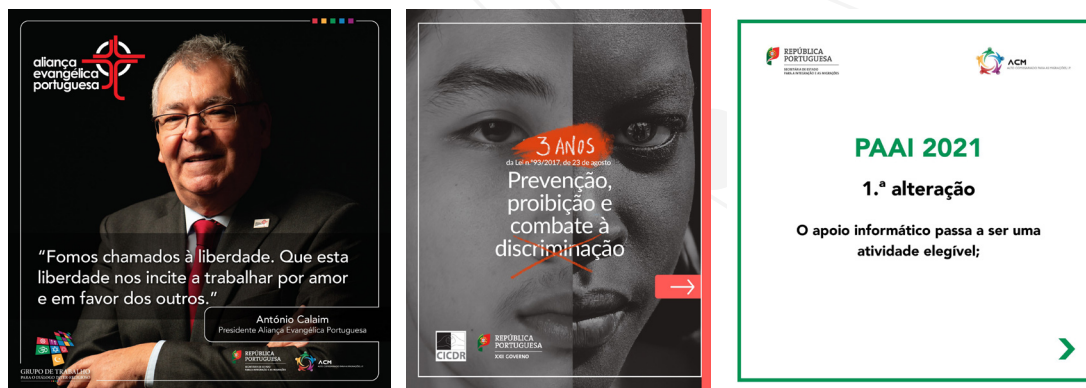


Ilustração 22 – Três das imagens executadas/disseminadas em 2020

Por fim, referenciem-se as peças realizadas para as atividades do Programa Escolhas como “Fica em Casa com o Escolhas”, “O Grande Quiz – 20 Anos de Escolhas” e “As Escolhas de...”, as duas últimas promovidas no âmbito da comemoração do 20.º aniversário do Programa Escolhas.



Ilustração 23 – Três peças de comunicação das atividades promovidas pelo Programa Escolhas

Em 2020, o ACM, I.P., assegurou igualmente a criação gráfica de elementos informativos, decorativos ou de sinalização para os novos CLAIM de Oliveira do Bairro, Abrantes, Entroncamento e Lamego. Por outro lado, o Instituto produziu também a primeira *Newsletter* interna, em dezembro.

A pandemia da COVID-19 condicionou a realização de eventos e levou à sua reconfiguração em sessões, sobretudo, online e/ou mistas, com transmissão em direto ou diferido nas redes sociais. Nesta matéria, destaquem-se as ações promovidas pelo e com o ACM, I.P., já mencionadas e as que seguem: o *workshop* “A Promoção da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens na perspetiva da interseccionalidade – O trabalho dos mecanismos oficiais para a Igualdade”, em janeiro; o primeiro e terceiro encontros de jovens bolseiros do Programa OPRE, em março e outubro; a conferência “Liberdade Religiosa e Diálogo Inter-religioso: Novos Desafios em Tempos de (mais) Incertezas”, que contou com uma mensagem gravada em vídeo do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa; o *webinar* “Apoios para o Ensino Superior: Bolsas e Oportunidades”, em setembro; e a sessão de lançamento do “Relatório Estatístico Anual 2020 – Indicadores de Integração de Imigrantes”, em dezembro.



Ilustração 24 – 1.º encontro de jovens bolseiros do Programa OPRE e da sessão de lançamento do “Relatório Estatístico Anual 2020 – Indicadores de Integração de Imigrantes”

Os condicionalismos externos referidos, a par com outros inerentes à reestruturação interna, motivaram a interrupção e/ou adiamento de algumas iniciativas, como da publicação “ACM, I.P., em Revista” e do concurso anual Prémio de Comunicação “Pela Diversidade Cultural”.

O ACM, I.P., participou no documentário sobre a realidade das migrações em Portugal, cuja data de divulgação está por determinar, e foi júri nos concursos MIND, promovidos pela Cáritas Portuguesa, no âmbito do projeto MIND – Migrações, Interligação e Desenvolvimento.

Entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2020 foram produzidos e publicados 133 artigos nos websites do ACM, I.P., (94), e do Programa Escolhas (39), correspondentes às áreas “Notícias” e “Escolhas em ação”, respetivamente.

No mesmo período, o website do Instituto registou 468.756 utilizadores/as, dos quais 462.770 novos/as, destacando-se que o conteúdo que despertou maior interesse foi o “COVID-19: Medidas, Recomendações e Orientações” (32.783 visitantes). Por sua vez, o site do PE assinalou 30.719 utilizadores/as, de entre os quais 30.192 pela primeira vez.

No website do Instituto, 81,93% das entradas foram realizadas por pesquisa orgânica, correspondendo a um total de 390.163 visitas. Na sua maioria, estas visitas tiveram origem em Portugal (325.626), seguindo-se o Brasil (16.511) e o Reino Unido (7.574).

O website do Programa Escolhas registou 72,47% entradas por pesquisa orgânica, equivalendo a um total de 22.871 visitas, sobretudo, provenientes de Portugal (22.063).

Já nas páginas de Facebook do ACM, I.P., e do PE, foram realizadas 1.188 publicações (posts), 731 na primeira e 457 na segunda, que alcançaram, respetivamente, 938.574 utilizadores/as, gerando 1.637.490 impressões e 68.944 interações, e 410.958 utilizadores/as, motivando 682.658 impressões e 24.944 interações.

Nestas páginas, distinguiu-se o alcance das publicações em imagem e vídeo, especialmente: as que assinalaram efemérides (Dia dos Direitos Humanos e dias internacionais dos Migrantes e das Pessoas Ciganas); da informação resumida sobre o alargamento do acesso a direitos sociais a cidadãos/ãs estrangeiros com processos pendentes no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), no âmbito do Despacho n.º 10944/2020, de 8 de novembro; e do terceiro aniversário da Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto.

Nos canais de YouTube do ACM, I.P., e do Programa Escolhas, foram publicados 26 vídeos novos, respetivamente, 22 no primeiro e quatro no segundo, realizados pelo Instituto ou por entidades parceiras.

A plataforma de vídeo do ACM, I.P., registou 121 novos subscritores e obteve um total de 6.929 visualizações, com uma duração média de 3 minutos e 15 segundos, alcançando 56.302 impressões. Os vídeos de 2020 que totalizaram maior alcance foram o “Conferência Dia Nacional da Liberdade Religiosa e do Diálogo-Inter-religioso, 22 de junho”, com 1.047 visualizações e 2.667 impressões, e “Campanha de Sensibilização e Prevenção junto das Comunidades Ciganas | COVID-19: O Ciganinho Chico alerta! Parte I”, com 654 visualizações e 2.125 impressões.

O canal do Programa Escolhas registou 24 novos subscritores e 6.080 visualizações, com uma duração média de 1 minuto e 34 segundos, alcançando 86.848 impressões. O vídeo de 2020 que obteve maior alcance foi o “As Escolhas de...’ José Reis, Vogal do Conselho Diretivo do ACM, I.P.”, com 29 visualizações e 199 impressões.

VI.

PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Conforme previsto no n.º 2 do Art.º 7 da Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, que estabelece as regras e os deveres de transparência a que fica sujeita a realização de campanhas de publicidade institucional do Estado, bem como as regras aplicáveis à sua distribuição em território nacional, através dos órgãos de comunicação social locais e regionais, cumpre informar que o ACM, I.P., não realizou qualquer iniciativa de publicidade institucional nos termos definidos na regulamentação aplicável.

Já por forma a cumprir com as obrigações de publicitação do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), a que o Instituto está sujeito enquanto Autoridade Delegada, o ACM, I.P., realizou a publicitação/inserção de quatro anúncios, dos Avisos do FAMI números 82, 83, 85 e 87, no jornal “Público”.

Em 2020, o ACM, I.P., de forma autónoma ou em conjunto com outras entidades, promoveu e/ou colaborou na disseminação de campanhas de âmbito nacional, como aquelas identificadas no capítulo [IV.] Comunicação.

VII.

MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA

ACM, I.P., tem vindo a implementar medidas que visam a modernização administrativa no cumprimento dos seus objetivos.

A conjuntura que o ano de 2020 trouxe com a pandemia do COVID-19 veio reforçar a necessidade de apostar nas novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Seguem-se as principais ferramentas adotadas, ao longo do ano em referência, para facilitar e incrementar o trabalho da Instituição em prol do seu público-alvo.

Plataforma de Formação Interna – trata-se de uma ferramenta de formação em formato de *E-learning*, onde são disponibilizados os cursos/ações de formação e os formandos (colaboradores da instituição) têm um intervalo de tempo para a sua realização. Dentro desse intervalo de tempo, cada formando realiza o curso de acordo com a sua disponibilidade.

Esta Plataforma foi implementada no quarto trimestre de 2020, e desde então já foram realizadas 3 ações de formação:

1. Cibersegurança e Boas-Práticas Informáticas
2. SIADAP-3
3. Segurança da Informação e Regulamento Geral Sobre a Proteção de Dados (RGPD)

Para este ano espera-se que com a experiência na parametrização dos cursos e *feedback* dos/as formandos/as, à medida que se vão executando mais cursos, possamos implementar melhorias e assim, consolidar esta Plataforma.

Plataforma de Votação e Inquéritos – trata-se de uma ferramenta de realização de inquéritos e voto eletrónico tanto a nível interno como externo. Esta ferramenta, à semelhança da Plataforma de Formação Interna, foi implementada no quarto trimestre de 2020. Desde então já se realizaram duas votações, uma de carácter interno – Eleições para a Comissão Paritária no âmbito do SIADAP-3 e outra de carácter externo – Eleição para o Concelho das Migrações. Em 2021, espera-se que a mesma venha a ser melhorada de acordo com os *inputs* recebidos.

Sistema de Videoconferência – conforme já referido a conjuntura atual obrigou à adaptação de novas formas de trabalhar, pelo que houve a necessidade de aquisição de um sistema de videoconferência. Este sistema veio facilitar a comunicação e interação entre a Instituição, as equipas e os parceiros, tornando-se numa ferramenta de trabalho imprescindível.

Conclusão da Plataforma PLIM – a Plataforma Local para a Integração de Migrantes – PLIM é um sistema integrado de gestão de atendimentos da rede CLAIM e da rede GIP. Esta Plataforma, que é uma Medida Simplex, entrou em funcionamento em agosto de 2019 para a rede CLAIM e a integração da rede GIP Imigrante foi concluída no terceiro trimestre de 2020. Atualmente

é utilizada por cerca de 280 técnicos de atendimento distribuídos por 114 CLAIM, 14 GIP e 3 GAIPESQ.

Upgrade do Sistema de Gestão de Assiduidade – para este sistema foram substituídos os equipamentos técnicos de infraestrutura de Servidor com novas versões de software e o terminal de recolha biométrica colmatando assim as sucessivas falhas e respetivos custos de intervenção.

VIII.

MENÇÃO DE AUTOAVALIAÇÃO
PROPOSTA

O desempenho do Alto Comissariado para as Migrações, I.P., em matéria de QUAR, nos últimos anos, tem sido marcado por projeções ambiciosas, execuções lineares e resultados positivos.

Efetuada uma análise qualitativa e quantitativa da execução do Plano de Atividades e QUAR no ano em referência, entende-se que 2020 foi um ano atípico do ponto de vista do planeamento e execução de objetivos e metas, pelo contexto atravessado, o que de alguma forma se transpôs para o funcionamento dos serviços e por conseguinte se refletiu no Quadro de Avaliação e Responsabilização – QUAR do organismo.

Tendo em consideração o disposto no n.º1 do art.18 ° da Leiº66-B/2007, de 28 de dezembro, e a análise aos resultados inscritos no presente Relatório de Atividades e QUAR, é proposta a Menção de – Bom – pelo desempenho demonstrado durante o ano de 2020.

IX.

CONCLUSÃO E PLANO DE MELHORIA

Se o ano de 2020 apresentou-se como um ano de enormes desafios e incertezas, também foi um ano em que foi necessário dar passos decisivos na forma de interação com as populações, sociedade civil, parceiros institucionais e com os trabalhadores deste Instituto. A necessidade de dar respostas céleres e eficazes às dificuldades apresentadas pelas populações, aliada ao imperativo do recurso ao teletrabalho, obrigou a que tenha havido um grande esforço no sentido de manter em funcionamento os serviços de apoio às populações migrantes, refugiadas, requerentes de proteção internacional e pessoas portuguesas ciganas, garantindo simultaneamente a segurança e bem-estar dos trabalhadores. Este processo só foi possível devido à capacidade de adaptação das equipas ao regime de teletrabalho e, simultaneamente, à flexibilidade demonstrada que permitiu a constituição de equipas que intervieram no terreno, para melhor darem as respostas necessárias a quem mais necessitou.

Em 2021 pretende-se robustecer a implementação da transformação digital deste organismo, designadamente através da criação de um gabinete inclusivo de atendimento por videochamada, da criação de um novo site e APP, da implementação da capacidade de gestão remota de projetos, criação de uma nova plataforma de *e-learning* ou ainda da implementação de um sistema de gestão documental. A formação inicial e contínua dos trabalhadores será outra das áreas de maior investimento, com aplicação de questionários de avaliação uniformes, com vista a uma adaptação e melhoria contínua dos conteúdos a ministrar e metodologias de ensino.

Pretende-se igualmente melhorar a execução dos diversos Planos sob a alçada deste Instituto, procedendo-se a um processo de monitorização e avaliação sólido que permita também a medição dos impactos nas várias áreas a que se propõem intervir.

X.

ANEXOS

Quadro de Avaliação e Responsabilização

ANO:2020

Presidência do Conselho de Ministros

Alto Comissariado para as Migrações, I. P.

MISSÃO: Colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões. - A missão específica do ACM, I.P. encontra-se consagrada no Decreto-Lei nº 31/2014, de 27 de fevereiro

Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO	META 2020	TAXA REALIZAÇÃO
Assegurar serviços acessíveis, humanos, integrados, aliados dos/as imigrantes e capazes de gerir a diversidade.		
Promover as políticas de integração na área das migrações e das comunidades ciganas.		
Consolidar boas práticas no controlo de gestão, nas áreas dos recursos humanos, dos processos e dos procedimentos administrativos.		

Objectivos Operacionais

Eficácia

Peso: 25.0

Aproximar o ACM das/os suas/seus destinatárias/os.s/os suas/seus destinatárias/os. **Peso: 30.0**

INDICADORES	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Número de contactos de acompanhamento aos projetos ACM,IP;	.00	.00	1485.00	186.00	1856.00	100	1856.0	125.0	Superou

Promover a Diversidade Cultural. **Peso: 70.0**

INDICADORES	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Volume de horas de formação/sensibilização ministradas (a terceiros) nas modalidades presencial e virtual	.00	.00	12730.00	1591.00	15912.00	40	14715.0	115.6	Superou
Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	100.00	100.00	100.00	12.50	125.00	60	93.9	100.0	Atingiu

Eficiência **Peso: 10.0**

Garantir a boa gestão e execução dos recursos. **Peso: 100.0**

INDICADORES	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Prazo de pagamentos a fornecedores e projetos (em dias corridos).	14.00	20.00	20.00	1.00	11.00	50	8.0	133.3	Superou
Prazo medio de resposta às solicitações/questões colocadas por e-mail	.00	.00	15.00	2.00	11.00	50	1.0	187.5	Superou

Qualidade **Peso: 65.0**

Assegurar o equilíbrio entre o bem-estar dos trabalhadores e do público alvo. **Peso: 20.0**

INDICADORES	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs	8.00	8.00	7.00	1.00	9.00	50	6.0	100.0	Atingiu
Evolução do tempo médio de espera das chamadas na LAM/STT	.00	.00	5.00	1.00	6.00	50	5.3	100.0	Atingiu

Garantir a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos/as trabalhadores/as **Peso: 40.0**

INDICADORES	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
-------------	------	------	-----------	------------	---------------	------	-----------	-----------------	---------------

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Objectivos Operacionais

Percentagem de trabalhadores a usufruir de modalidade de horário em harmonia com o disposto no artigo 25.º da LOE 2020	.00	.00	10.00	1.00	12.50	100	10.5	100.0	Atingiu
Promover políticas de segurança e saúde no trabalho									Peso: 40.0
INDICADORES	2018	2019	META 2020	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Capacitação especializada de recursos em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho	.00	.00	1.00	1.00	2.00	100	1.0	100.0	Atingiu

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção superior *	20.0	60.0	60.0	.0
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa *	16.0	288.0	288.0	.0
Técnico Superior	12.0	1512.0	1104.0	408.0
Assistente Técnico	8.0	184.0	192.0	8.0
Assistente Operacional *	5.0	25.0	15.0	10.0
Técnico de Informática	8.0	8.0	8.0	.0
Especialista de Informática	12.0	24.0	24.0	.0
		2101.0	1691.0	

Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:

31/12/2019	31/12/2020
149	143

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS (EUROS)	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de Funcionamento	18289688	1466181138	1447891450
Despesas c/Pessoal	4668290	379540660	374872370
Aquisições de Bens e Serviços	1820697	167502250	165681553
Outras Despesas Correntes	10417819	914722497	904304678
Despesas Restantes	1382882	4415731	3032849
PIDDAC			
Outros Valores			
TOTAL (OF + PIDDAC + Outros)	18289688	1466181138	

Quadro de Avaliação e Responsabilização

NOTA EXPLICATIVA

Para o ano de 2020 a dotação inicial do orçamento do ACM,IP, constante da proposta de Orçamento de Estado, é de 18.289.688€. A ação do ACM,IP, é financiada por esforço financeiro nacional (30%), Financiamento da EU (54%), e por Receita Própria afeta e não afeta a projetos cofinanciados (16%). No que respeita a classificação económica de despesa destaca-se o agrupamento 04 - Transferências Correntes, que representa 57% do total, e inclui, 9.404.981€ referentes ao Programa Escolhas. A estrutura da despesa é ainda composta por despesas com aquisições de bens e serviços (18%) despesas com o pessoal (26%).*

Nota Explicativa Recursos Humanos: Avaliação

Em matéria de Recursos Humanos verificaram-se dois fenómenos que resultaram na diminuição de postos de trabalho em relação ao detido a 31 de dezembro de 2019 e num nível de realização cujo valores se apresentam inferiores ao previsto, nas carreiras de Técnico Superior e Assistente Operacional. O primeiro relacionado com o lançamento de procedimentos concursais cujo colocação de recursos não se verificou e/ou não foram rececionadas candidaturas, o segundo relacionado ao facto de terem ocorrido saídas de funcionários/as sem ter havido lugar à sua substituição.

Relativamente à concretização superior ao previsto, no âmbito da carreira de Assistente Técnico, tal se verificou atendendo ao atraso no encerramento de um processo de consolidação externa de um assistente técnico, pertencente ao mapa de pessoal do ACM,IP, situação que à data do presente balanço, se encontra sanada.

Nota Explicativa Recursos Financeiros: Avaliação

Apesar dos desvios aparentarem uma poupança, não o é, atendendo a que este ACM,IP deparou-se com constrangimentos orçamentais no decorrer de 2020 para fazer face aos encargos inerentes às atividades do Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados, para assegurar a contrapartida pública nacional do projectos cofinanciados pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), pela elaboração do orçamento ter sido efetuada num contexto de contenção de recursos financeiros, tendo como referência a conjuntura económica, as medidas de restrição orçamental, as alterações legislativas e a adoção de medidas de eficiência e controlo orçamental e a cativação de dotação orçamental.

Em 2020 a receita comunitária foi orçada em 9.8M€ tendo somente sido transferido o valor de 7.6M€ o que representa 77,91% do valor orçamentado. O desvio com as despesas com pessoal deveu-se ao atual panorama nacional e internacionalmente que não possibilitou o lançamento de procedimentos para recrutamento de RH e os que foram abertos não tiveram candidaturas suficientes ou até mesmo tendo ficado desertos.

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

Avaliação Final

Eficácia	28.0	Superou
Aproximar o ACM das/os suas/seus destinatárias/os.s/os suas/seus destinatárias/os.	37.5	Superou
Promover a Diversidade Cultural.	74.4	Superou
Eficiência	16.1	Superou
Garantir a boa gestão e execução dos recursos.	160.5	Superou
Qualidade	65.0	Atingiu
Assegurar o equilíbrio entre o bem-estar dos trabalhadores e do público alvo.	20.0	Atingiu
Garantir a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos/as trabalhadores/as	40.0	Atingiu
Promover políticas de segurança e saúde no trabalho	40.0	Atingiu

TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	NOTA FINAL
109.000	
109.000	

Indicadores	Justificação do Valor Crítico
Número de contactos de acompanhamento aos projetos ACM,IP;	Considerando a natureza do o indicador o valor foi definido, por convenção, em 125%.
Volume de horas de formação/sensibilização ministradas (a terceiros) nas modalidades presencial e virtual	Considerando a natureza do o indicador o valor foi definido, por convenção, em 125%.
Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	Considerando a natureza do o indicador o valor foi definido, por convenção, em 125%.
Prazo de pagamentos a fornecedores e projetos (em dias corridos).	Melhor resultado registado
Prazo medio de resposta às solicitações/questões colocadas por e-mail	Considerando a natureza do o indicador o valor foi definido, por convenção, em 75%.
Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs	Melhor resultado registado
Evolução do tempo médio de espera das chamadas na LAM/STT	Considerando a natureza do o indicador o valor foi definido, por convenção, em 125%.
Porcentagem de trabalhadores a usufruir de modalidade de horário em harmonia com o disposto no artigo 25.º da LOE 2020	Considerando a natureza do o indicador o valor foi definido, por convenção, em 125%.
Capacitação especializada de recursos em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho	Considerando a natureza do o indicador o valor foi definido, por convenção, em 125%.

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Indicadores	Fonte de Verificação
Número de contactos de acompanhamento aos projetos ACM,IP;	Registo individual das visitas efetuadas e folha de sistematização mensal
Volume de horas de formação/sensibilização ministradas (a terceiros) nas modalidades presencial e virtual	Documentos de registo por UO
Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	Ficheiros de monitorização do PEM e da ENICC
Prazo de pagamentos a fornecedores e projetos (em dias corridos).	GERFIP
Prazo medio de resposta às solicitações/questões colocadas por e-mail	Documentos de Registo
Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs	Livro de Reclamações e Registo de Reclamações ONLINE
Evolução do tempo médio de espera das chamadas na LAM/STT	Siga - Sistema de Indicadores e desempenho partilhado
Percentagem de trabalhadores a usufruir de modalidade de horário em harmonia com o disposto no artigo 25.º da LOE 2020	Plataforma de Gestão de Assiduidade
Capacitação especializada de recursos em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho	Relatório Gestão Formação



Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

Balanço Social

2020



Título | Balanço Social 2020

Edição | Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

Rua Álvaro Coutinho n.º14, 1150-025 Lisboa

Tel. 218 106 100

<https://www.acm.gov.pt/acm>

Conceção e Edição | NGARH – Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos

Tratamento de Dados e Grafismo | Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos

Fevereiro de 2021

I. INDICE

I.	INDICE DE GRAFICOS, TABELAS E ILUSTRAÇÕES	4
II.	NOTA INTRODUTÓRIA.....	5
III.	ESTRUTURA ORGÂNICA E ORGANIZACIONAL	6
IV.	MISSÃO E VALORES	7
V.	CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	8
I.	MAPAS DE PESSOAL, MODALIDADES DE VINCULAÇÃO.....	8
II.	TRABALHADORES SEGUNDO O SEXO.....	9
III.	ESTRUTURA ETÁRIA.....	10
IV.	TRABALHADORES/AS SEGUNDO O NÍVEL DE ANTIGUIDADE E GÉNERO.	11
V.	TRABALHADORES/AS SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE E GÉNERO.....	12
VI.	TRABALHADORES/AS SEGUNDO O NÍVEL DE DEFICIÊNCIA.....	13
VII.	TRABALHADORES/AS SEGUNDO A NACIONALIDADE	13
VI.	HORÁRIO E ABSENTISMO.....	14
I.	MODALIDADES DE HORÁRIO.....	14
II.	ABSENTISMO	14
VII.	ADMISSÕES, REGRESSOS E SAÍDAS.....	16
VIII.	REMUNERAÇÕES E ENCARGOS COM PESSOAL.....	17
I.	ESTRUTURA REMUNERATÓRIA.....	17
II.	ENCARGOS COM PESSOAL.....	18
IX.	FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	19
I.	FORMAÇÃO REALIZADA – BALANÇO	19
II.	ENCARGOS COM FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	22
X.	RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DISCIPLINA	23
XI.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24

II. INDICE DE GRAFICOS, TABELAS E ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1- Organograma ACM,I.P. 2020	6
Ilustração 2- Efetivos por núcleo/equipa/UO	8
Tabela 1- Absentismo segundo a ocupação do posto de trabalho, por categoria e sexo	14
Tabela 2 - Admissões e regressos segundo a ocupação do posto de trabalho, por categoria e sexo	16
Tabela 3 - Saídas segundo por categoria, motivo e sexo	16
Tabela 4 - Encargos do organismo com formação profissional	22
Gráfico 1- Trabalhadores/as por grupo/cargo/carreira	8
Gráfico 2- Percentagem de efetivos por sexo	9
Gráfico 3 - Percentagem de efetivos por grupo/cargo/carreira e sexo	9
Gráfico 4 - Número de efetivos por escalão etário e sexo	10
Gráfico 5 - Percentagem de efetivos por antiguidade e sexo	11
Gráfico 6 - Efetivos segundo nível habilitacional	12
Gráfico 7- Taxa de Trabalhadores Portadores de Deficiência	13
Gráfico 8 - Percentagem de efetivos por nacionalidade	13
Gráfico 9 - Percentagem de efetivos por modalidade de horário	14
Gráfico 10- Estrutura remuneratória por género	17
Gráfico 11 - Encargos com pessoal por tipologia	18
Gráfico 12 - Níveis de Execução do Plano de Formação 2020	19
Gráfico 13 - Formação frequentada por previsão	19
Gráfico 14 - trabalhadores com frequência em ações de formação, por sexo	20
Gráfico 15 - Percentagem de formação frequentada, por modalidade	21
Gráfico 16 - Percentagem de formação frequentada, por regime	22

III. NOTA INTRODUTÓRIA

O Balanço Social representa, a par do Plano de Atividades, do Relatório de Atividades e do QUAR, um instrumento de informação, planeamento, organização e apoio à gestão de recursos humanos, inserindo-se no ciclo anual de gestão, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, que estabelece o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP).

O Balanço Social de 2020 do Alto Comissariado para as Migrações, I.P., (ACM,I.P.) congrega contributos da área de processamento de vencimentos e gestão de pessoal, da área jurídica e da área de planeamento, gestão e formação do Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos (NGARH), acrescendo os contributos disponibilizados pela Equipa de Fundos e Apoio Financeiro (EFAF).

Este relatório foi elaborado com base nos dados referentes aos trabalhadores em efetividade de funções no ACM,I.P., a 31 de dezembro de 2020, cumprindo o disposto no Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, e de acordo com as orientações emanadas da Direção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP).

O presente documento expressa a caracterização e evolução dos recursos humanos, através da apresentação de gráficos e tabelas estatísticas e respetivos enquadramentos descritivos, considerando uma variedade de indicadores de medida.

Estes indicadores assumem-se como um instrumento fundamental para um planeamento e uma gestão mais eficaz e operacional, permitindo, ao longo do ano, um planeamento estratégico e integrado, de forma a garantir o cumprimento da missão e objetivos definidos pelo ACM,I.P. e uma adequada afetação de recursos humanos e financeiros

IV. ESTRUTURA ORGÂNICA E ORGANIZACIONAL

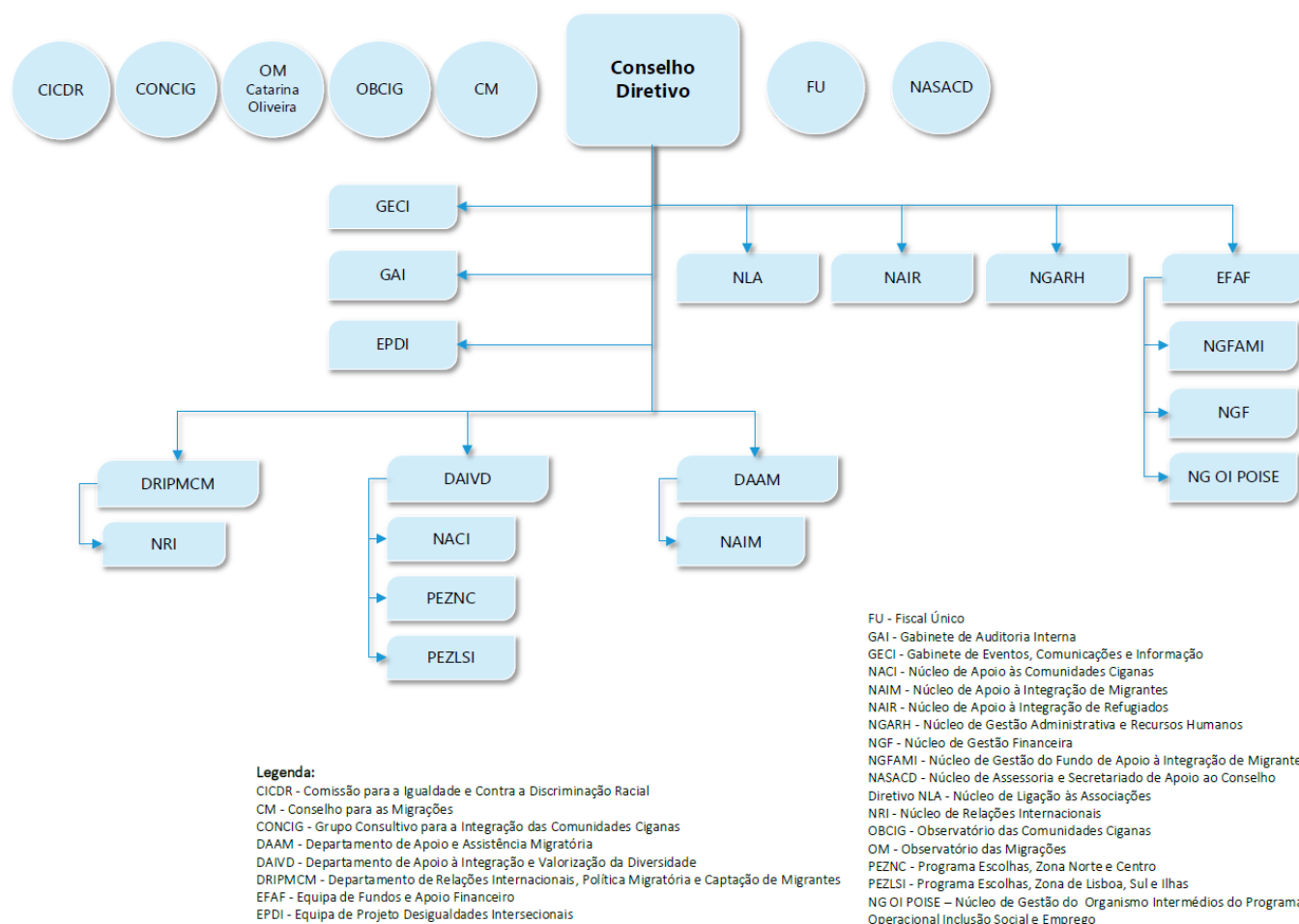


Ilustração 1- Organograma ACM, I.P. 2020

O Alto Comissariado para as Migrações, I.P., (ACM, I.P.,) é um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa e autonomia financeira restrita à gestão de programas financiados por recursos comunitários e internacionais de idêntica natureza, com sede em Lisboa e dispondo de dois serviços desconcentrados, no Porto e em Faro que servem a zona norte, centro e sul do país.

Este organismo encontra-se sob a alçada da Presidência do Conselho de Ministros, sendo tutelada, nos termos do despacho nº. 1335/2020, de subdelegações de competências, publicado no DR nº.21/2020, série II de 30.01 na Secretária de Estado para a Integração e as Migrações.

V. MISSÃO E VALORES

Missão Porque existimos?

- Promover Portugal enquanto destino de migrações;
- Acolher, integrar os migrantes, nomeadamente através do desenvolvimento de políticas transversais, de centros e gabinetes de apoio aos migrantes, proporcionando uma resposta integrada dos serviços públicos;
- Colaborar, em articulação com outras entidades públicas competentes, na conceção e desenvolvimento das prioridades da política migratória;
- Combater todas as formas de discriminação em função da cor, nacionalidade, origem étnica ou religião;
- Desenvolver programas de inclusão social dos descendentes de imigrantes;
- Promover, acompanhar e apoiar o regresso de emigrantes portugueses e o reforço dos seus laços a Portugal.

Visão O que queremos?

- Ser o Organismo de referência a nível nacional e internacional em matéria de integração e acolhimento de migrantes e minorias étnicas.

Valores Em que acreditamos?

- Diversidade – Somos todos/as diferentes pelo que devemos pautar a nossa atuação pelo respeito mútuo;
- Interculturalidade – o diálogo e a interação em torno do que nos une contribuem para a coesão social;
- Respeito e não-discriminação – Regemo-nos por comportamentos e atitudes de não-discriminação e respeito relativamente aos outros/as;
- Prosecução do Interesse Público – Como Serviço Público cumpre-nos “...prosseguir o interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.”

VI. CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

i. Mapas de pessoal, modalidades de vínculo

O mapa de pessoal do ACM,I.P. a vigiar em 2020 previa, nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), a existência de 178 lugares.

A 31 de dezembro de 2020, o número de efetivos era de 143 funcionários/as, distribuídos da seguinte forma:

EFETIVOS POR CARREIRA E UO/NÚCLEO/EQUIPA							Total
	AO	AT	TI	TS	EI	DRG	
Conselho Diretivo						3	3
Núcleo de Assessoria e Secretariado de Apoio ao Conselho Diretivo	1	1		1		1	4
Núcleo de Ligação às Associações				2		1	3
Gabinete de Comunicação, Eventos e Informação		1		2			3
Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos	1	3	1	3	2	1	11
Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial				2			2
Gabinete de Auditoria							0
Equipa de Fundos e Apoio Financeiro		3		11		3	18
Departamento de Relações Internacionais, Políticas Migratórias e Captação de Migrantes		2		10		3	15
Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade		2		13		5	20
Departamento de Apoio e Assistência Migratória	1	12		44		2	59
Observatório das Comunidades Ciganas				2			2
Observatório para as Migrações				1		1	2
Equipa de Projecto Desigualdades Interseccionais				1		1	2
ACM TOTAL	3	24	1	92	2	21	143

Ilustração 2- Efetivos por núcleo/equipa/UO

Quando se procede à distribuição dos 143 efetivos por grupos profissionais, obtêm-se os resultados do gráfico 1 expressos em valores percentuais, e onde se verifica uma maior incidência de trabalhadores/as nas carreiras de Técnico Superior, com um total absoluto de 92 funcionários/as (64,3%) e Assistente Técnico, com um total absoluto de 24 funcionários/as (16,78%).

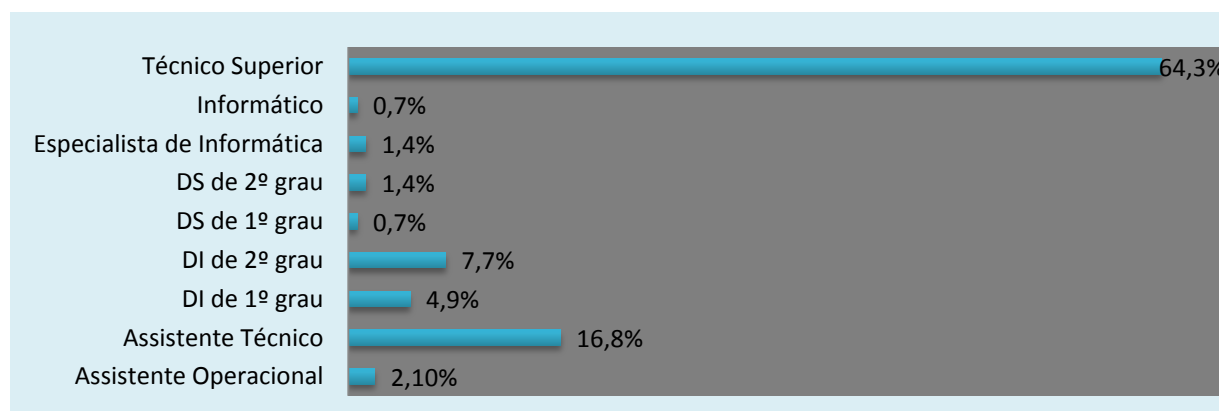


Gráfico 1- Trabalhadores/as por grupo/cargo/carreira

ii. Trabalhadores segundo o sexo

Olhando para o gráfico 2, que analisa a estrutura humana do organismo considerando a variante sexo, é visível que o ACM,I.P., é um organismo predominantemente feminino com este grupo a assumir aproximadamente 75% dos postos de trabalho.

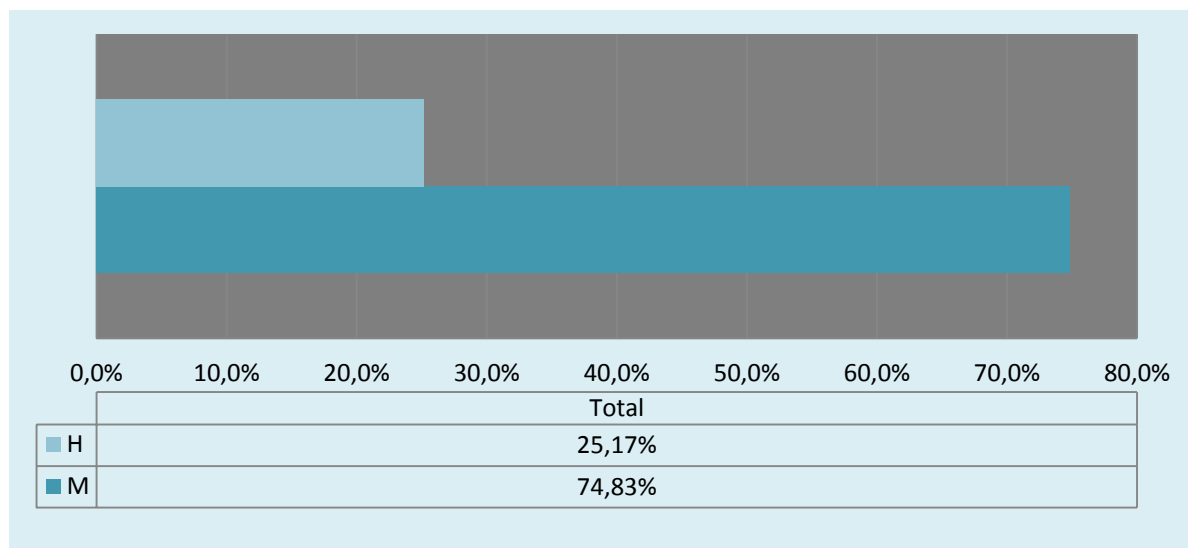


Gráfico 2- Percentagem de efetivos por sexo

Desconstruído o fator sexo por carreiras, afere-se a prevalência de maioria feminina em grande parte das carreiras, à exceção das carreiras de Assistente Operacional e Informático bem como do cargo de Dirigente Superior de 2º Grau onde apenas exercem funções elementos do sexo masculino.

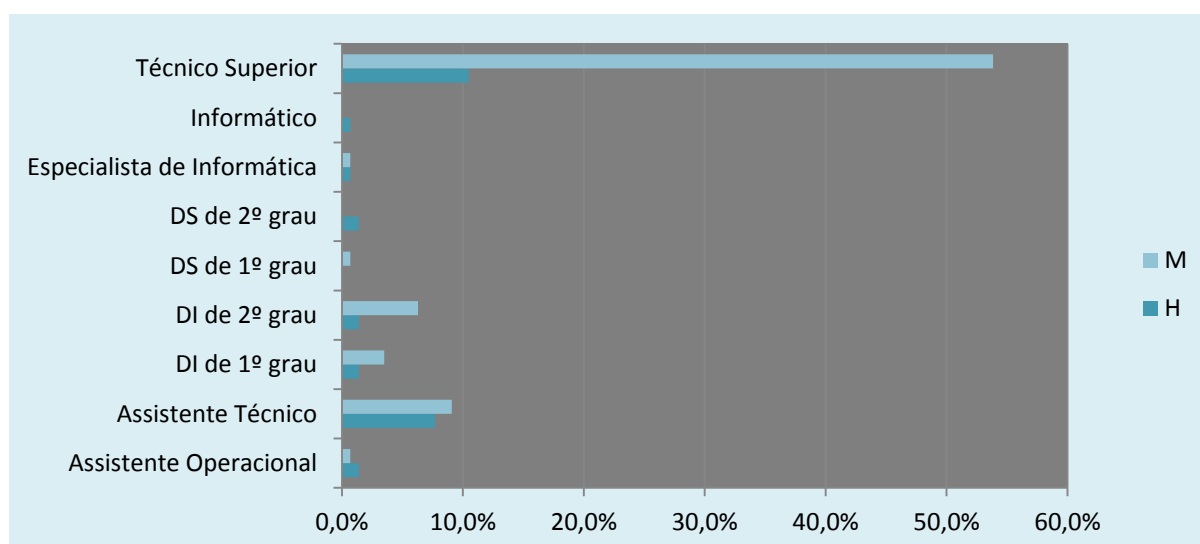


Gráfico 3 - Percentagem de efetivos por grupo/cargo/carreira e sexo

Em suma, num universo de 143 trabalhadores/as as mulheres são o sexo mais representado totalizando 107 efetivos para um total de 36 efetivos homens, o que resulta numa taxa de feminização situada nos 74,8%.

Taxa de Feminização
(Efetivo feminino/Efetivo total x 100)

74,8%

Taxa de Masculinização
(Efetivo masculino/Efetivo total x 100)

25,17%

Comparativamente ao ano 2019, onde se verificou uma taxa de masculinização de 24,32%, atesta-se que os esforços no sentido de equilibrar a balança de género do ACM,I.P. têm surtido um efeito positivo uma vez que 2020 regista uma taxa de masculinização de 25,17%.

iii. Estrutura etária

A 31 de dezembro de 2020 o escalão etário com maior representação situa-se entre os 40 e os 44 anos, com a representação de 40 indivíduos, concentrando 27,97% do efetivo. Seguem-se os escalões etários entre os 35 e os 39 anos, com um total de 38 efetivos (26,57%) e entre os 45-49, com 29 efetivos (20,28).

Conclui-se, portanto, que o maior número dos trabalhadores e trabalhadoras do ACM,IP tem entre 35 e 44 anos, com uma percentagem de representação fixada nos 54,55%.

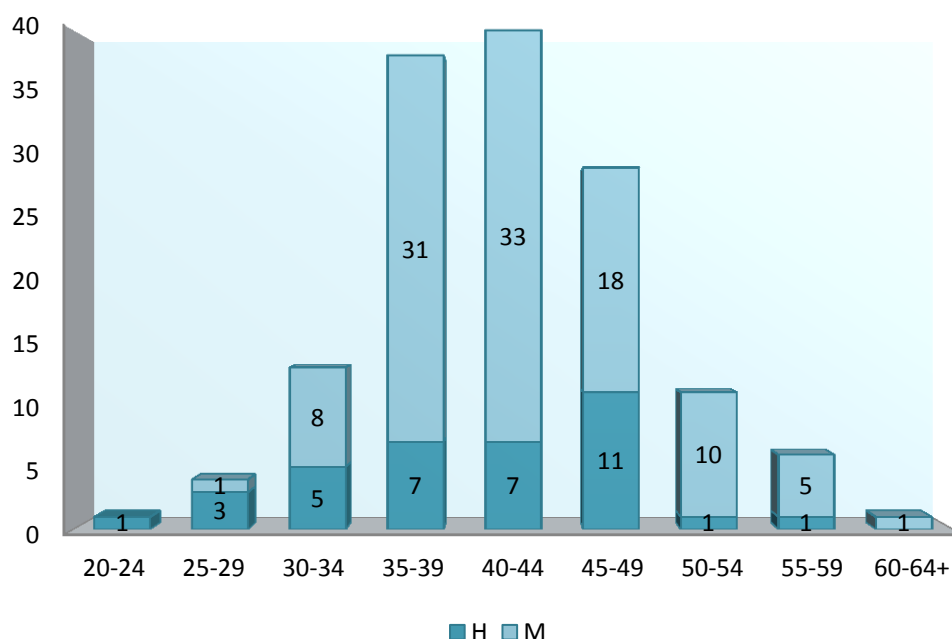


Gráfico 4 - Número de efetivos por escalão etário e sexo

Os escalões etários com o menor número de registos estão exatamente posicionados em extremos opostos da pirâmide, correspondendo ao intervalo de idades entre os 20 e os 24, com 1 trabalhador e, ao intervalo entre os 60 e os 64 com, igualmente, 1 trabalhador.

O nível médio etário é de 43,2 anos, constatando-se assim um ligeiro aumento em relação ao ano de 2019, em que se obtivera a média de 42 anos. Por sexo, a média de idades para as trabalhadoras é de 44 anos e para os trabalhadores é de 42 anos.

A taxa de envelhecimento, que corresponde ao número de trabalhadores com idade igual ou superior a 55 anos (7) sobre o total de trabalhadores do organismo (143) multiplicado por 100, é de 4,9%, um valor que sublinha o carácter estruturalmente jovem do organismo.

Taxa de envelhecimento (Efetivo ≥ 55 anos/Efetivo total x 100)	4,9%
Taxa de emprego jovem (Efetivo ≤ 34 anos /Efetivo total x 100)	12,83%

iv. Trabalhadores/as segundo o nível de antiguidade e género.

A antiguidade é calculada através do somatório do número de anos completos de prestação efetiva de serviço na Administração Pública, em 31 de dezembro de cada ano.

A caracterização dos efetivos em função da antiguidade reflete um nível médio de antiguidade fixado nos 5 anos, com uma significativa concentração de trabalhadores/as no intervalo dos 0-4 anos (107).

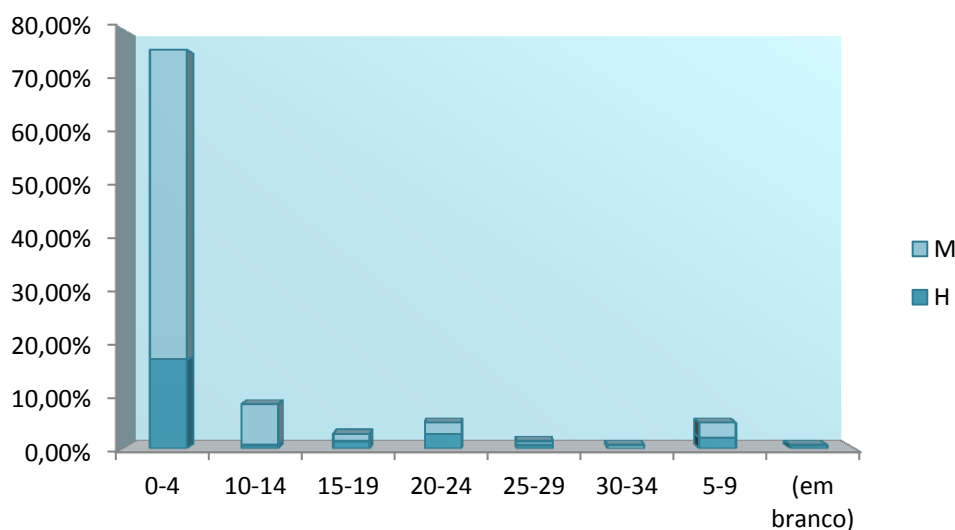


Gráfico 5 - Percentagem de efetivos por antiguidade e sexo

Tal facto deve-se essencialmente à regularização ocorrida ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), em 2018, através do qual foram integrados mais de uma

centena de trabalhadores no mapa de pessoal do ACM, I.P., à data, com menos de 3 dezenas de funcionários públicos, fazendo do mapa de pessoal um mapa jovem em termos de antiguidade.

v. Trabalhadores/as segundo o nível de escolaridade e género.

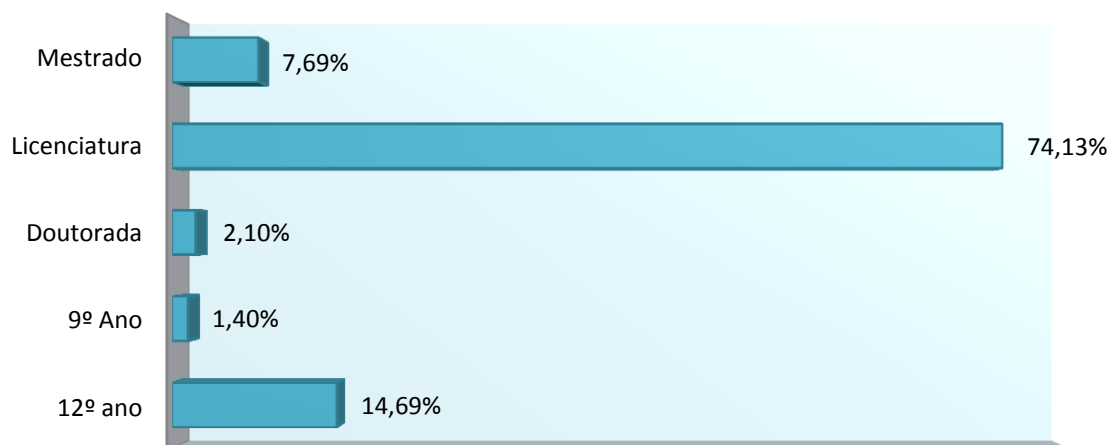


Gráfico 6 - Efetivos segundo nível habilitacional

Atenta a informação expressa no gráfico 6, o grau académico predominante no ACM,I.P. é a licenciatura, detida por 74,13% dos seus colaboradores, o que demonstra o elevado nível de tecnicidade dos recursos humanos em exercício.

Índice de Tecnicidade (Hab. Académicas Sup./Efetivo total x 100)	80,4%	Índice de Tecnicidade Masculino (Hab. Académicas Sup. Homens/Efetivo total x 100)	16,78%
		Índice de Tecnicidade Feminino (Hab. Académicas Sup. Mulheres/Efetivo total x 100)	67,13%

Ainda assim, comparativamente ao ano anterior verifica-se uma redução no índice de tecnicidade de aproximadamente 5% refletida em ambos os sexos, fator que se deve, por um lado, à saída de recursos qualificados que não viram a sua substituição garantida e por outro, ao encerramento, com colocação de recursos, de dois procedimentos concursais generalistas para a ocupação de vários postos de trabalho nas carreiras de Assistente Técnico e Operacional onde, tendencialmente, as habilitações dos/as candidatos/as estão em maioria no ensino secundário (12º ano).

vi. Trabalhadores/as segundo o nível de deficiência

No ano em análise, prestavam serviço no ACM,I.P., 3 efetivos portadores de deficiência atestada por declaração de incapacidade emitida por Junta Médica. Conforme previsto no Código do IRS, e de acordo com o grau de deficiência, estes/as trabalhadores/as beneficiam de uma redução da taxa de retenção na fonte sobre o seu rendimento.

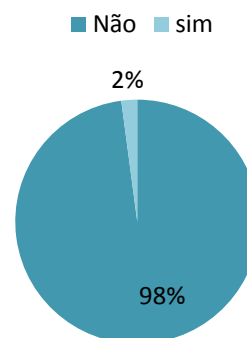


Gráfico 7- Percentagem de trabalhadores portadores de deficiência

vii. Trabalhadores/as segundo a nacionalidade

O ACM,I.P., imprime na sua missão os valores da integração e da valorização da diversidade. Além de promovidos na atividade do instituto, estes valores têm sido também ditadores do que se pretende enquanto estrutura humana em exercício. Como tal, a promoção da diversidade no leque de efetivos em atividade é e continuará a ser um objetivo a manter.

No ano em referência o ACM,I.P., contava com um total de 15% de trabalhadores com nacionalidades que não a portuguesa, sendo que deste universo contabiliza-se 15 efetivos que acumulam a nacionalidade portuguesa com outras da CPLP, 2 efetivos com nacionalidade de outros países da CPLP, 5 efetivos com outras nacionalidades, tais como, húngara, russa, chinesa, ucraniana e do Bangladesh.

Por outro lado são registados 13 trabalhadores/as que acumulam a nacionalidade portuguesa com outras nacionalidades, tais como, moldava, americana, russa, marroquina entre outros.

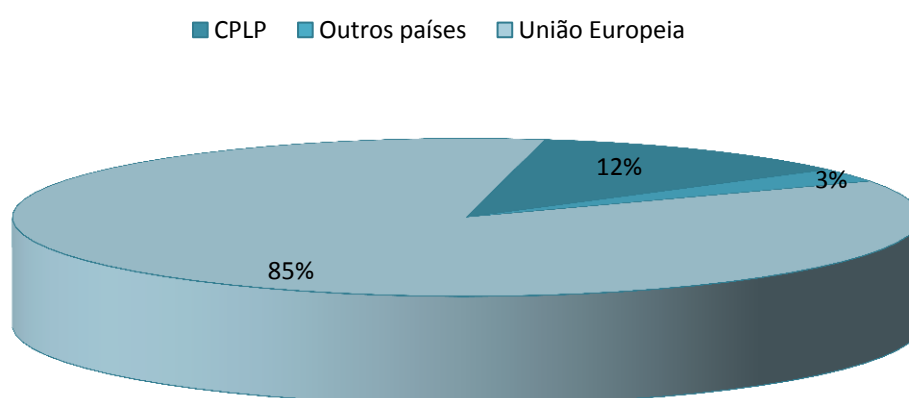


Gráfico 8 - Percentagem de efetivos por nacionalidade

VII. HORÁRIO E ABSENTISMO

i. Modalidades de horário

As modalidades de horário de trabalho praticadas no período em análise foram o horário flexível, rígido, a isenção de horário, a jornada contínua e horário específico.

A maioria dos efetivos (54%) pratica a modalidade de horário flexível, de 35 horas semanais, com plataformas fixas das 10h00 ao 12h00 e das 14h30 às 16h30, seguindo-se os/as trabalhadores/as com horário rígido, associado às funções de atendimento ao público. Por outro lado, cumprem jornada contínua de 30 horas semanais 4% dos efetivos e tem isenção de horário cerca de 18 dirigentes que representam um total de 13% dos efetivos.

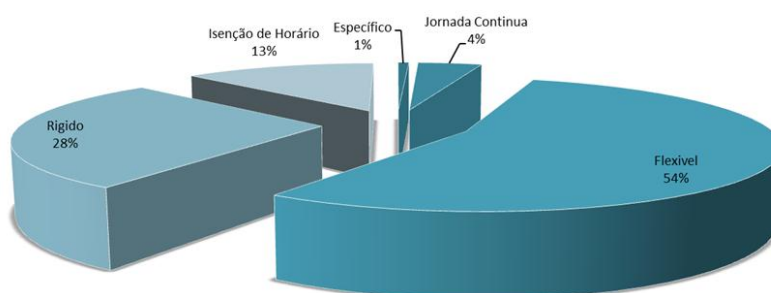


Gráfico 9 - Percentagem de efetivos por modalidade de horário

ii. Absentismo

Em 2020, o absentismo ascendeu a 3 396 dias, dos quais 2 624 dias representam faltas por conta do período de férias, 519 dias por doença, 105 dias por proteção na parentalidade e 77 dias a faltas por assistência a familiar.

De forma absoluta o ACM,I.P., apresentou, no ano em referência, uma taxa de absentismo de 2,1%.

Na tabela 1 observa-se o total dos dias de ausência ao trabalho, discriminados por tipo de falta e carreira/cargo.

Categoria (para efeitos SIOE)	Falecimento			Assistência		Trabalhador Estudante	Férias Greve Outros		
	Casamento	Parentalidade	Familiar	Doença	Família		Férias	Greve	Outros
Técnico Superior		105	7	257	54		1766	6	17
Assistente Técnico	2		3	141	16	14	401	2	5
Assistente Operacional				10			61		1
DI de 2º grau							159		12
DS de 1º grau							22		
DI de 1º grau							132		
Especialista de Informática				111	7		49	1	
Informático							12		1
DS de 2º grau							22		
Total(dias)	2	105	10	519	77	14	2624	9	36

Tabela 1- Absentismo segundo a ocupação do posto de trabalho, por categoria e sexo

A falta por motivo de doença continua a ser o principal fator de absentismo dos/as trabalhadores/as, sendo que se verifica uma diminuição de 223 dias em relação a 2019, ano em que se apurou um total de 742 dias de falta por este motivo.

Em 2020, a média de dias de ausência por trabalhador/a, incluindo as ausências “por conta do período de férias”, foi de 23,44 dias, porém, quando retirados os dias de ausência “por conta do período de férias” afere-se uma média de 5,3 dias de ausência por trabalhador/a, o que se poderá entender como um valor positivo do ponto de vista do absentismo.

VIII. ADMISSÕES, REGRESSOS E SAÍDAS.

A Administração Pública prima por um princípio de relativa liberdade de circulação de recursos com vista à promoção de uma rotatividade saudável de *know-how*, capacitação e suprimento de necessidades técnicas e operacionais entre organismos.

Em 2020 o ACM,I.P., contou com um total de 38 saídas de pessoal, perfazendo uma taxa de saídas de 26,6% e 35 admissões ou regressos, com uma taxa de admissões de 24,5%, o que se traduz numa taxa de reposição de 92,1%, um valor bastante positivo do ponto de vista da rotação de pessoal.

É de sublinhar que no âmbito desta contabilização e análise o conceito de admissão e de saída nem sempre tem um sentido literal, podendo envolver a mobilização interno de recursos humanos. Ou seja, tanto a alteração no modo como o trabalhador ocupa o seu posto de trabalho, como a mudança de carreira por motivo de mobilidade intercarreiras, consolidação da mobilidade entre outros.

Designação Oficial	Categoria	F	M	Total Geral
Comissão de serviço	DI 1º GRAU		1	1
	DI 2º GRAU	4		4
	DS 2º GRAU		1	1
	DS 1º GRAU	1		1
Mobilidade interna	AT		1	1
	AT-TS	1		1
	TS	9	1	10
Procedimento concursal	AT	3	2	5
	TS	7	2	9
Outras situações	TS	2		2
Total Geral		27	8	35

Tabela 2 - Admissões e regressos segundo a ocupação do posto de trabalho, por categoria e sexo

Designação Oficial	Categoria	F	M	Total Geral
Cessaçao por mútuo acordo	AT	1		1
Exoneração a pedido do trabalhador	DI 2º GRAU	1		1
Comissão de serviço			1	1
Cessaçao por mútuo acordo	TS	5	1	6
Mobilidade interna		18	4	22
Comissão de serviço		4	1	5
Outras situações		1		1
Cessaçao por mútuo acordo	DS 1º GRAU		1	1
	Total Geral	30	8	38

Tabela 3 - Saídas segundo por categoria, motivo e sexo

IX. REMUNERAÇÕES E ENCARGOS COM PESSOAL

i. Estrutura remuneratória

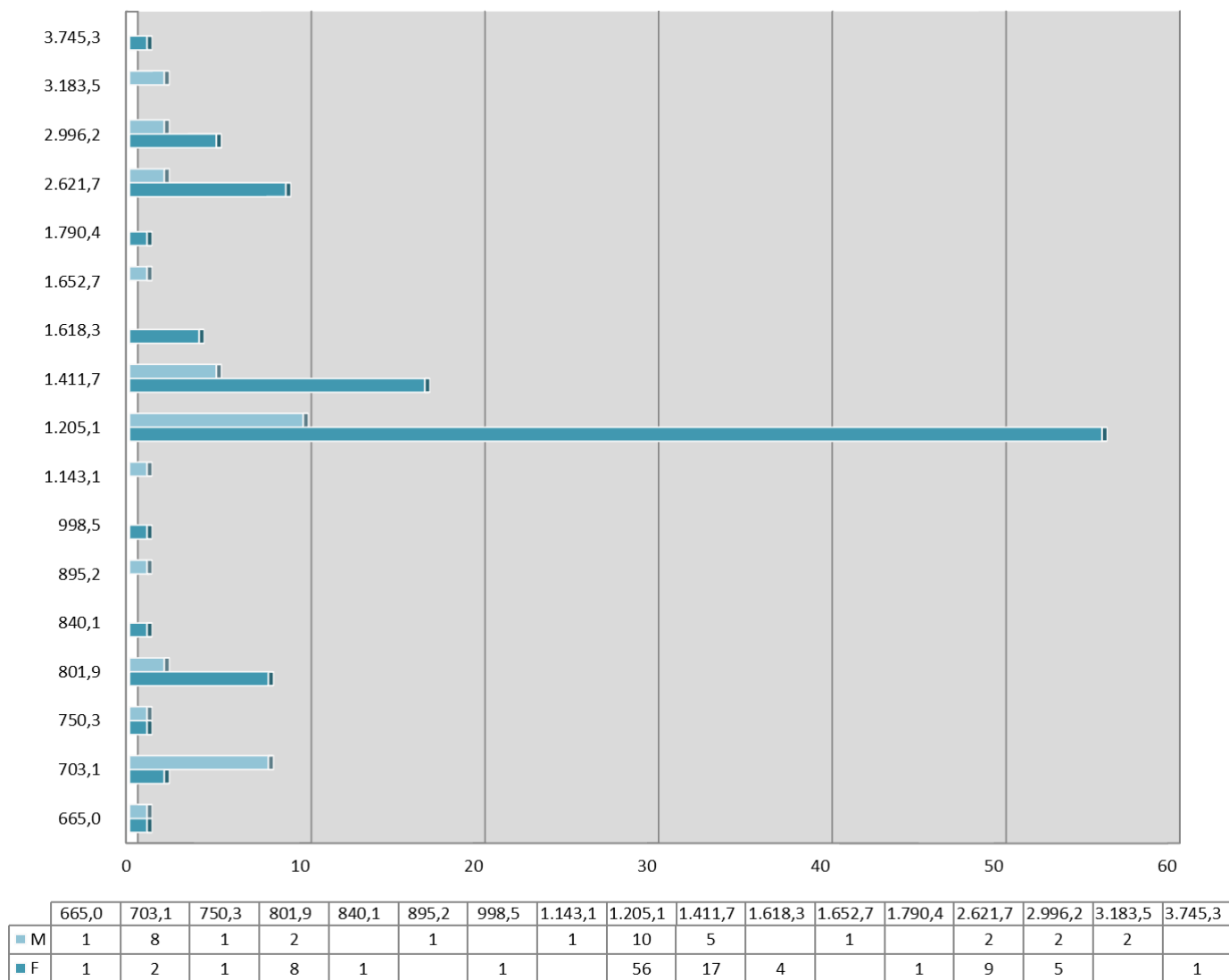


Gráfico 10- Estrutura remuneratória por género

Analisando o gráfico 10, verifica-se que a moda salarial encontra-se no valor mensal de 1205,1€, 15ª posição remuneratória do nível 1 da carreira de Técnico Superior.

O valor da remuneração mínima auferida no ACM,I.P., é de 665,0€, na carreira de Assistente Operacional e a remuneração máxima paga é de 3.745,3€, no cargo de Direção Superior de 1º Grau, resultando num leque salarial ilíquido (salário máximo/salário mínimo) de 5,8.

ii. Encargos com pessoal

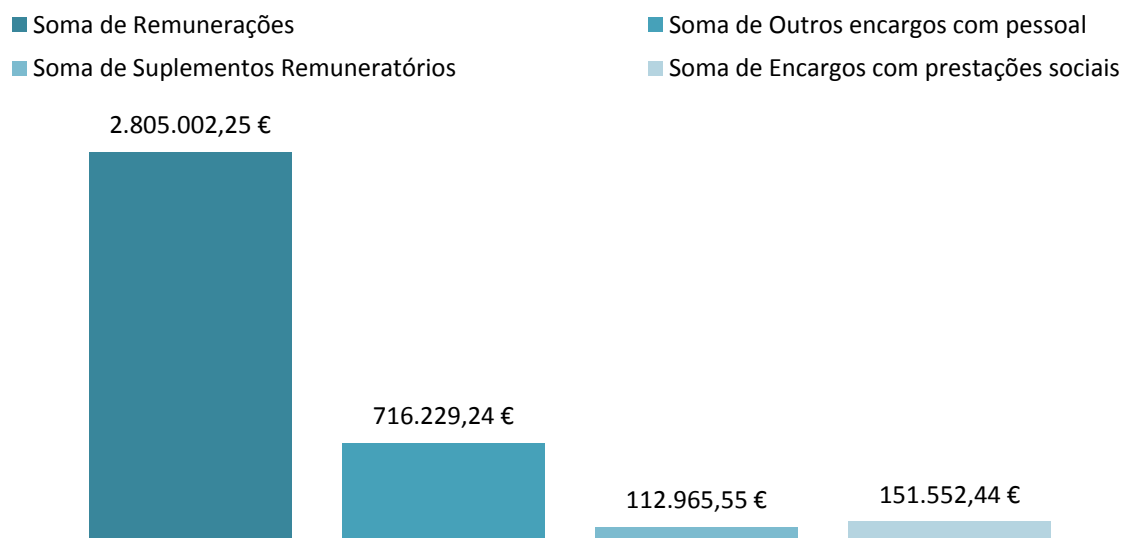


Gráfico 11 - Encargos com pessoal por tipologia

Em matéria de orçamento e despesa, relativamente aos encargos absolutos com o pessoal, em 2020 a totalidade dos encargos fixou-se nos 3.795.406,60 € o que representa 25,9% do orçamento de funcionamento do ACM, I.P.,

O gráfico 11 evidencia o ónus da despesa anual com remunerações, no valor de 2.805.002,25€ ou seja, 73,91% do total dos encargos com pessoal.

Os restantes encargos - suplementos remuneratórios, prestações sociais, benefícios sociais e outros encargos com pessoal - constituem, portanto, aproximadamente 26% da fatia da remanescente despesa executada.

X. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No ano em análise, à semelhança do que se vem verificando em anos pretéritos, o ACM,IP investiu na formação profissional e elaborou o seu Plano anual de formação propondo-se a qualificar e a valorizar os seus recursos humanos, por forma a adequar o seu desempenho às necessidades dos postos de trabalho que ocupam.

i. Formação Realizada – Balanço

Findo o período de implementação do plano de formação profissional do ACM,I.P. para 2020 e apurada a execução a respeito, verifica-se que a concretização do planeamento ficou aquém das previsões, na medida em que se afere uma percentagem de concretização fixada nos 42%

Neste caso, importa referir que, ainda que a percentagem de formação não executadas seja de 58%, 8% deste valor representa formação prevista e iniciada ainda em 2020, porém, cujo conclusão se prevê no ano seguinte, o que resulta numa percentagem de 50% de não execução do planeamento.

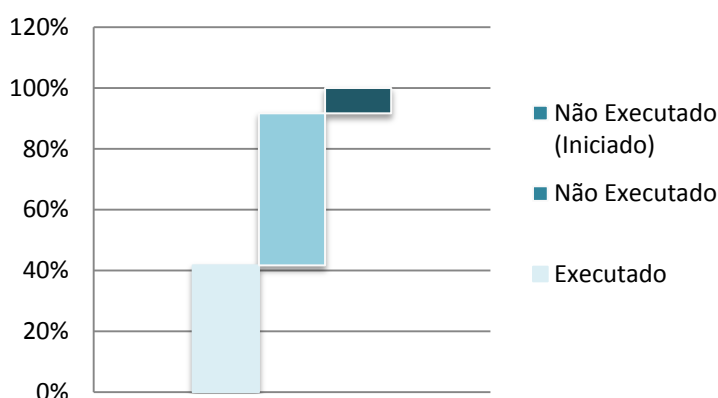
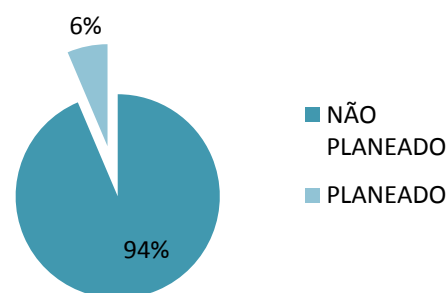


Gráfico 12 - Níveis de execução do plano de formação 2020

Não obstante, em matéria de ações de formação não planeada, englobando neste grupo formações internas e externas, o ACM,I.P. volta a exceder as expectativas, quer em número como em diversificação de temáticas trazidas aos/às funcionários/as.

Em suma, da totalidade de ações frequentadas em 2020, 205 representaram ações extraplano e apenas 14 inserem-se no leque das ações previstas.



Procedendo a uma análise em termos comparativos com o ano

anterior e conforme espelhado no Relatório de Execução da Formação Profissional, conclui-se que ao nível da frequência em ações de formação, 2020 foi um ano melhor, com uma taxa de participação em ações de formação de aproximadamente 95%, 2,3% superior ao ano anterior (92,67%).

No âmbito do levantamento das ações frequentadas, verifica-se um elevado volume de ações realizadas com o objetivo de fortalecer competências inerentes ao contexto pandémico que se atravessa, cujo abordagem incide no trabalho à distância, em estratégias para o equilíbrio da saúde mental em contexto de teletrabalho bem como em metodologias de liderança em contextos de crise. Estas ações surgem como ações extraplano, porém essenciais para a continuidade da resposta do organismo aos objetivos definidos, através da capacitação do capital humano para a apresentação de resultados, ainda que no contexto vivido.

Quanto às áreas formativas a destacar, mereceram maior atenção do ponto de vista das frequências, áreas como os Assuntos Europeus e de Cooperação, refletidas em ações direcionadas para as migrações e a Presidência Portuguesa da UE, as Tecnologias de Informação, incidindo na Cibersegurança com uma forte participação e Assuntos Jurídicos, com enfoque para a lei da emigração, nacionalidade e laboral.

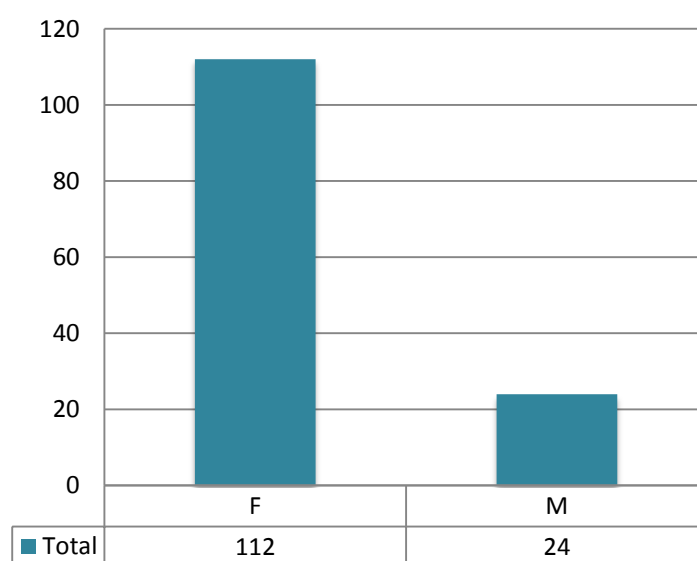


Gráfico 14 - Trabalhadores com frequência em ações de formação, por sexo

Em termos relativos obteve-se, num universo de 143 trabalhadores e trabalhadoras, a frequência em ações de formação de um significativo total de 136 funcionários/as. Destes, 112 representam formandas do sexo feminino e 24 do sexo masculino o que é facilmente explicado pela esmagadora representatividade de mulheres na constituição do mosaico humano do ACM,I.P.

Em termos absolutos foram abrangidos por ações de formação 807 formandos/as e concretizado um volume de 3731:30 horas de formação, num todo de 219 ações.

Destas, 167 que representam 76% das ações, foram formações externas sendo que as restantes 52, que representam 24% das ações, foram formações internas.

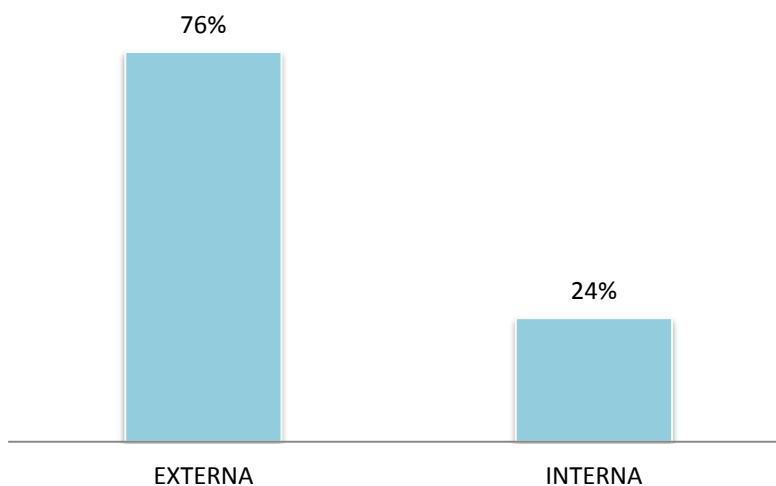


Gráfico 15 - Percentagem de formação frequentada, por modalidade

Tendo 2020 sido um ano *suis generis* na sua forma de trabalho devido à pandemia causada pela covid-19, verifica-se que em matéria de formação profissional este contexto exerceu um forte impacto nas metodologias utilizadas para realização da formação.

Deste modo, do total de ações frequentadas, aproximadamente 88% foram realizadas em regime de e-learning ou à distância, fenómeno nunca antes verificado.

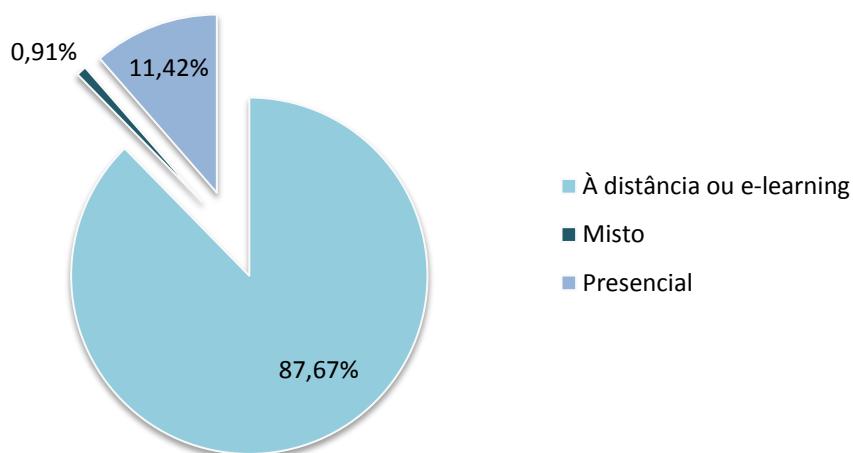


Gráfico 16 - Percentagem de formação frequentada, por regime

ii. Encargos com Formação Profissional

Os encargos com a Formação Profissional no ACM, I.P., são previstos atendendo o somatório das estimativas de custos para as formações planeadas, mas mantendo sempre uma margem para formação não planeada que venha a ser considerada.

Em matéria de encargos deste Organismo com a formação em 2020, foi prevista uma despesa estimada de 22,835 €.

No que concerne aos gastos reais inerentes à aplicação do plano de formação, foram despendidos um total de 7.169,15 euros, um valor que fica aquém do expectado, tendo ainda em conta o volume de formações extra plano concretizadas. Este montante reflete na plenitude a mais-valia associada às parcerias que este ACM,I.P. mantém com as mais variadas entidades e que permite um intercâmbio em matéria de formação e conseqüentemente a diminuição da despesa nesta rubrica.

4. Encargos com formação, Pessoal e Orçamento da entidade		
4.1 Despesas anuais com formação (01.02.06 e 02.02.15)		
	Custos Directos	7.169,15
	Custos indirectos	0,00
	Total	7.169,15
4.2 Fonte Financiamento da Formação		
	Orçamento de Estado	50,00
	Receitas Próprias	4.394,15
	Financiamento Comunitário	2.725,00
	Outros	0,00
	Total	7.169,15
4.3 Encargos totais da entidade com pessoal		3.795.406,60
4.4. Orçamento executado da entidade		14.641.935,25

Tabela 4 - Encargos do organismo com formação profissional

Em suma, certifica-se que a taxa de investimento em formação no ACM,I.P., calculada pelo rácio entre a despesa com as ações de formação e o total de encargos com o pessoal, foi de aproximadamente 0,19%.

Taxa de Investimento em Formação

(Total de despesas com formação/Total de encargos com pessoal x 100)

0,19%

XI. RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DISCIPLINA

i. Relações profissionais

No ano de 2020, constam dos registos do Sistema de Recursos Humanos (SRH) 18 trabalhadores sindicalizados, cujo pagamento das respetivas quotizações sindicais é efetuado através de débito no vencimento. Este número representa uma percentagem de trabalhadores sindicalizados de 12,6%.

ii. Disciplina

Em 2020 não foi instaurado qualquer processo disciplinar

XII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados e indicadores apresentados neste Balanço Social espelham o planeamento e a gestão de recursos humanos e financeiros do ACM, I.P., ao longo de 2020.

Desta análise destacamos o seguinte:

- ✓ A 31 de dezembro de 2020 o ACM, I.P., contava-se com 143 trabalhadores/as, menos 5 trabalhadores do que no ano anterior;
- ✓ Verifica-se uma maior incidência de trabalhadores/as nas carreiras de Técnico Superior com um total absoluto de 92 funcionários/as (64,3%) e Assistente Técnico com um total absoluto de 24 funcionários/as (16,78%);
- ✓ Num universo de 143 trabalhadores/as as mulheres são o sexo mais representado no ACM, I.P., totalizando 107 efetivos para um total de 36 efetivos homens o que resulta numa taxa de feminização situada nos 74,8% o que reflete uma ligeira redução comparativamente a 2019 (76,7%) e que neste caso resulta de um aumento do número de efetivos do sexo masculino;
- ✓ O nível médio etário é de 43,2 anos, constatando-se assim um ligeiro aumento em relação ao ano de 2019, em que se obtivera a média de 42 anos. Por sexo, a média de idades para as trabalhadoras é de 44 anos e para os trabalhadores é de 42 anos;
- ✓ O grau académico predominante no ACM, I.P. é a licenciatura, detida por 74,13% dos seus colaboradores, mais de metade do total dos efetivos o que revela um elevado nível de tecnicidade;
- ✓ De forma absoluta o ACM, I.P., apresentou, no ano em referência, uma taxa de absentismo de 2,1%;
- ✓ Afere-se uma média de 5,3 dias de ausência por trabalhador/a;
- ✓ Em 2020 o ACM, IP contou com um total de 38 saídas de pessoal, com uma taxa de saídas de 26,6% e 35 admissões ou regressos, com uma taxa de admissões de 24,5%, o que se traduz numa taxa de reposição de 92,1%, um valor bastante positivo do ponto de vista da rotação de pessoal.
- ✓ O valor da remuneração mínima auferida no ACM, I.P., é de 665,0€, na carreira de Assistente Operacional e a remuneração máxima paga é de 3.745,3€ no cargo de Direção Superior de 1º Grau;
- ✓ 2020 foi um ano melhor em matéria de formação profissional, com uma taxa de participação em ações de formação de aproximadamente 95%, 2,3% superior ao ano anterior (92,67%);
- ✓ Do total de ações de formação frequentada, aproximadamente 88% foram realizadas em regime de e-learning;
- ✓ A maioria dos trabalhadores, 54%, pratica a modalidade de horário flexível, de 35 horas semanais;
- ✓ Em matéria de orçamento e despesa, relativamente aos encargos absolutos com o pessoal, em 2020 a totalidade dos encargos ascendeu a 3.795.406,60 € o que representa 25,9% do orçamento de funcionamento do ACM, I.P.

Alto Comissariado para as Migrações, IP

Plano de Formação 2020

Relatório de Execução

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Relatório de Execução – Plano de Formação 2020

EDIÇÃO

Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos

Fevereiro 2021

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA.....	5
FORMAÇÃO ACM,I.P. – PROCESSO FORMATIVO	6
FORMAÇÃO ACM,I.P. – PLANEAMENTO 2020	7
FORMAÇÃO ACM,I.P. – BALANÇO 2020	9
FORMAÇÃO MINISTRADA A TERCEIROS	15
ENCARGOS COM A FORMAÇÃO	16
CONCLUSÕES.....	17

ÍNDICE DE GRÁFICOS E IMAGENS

TABELA 1- PLANO DE FORMAÇÃO 2020	7
TABELA 2 - ENCARGOS DO ORGANISMO COM FORMAÇÃO PROFISSIONAL	16
GRÁFICO 1 - NÍVEIS DE EXECUÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO 2020.....	9
GRÁFICO 2 - FORMAÇÃO FREQUENTADA, PLANEADA E NÃO PLANEADA.....	9
GRÁFICO 3 - TRABALHADORES COM FREQUÊNCIA EM AÇÕES DE FORMAÇÃO, POR SEXO	10
GRÁFICO 4 - PERCENTAGEM DE FORMAÇÃO FREQUENTADA, POR MODALIDADE	11
GRÁFICO 5 - PERCENTAGEM DE FORMAÇÃO FREQUENTADA, POR TIPOLOGIA	11
GRÁFICO 6 - PERCENTAGEM DE FORMAÇÃO FREQUENTADA, POR REGIME	12
GRÁFICO 7 - NÚMERO DE FORMAÇÕES FREQUENTADAS, POR CERTIFICAÇÃO	12
GRÁFICO 8 - PERCENTAGEM DE FORMAÇÃO MINISTRADA EXTERNAMENTE, POR UO'S/NÚCLEOS/EQUIPAS	15

NOTA INTRODUTÓRIA

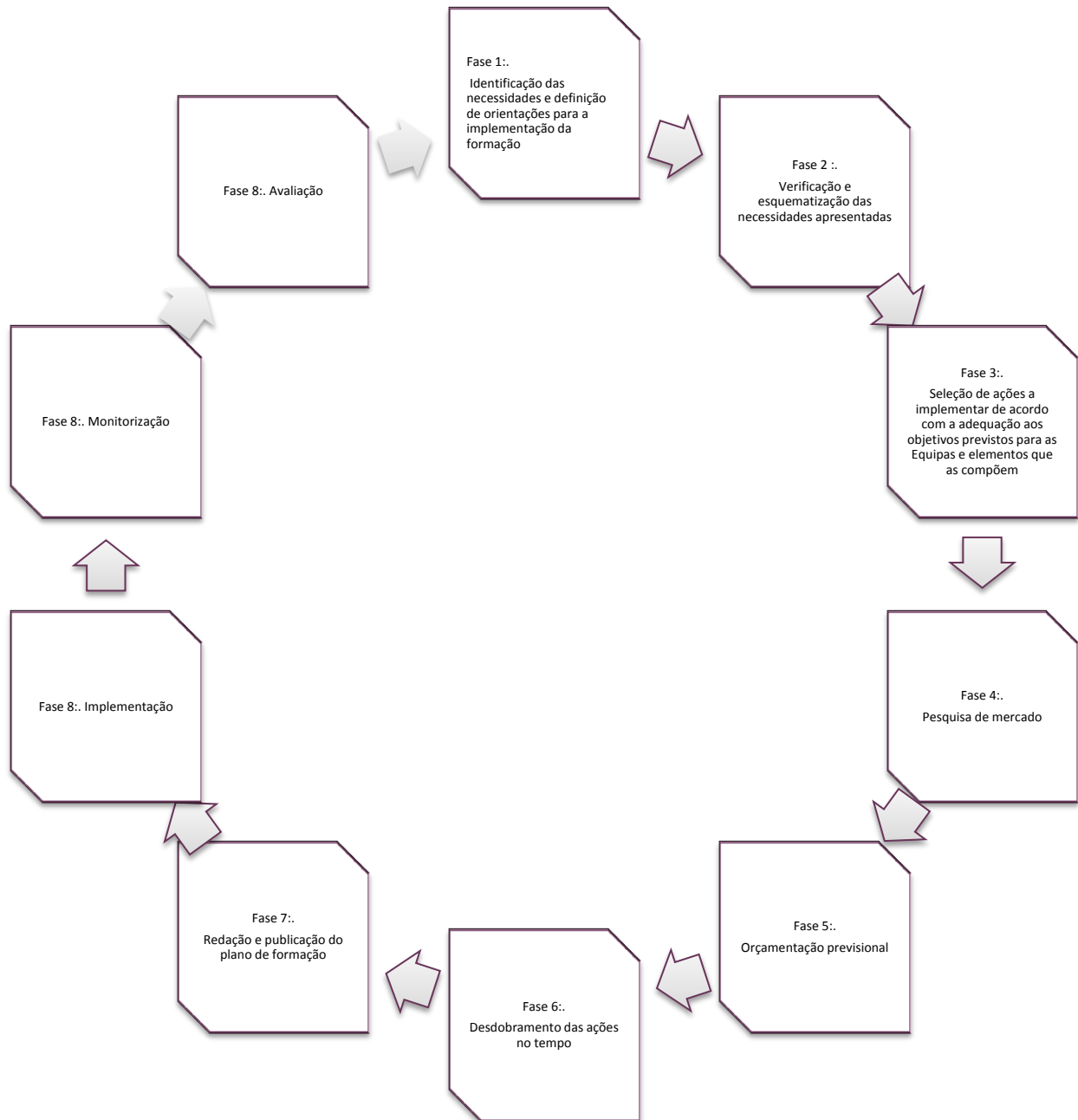
A aquisição de competências e o aprofundamento de conhecimentos ajustados a um ambiente em permanente transformação são decisivos para a prossecução, com rigor e qualidade, dos compromissos a que as instituições e organismos se veiculam, sendo também uma peça essencial nos processos de modernização, inovação e melhoria da qualidade na prestação do serviço público e, conseqüentemente, no prestígio e imagem institucional.

Conhecedores deste facto, no ACM,IP temos privilegiado o investimento na formação dos/as trabalhadores/as, procurando dar resposta às novas e recorrentes temáticas, necessidades e desafios que se colocam, capacitando e estimulando a adequação dos/as trabalhadores/as e das equipas de trabalho a estas novas realidades.

Deste modo, dotar os recursos humanos dos conhecimentos e competências necessárias, habilitando-os para novos métodos de trabalho, mais complexos e de elevada tecnicidade bem como para novas abordagens, garantindo a inovação e a promoção da aplicação de boas práticas, afigura-se, pois, de crucial importância para a subsistência do organismo e manutenção de resultados de excelência.

Por fim, importa realçar que o presente relatório é um instrumento de gestão que visa sintetizar o processo de formação realizado no ano de 2020 no ACM,I.P., tendo sido elaborado de acordo com as regras e princípios que regem a formação profissional na Administração Pública.

FORMAÇÃO ACM,I.P. – PROCESSO FORMATIVO



FORMAÇÃO ACM,I.P. – PLANEAMENTO 2020

Para o ano 2020, o que teria sido o planeamento inicial em matéria de formação profissional dirigida aos trabalhadores do ACM,I.P., sofreu uma profunda revisão, atendendo ao contexto pandémico que marcou o ano e consequentemente o funcionamento dos serviços. Assim, pós revisão covid-19 foram definidas, para o Alto Comissariado para as Migrações I.P., um total de 12 ações de formação, que abrangeriam um universo de 409 formandos e representariam um somatório de 623:00 horas de formação frequentada, com uma despesa estimada de 22,835.00 euros.

Área Temática	Designação da Ação	Nº de formandos	Nº Horas	Encargos (Previsão)
Assuntos Jurídicos	Regime Jurídico do Trabalho em Funções Públicas	40	28:00:00	€ 6.035,00
Assuntos Jurídicos	CPA	20	14:00:00	€ 2.500,00
Assuntos Jurídicos	Absentismo e assiduidade - Regime de férias faltas e licenças	80	07:00:00	N.A.
Assuntos Jurídicos	Procedimentos Concursais	2	14:00:00	N.A.
Assuntos Jurídicos	Lei de Estrangeiros	20	07:00:00	N.A.
Assuntos Jurídicos	Lei da Nacionalidade	20	05:00:00	N.A.
Assuntos Jurídicos/Comunicação Organizacional	Discriminação Racial – Do contexto sociológico à proteção jurídica	40	07:00:00	N.A.
Comunicação Organizacional e Pessoal	Técnicas de Atendimento Telefónico	10	07:00:00	N.A.
Formação Dirigentes	FORGEP	5	500:00:00	€ 7.500,00
Formação Dirigentes	CADAP - Curso de Alta Direção em Administração Pública	2	20:00:00	€ 6.000,00
Tecnologias da Informação	EXCEL	40	07:00:00	N.A.
Tecnologias da Informação	Ciber Segurança	130	07:00:00	N.A.
Total		409	623:00:00	12

Tabela 1- Plano de Formação 2020

Este planeamento refletiu um reajustamento das pretensões, de acordo com orientações governativas, a uma realidade desconhecida e, por este motivo, foi direcionado para o entendido como essencial do ponto de vista teórico e técnico, no âmbito das atribuições das unidades orgânicas.

Um dos focos na projeção da formação a ministrar foi canalizado para matérias relacionadas com o exercício de funções públicas, neste caso, o próprio Regime Jurídico do Trabalho em Funções Públicas, bem como o Absentismo e a Assiduidade. Esta escolha recai sobre a visível necessidade de aprofundamento destas temáticas junto do universo de funcionários e funcionárias, cujo elevado número é detentor de uma relação jurídica de emprego pública recente, o que refletiu a urgência na atribuição de conhecimentos adicionais inerentes a esta tipologia de vínculo de emprego. A rápida digitalização dos serviços prestados bem como o aumento do exercício de funções em teletrabalho tornou também urgente a formação em Cibersegurança.

Foi ainda priorizada e, neste caso, direcionando as projeções para um aumento de competências técnicas e humanas dos/as trabalhadores/as, aliada diretamente à missão do organismo, nomeadamente a implementação de formação na área da discriminação racial, Lei de Estrangeiros e Lei da Nacionalidade, bem como em Excel, respondendo aos diagnósticos de necessidade formativa anteriormente efetuados.

FORMAÇÃO ACM,I.P. – BALANÇO 2020

Findo o período de implementação do plano de formação profissional do ACM,I.P., para 2020 e apurada a execução a respeito, verifica-se que a concretização do planeamento ficou aquém das previsões, na medida em que se afere uma percentagem de concretização do planeamento fixada nos 42%

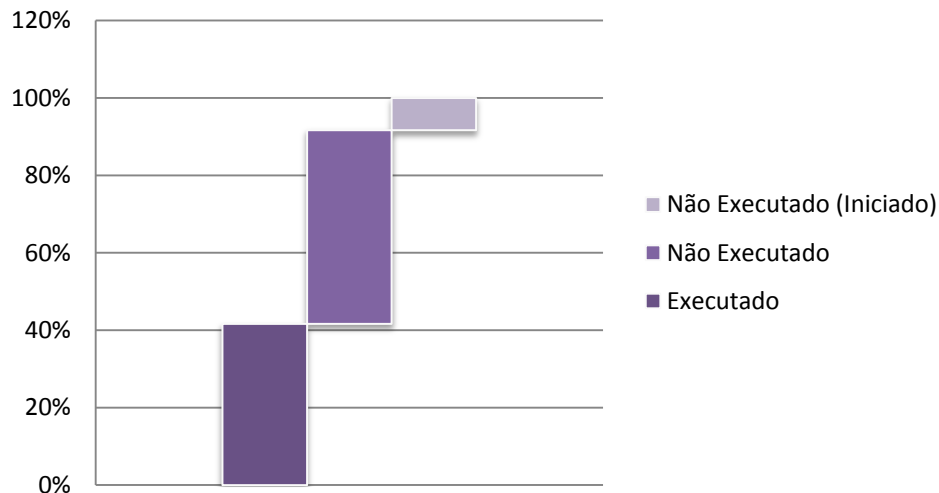


Gráfico 1 - Níveis de Execução do Plano de Formação 2020

Neste caso importa referir que, ainda que a percentagem de formação não executada seja de 58%, 8% deste valor corresponde a formação prevista e iniciada ainda em 2020, porém, cujo conclusão se prevê em 2021, o que resulta numa percentagem final real de 50% de não execução do planeamento.

Não obstante, em matéria de ações de formação não planeada, englobando neste grupo formações internas e externas, o Alto Comissariado para as Migrações, I.P., volta a exceder as expectativas, quer em número como em diversificação de temáticas trazidas aos funcionários/as.

Em suma, da totalidade de ações frequentadas em 2020, 205 representaram ações extraplano e apenas 14 inserem-se no leque das ações previstas.

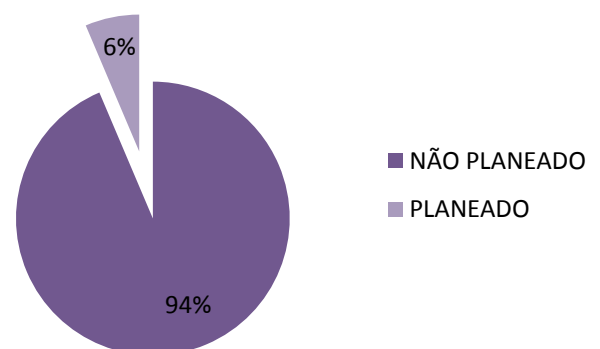


Gráfico 2 - Formação frequentada, planeada e não planeada

Em termos relativos obteve-se, num universo de 143 trabalhadores e trabalhadoras, a frequência em ações de formação de um significativo total de 136 funcionários/as. Destes, 112 representam formandas do sexo feminino e 24 do sexo masculino o que é facilmente explicado pela esmagadora representatividade de mulheres na constituição do mosaico humano do ACM,I.P.

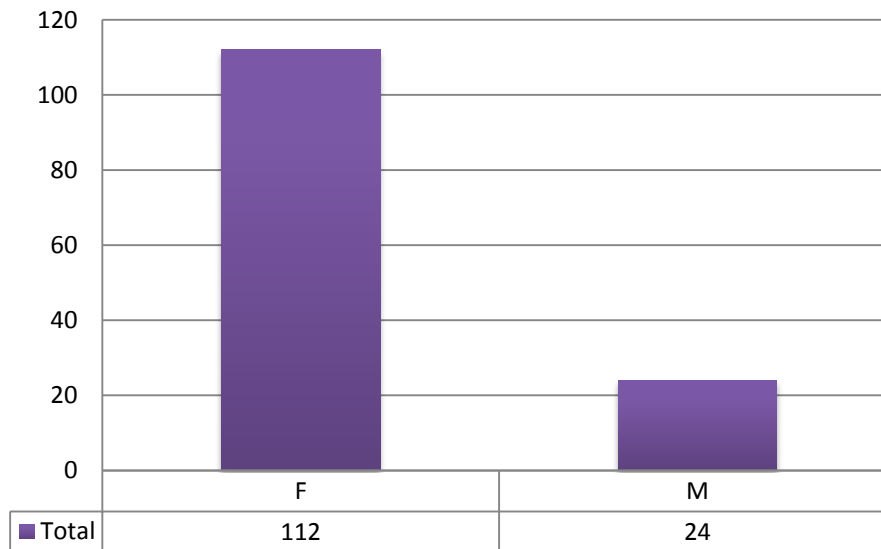


Gráfico 3 - trabalhadores com frequência em ações de formação, por sexo

No âmbito do levantamento das ações frequentadas, verifica-se um elevado volume de ações realizadas com o objetivo de fortalecer competências inerentes ao contexto pandémico que se atravessa cuja abordagem incide no trabalho à distância, em estratégias para o equilíbrio da saúde mental em contexto de teletrabalho bem como em metodologias de liderança em contextos de crise. Estas ações surgem como ações extraplano, porém essenciais para a continuidade da resposta do organismo aos objetivos definidos, através da capacitação do capital humano para a apresentação de resultados.

Quanto às áreas formativas a destacar, mereceram maior atenção do ponto de vista das frequências, áreas como os Assuntos Europeus e de Cooperação, refletidas em ações direcionadas para as migrações e a Presidência Portuguesa da UE, as Tecnologias de Informação, incidindo na Cibersegurança com uma forte participação e os Assuntos Jurídicos, com enfoque para a lei de estrangeiros, nacionalidade e laboral.

Em termos absolutos, dos/as 136 funcionários/as abrangidos por ações de formação, perfez-se um total de 807 participações e concretizou-se um volume de 3731:30 horas de formação, num todo de 219 ações.

Destas, 167 que representam 76% das ações, foram formações externas sendo que as restantes 52, que representam 24% das ações, foram formações internas.

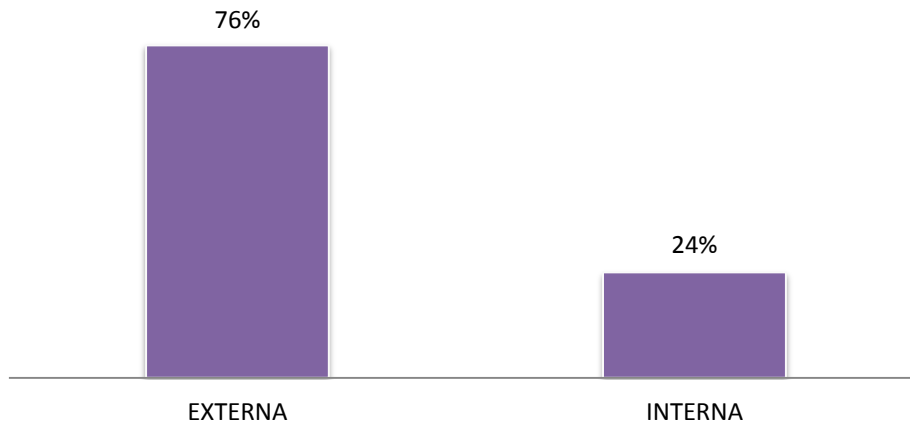


Gráfico 4 - Percentagem de formação frequentada, por modalidade

O ano em referência foi marcado pelo início de funções de 35 novos/as funcionários/as. Face ao contexto de teletrabalho, que diminuiu a interação entre equipas, com a estrutura e com a própria dinâmica de funcionamento do instituto, tornou-se evidente a necessidade de um maior investimento na formação inicial para novos funcionário/as, de forma a concertar o seu *know-how*, competências e expectativas, à área de intervenção do ACM I.P., equipas e recursos à disposição.

Como tal, olhando para o gráfico 5 verifica-se que, em 2020, 26% da formação frequentada insere-se no âmbito da formação inicial.

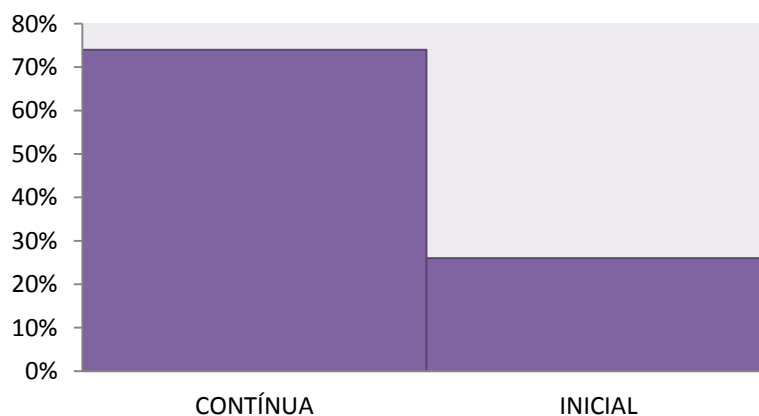


Gráfico 5 - Percentagem de formação frequentada, por tipologia

Tendo 2020 sido um ano *sui generis* na sua forma de trabalho devido à pandemia covid-19, finda a monitorização das ações atesta-se que em matéria de formação profissional este contexto exerceu um forte impacto nas metodologias utilizadas para realização da formação.

Assim, do total de ações frequentadas, aproximadamente 88% foram realizadas em regime de *e-learning* ou à distância, fenómeno nunca antes verificado.

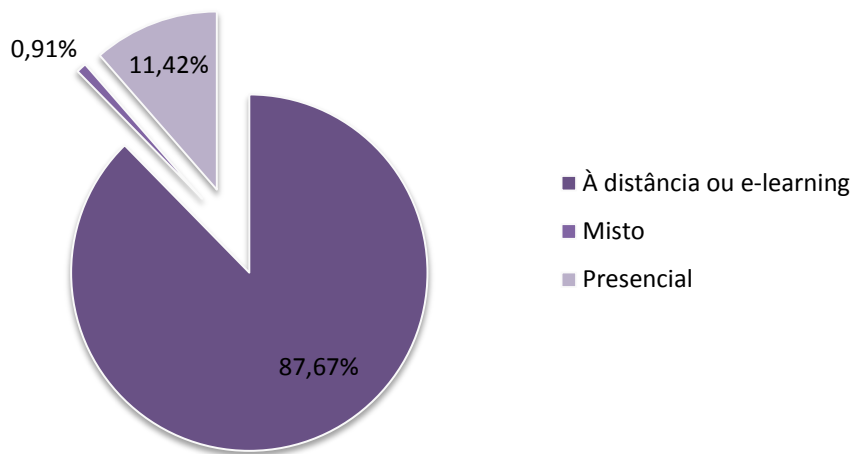


Gráfico 6 - Percentagem de formação frequentada, por regime

Em termos de certificações, afere-se uma maior frequência em ações de formação não certificada, num total de 126, comparativamente com uma frequência total em ações certificadas de 93.

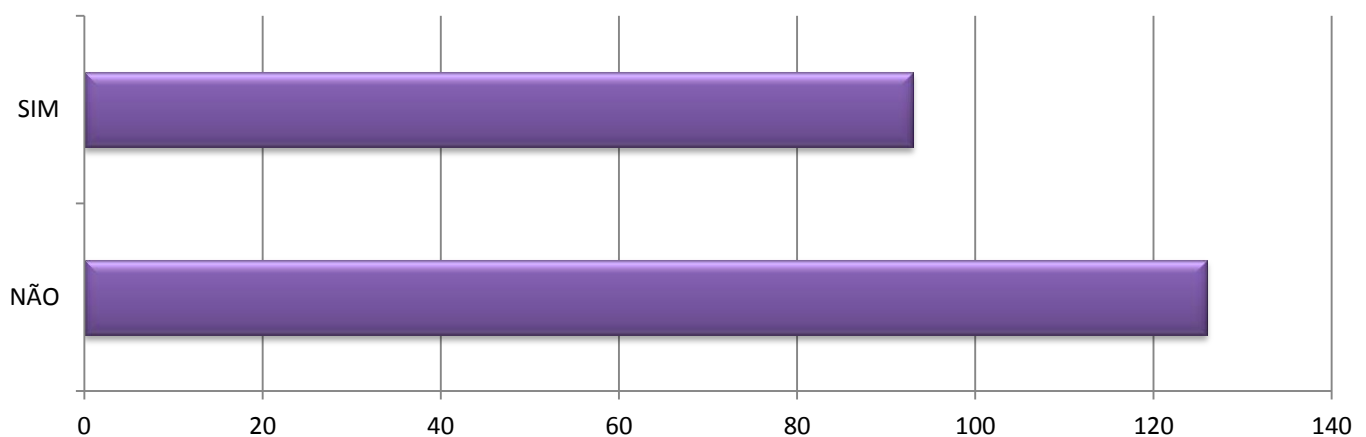


Gráfico 7 - Número de formações frequentadas, por certificação

De referir, ainda, a multiplicidade de entidades com as quais foram estabelecidos contactos e parcerias que permitiram a concretização de algumas das ações de formação, não só internas como também externas, nomeadamente e a título de amostra as seguintes:

- IGOT - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
- CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
- CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
- Faculdade de Direito da Universidade do Porto
- IPAV – Instituto Padre António Vieira
- EU-FRANK,
- DGS – Direção-Geral da Saúde
- Centro de Formação Instituto Diplomático
- IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
- OIT - Organização Internacional do Trabalho
- CEAUP – Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto
- Observatório do Tráfico de Seres Humanos
- Fundação Aga Khan
- Fundação Calouste Gulbenkian
- EURITA - European Resettlement and Integration Technical Assistance Project
- Observatório do Tráfico de Seres Humanos
- UNHCR - The UN Refugee Agency
- Vocal Europe,EU
- LOGFRAME
- Council of Europe
- CRIAP
- Instituto Politécnico de Setúbal
- OIM - Organização Internacional para as Migrações
- APV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
- Rede Europeia Anti-Pobreza
- METADRASI - Action for Migration and Development
- Citeforma - Centro de Formação Profissional
- UMAR - União Mulheres Alternativa e Resposta
- UNIFOJ/CES – Unidade de Formação Jurídica e Judiciária
- ERGO Network e Romani Early Years Network (REYN)
- People&Skills
- I9Project
- Instituto de Sociologia, FLUP, U.Porto
- Comissão Nacional para os Direitos Humanos
- Alamedas Office
- ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho

As ações de formação realizaram-se, na sua maioria (57%), na Direção-Geral para a Qualificação dos Trabalhadores da Administração Pública (INA), entidade da administração direta do Estado que tem como missão desenvolver, qualificar e gerir a mobilidade dos trabalhadores em funções públicas, sendo, na generalidade, a primeira opção dos/as formandos/as para frequência de ações de formação.

Em seguida encontra-se o próprio ACM,I.P. com aproximadamente 24% das formações realizadas, proporção que corrobora uma das estratégias formativas que tem vindo a ser refletida no planeamento da formação, o maior investimento na formação interna ministrada por e para funcionários do ACM,I.P. numa lógica de otimização de formação entre pares, possibilitando uma gestão mais eficiente de recursos.

Não obstante, é ainda de realçar a elevada percentagem de formações realizadas com a OIM (6%), o Centro de Formação Instituto Diplomático (3%), a EURITA (3%) e a FLUP (3%).

FORMAÇÃO MINISTRADA A TERCEIROS

No que concerne à formação ministrada externamente, enquanto indicador de medida inserido e contabilizado, com critérios específicos, em sede de QUAR, tem sido prática do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. investir recursos e *know-how* dos/as funcionários/as em prol da sensibilização e capacitação de outros grupos, entidades e organismos, nas matérias que nos estão adstritas.

Deste modo, em 2020 foram ministradas um total de 145 ações de formação que envolveram 3823 formandos e resultaram num volume de 14.715:00 horas de formação.

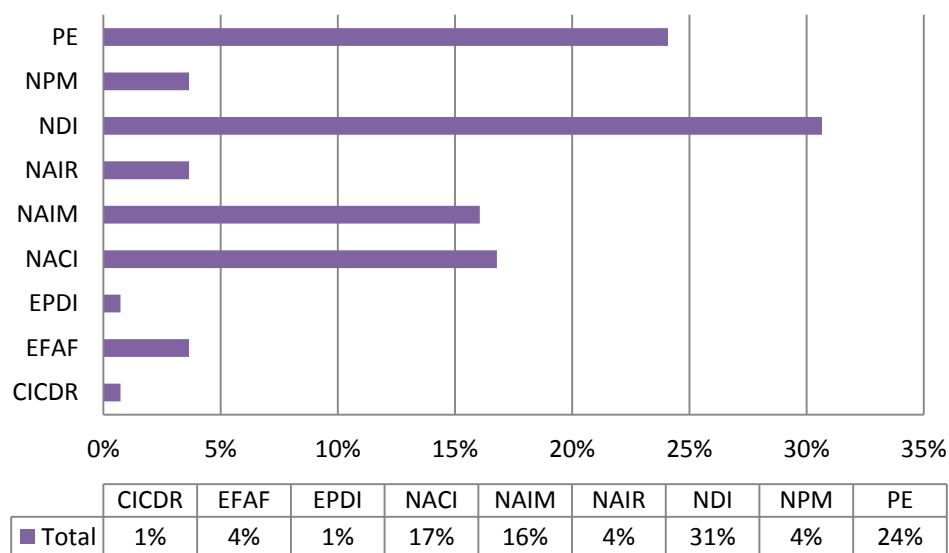


Gráfico 8 - Percentagem de formação ministrada externamente, por UO'S/Núcleos/Equipas*

A destacar o importantíssimo papel do Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade (que inclui os núcleos NACI e NDI e Equipas do Programa Escolhas) que contribuiu em 72% para o resultado obtido no âmbito das formações ministradas a entidades externas, bem como o NAIM com um forte investimento na realização de ações formativas para capacitação especializada de técnicos nas redes CLAIM e GIP Imigrante, bem como para a promoção dos serviços disponibilizados nos CNAIM.

*PE – Programa Escolhas; NPM – Núcleo de Políticas Migratórias; NDI – Núcleo para o Diálogo Intercultural; NAIR – Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados; Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes; NACI- Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas; EPDI – Equipa de Projeto Desigualdades Interseccionais; EFAF – Equipa de Fundos e Apoio Financeiro; CICDR – Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial

ENCARGOS COM A FORMAÇÃO

Os encargos com a Formação Profissional no ACM, I.P., são previstos atendendo ao somatório das estimativas de custos para a formação planeada garantindo, de igual modo, uma margem para formação não planeada que venha a ser considerada.

Em matéria de encargos deste Organismo com a formação em 2020, foi prevista uma despesa estimada de 22,835 €.

No que concerne aos gastos reais inerentes à aplicação do plano de formação, foram despendidos um total de 7.169,15 euros, um valor que fica aquém do planeado, tendo ainda em conta o volume de formações extra plano concretizadas. Este montante reflete na plenitude a mais-valia associada às parcerias que este ACM,I.P., mantém com as mais variadas entidades e que permite um intercâmbio em matéria de formação e consequentemente a diminuição da despesa nesta rubrica.

4. Encargos com formação, Pessoal e Orçamento da entidade		
4.1 Despesas anuais com formação (01.02.06 e 02.02.15)		
	Custos Diretos	7.169,15
	Custos indiretos	0,00
	Total	7.169,15
4.2 Fonte Financiamento da Formação		
	Orçamento de Estado	50,00
	Receitas Próprias	4.394,15
	Financiamento Comunitário	2.725,00
	Outros	0,00
	Total	7.169,15
4.3 Encargos totais da entidade com pessoal		3.795.406,60
4.4. Orçamento executado da entidade		14.641.935,25

Tabela 2 - Encargos do organismo com formação profissional

Em suma, certifica-se que a taxa de investimento em formação no ACM,I.P., calculada pelo rácio entre a despesa com as ações de formação planeadas e não planeadas e o total de encargos com o pessoal, foi de aproximadamente 0,19%.

Taxa de Investimento em Formação	7.169,15	X100 = 0,19%
	3.795.406,60	

CONCLUSÕES

Procedendo a uma análise em termos comparativos, com o ano anterior, conclui-se que ao nível da frequência em ações de formação 2020 foi um ano melhor, com uma taxa de participação em ações de formação de aproximadamente 95%, um acréscimo de 2,3% face ao ano anterior (92,67%).

Importa, igualmente, realçar o aumento do número de formações planeadas e realizadas, incluindo o forte investimento em formação inicial, princípio que se pretende manter como prática de melhoria na integração dos/as novos/as trabalhadores/as.

O recurso à formação à distância também merece destaque, sendo que representa uma estratégia que potencia a otimização de tempo e recursos financeiros e harmoniza a prática deste Instituto Público com os valores da modernização administrativa que têm feito parte da estratégia governativa para os organismos da Administração Pública.

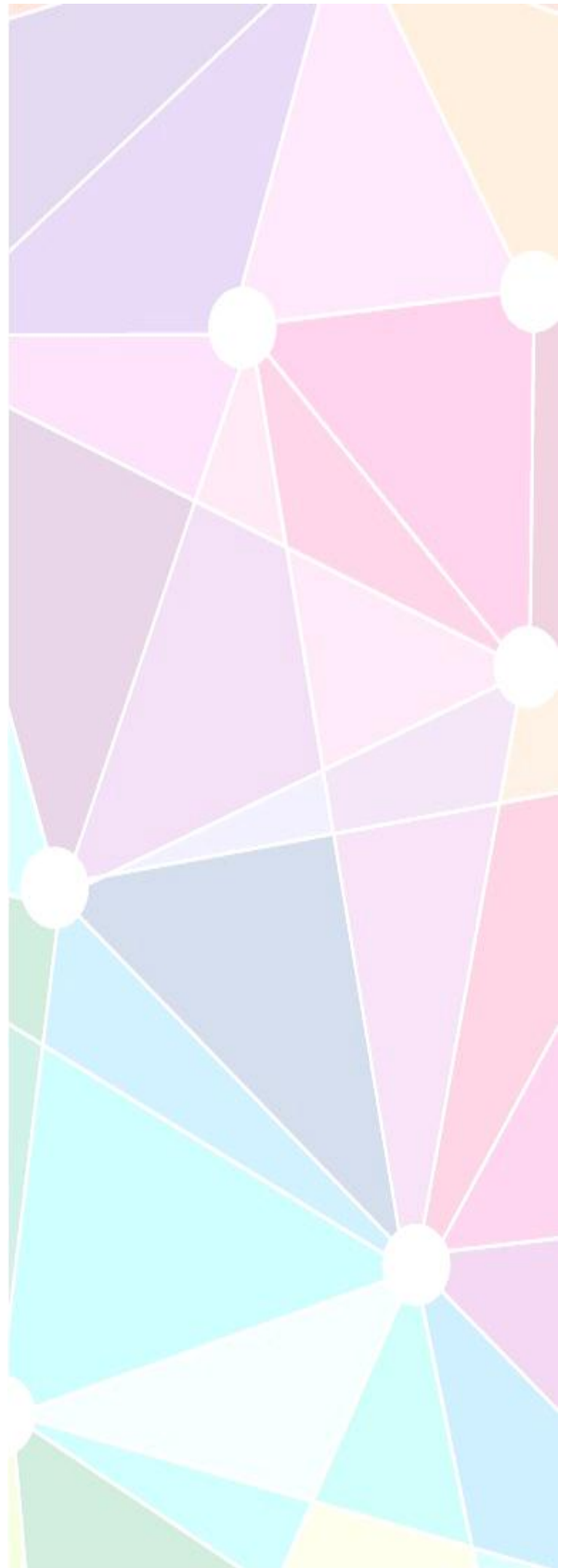
A melhorar, sublinham-se os procedimentos de monitorização e avaliação da formação frequentada e ministrada.

Quanto à monitorização da formação, uma ferramenta que torna possível aferir a implementação e o cumprimento das obrigações e objetivos que fazem parte do Plano de Atividades, assim como do Quadro de Avaliação e Responsabilização – QUAR, assume-se o compromisso de concretização de procedimentos de monitorização e avaliação com uma periodicidade trimestral o que permitirá sistematizar e analisar de forma mais próxima a evolução do planeamento e conseqüentemente, garantir respostas a eventuais desvios de forma mais atempada.

A estratégia de monitorização e avaliação passa pela utilização de um formulário específico, que se pretende de utilização uniforme por todo o organismo quer no âmbito da formação ministrada internamente como na realizada externamente.

Relativamente à componente de avaliação das ações de formação profissional, incluindo o impacto da formação para o exercício de funções, crescimento e valorização profissional, consideramos que se trata de uma importante ferramenta, não só no âmbito da formação, como também para o planeamento da intervenção do ACM I.P. , atendendo a que através deste mecanismo se torna- possível conferir níveis de eficácia, eficiência e mais-valias obtidas durante todo o trajeto formativo, para as actividades desenvolvidas diariamente. Importa-nos, portanto, reavivar a utilização da mesma de forma efetiva, mantendo esta metodologia de acompanhamento, geral e individualizado, no sentido de percorrer um caminho permanente de melhoria.

ACM,IP
NGARH
FEVEREIRO 2021





ACM

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

Rua Álvaro Coutinho, n.º 14
1150-025 Lisboa

Tel.: +351 21 810 61 00

Fax: +351 21 810 61 17

www.acm.gov.pt

www.facebook.com/ACMigracoes

acm@acm.gov.pt